

RELATÓRIO DE GESTÃO 2011 SUEST/PE

GESTÃO ADMINISTRATIVA

FUNASA
FUNASA

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE PERNAMBUCO



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Superintendência Estadual de Pernambuco

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

RECIFE , Março de 2012

MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE PERNAMUCO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do Exercício de 2011, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n. 63/2010, da DN TCU n. 108/2010, Portaria do Tribunal de Contas da União TCU n. 123/2010 e das orientações do órgão de controle interno em consonância com a Decisão Normativa TCU n. 117/2011.

Recife, 10 de março de 2012

SUMÁRIO

- 1. INFORMAÇÕES SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONDA**
 - 1.1 Identificação da UJ - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL**
 - 1.2 Qualificação da Superintendência Estadual**
- 2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE**
 - 2.1 Responsabilidades institucionais da unidade**
 - 2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais**
 - 2.3 Subações sob a responsabilidade da UJ**
 - 2.3.1 Identificação da subações sob responsabilidade da UJ
 - 2.3.2 Quadro Resumo da Execução Física das subações realizadas pela UJ
 - 2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro**
 - 2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa
 - 2.4.2 Programação de Despesas Correntes *NÃO SE APLICA A ESTA UJ*
 - 2.4.3 Programação de Despesas de Capital *NÃO SE APLICA A ESTA UJ*
 - 2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas *NÃO SE APLICA A ESTA UJ*
 - 2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa
 - 2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa *NÃO SE APLICA A ESTA UJ*
 - 2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ *NÃO SE APLICA A ESTA UJ*
 - 2.4.4.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação *NÃO SE APLICA A ESTA UJ*
 - 2.4.4.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa *NÃO SE APLICA A ESTA UJ*
 - 2.4.4.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa *NÃO SE APLICA A ESTA UJ*
 - 2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação
 - 2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos recebidos por movimentação
 - 2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação
 - 2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação
 - 2.4.6.1 Análise Crítica
 - 2.4.7 Indicadores Institucionais
- 3. INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS**
 - 3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos**
 - 3.2 Análise Crítica**
- 4. INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS**
 - 4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores**
 - 4.2 Análise Crítica**
- 5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE**
 - 5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos**
 - 5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionária

- 5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada
- 5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

- 5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada
- 5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada
 - 5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão
 - 5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados
 - 5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade
- 5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS

6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício

- 6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011
- 6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios..

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes

6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos, termos de cooperação e contratos de repasse

6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

6.3 Análise Crítica

7. DECLARAÇÃO REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS

7.1 Modelo da declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV

8. INFORMAÇÕES SOBRE DECLARAÇÕES DE BENS E RENDA.

8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

8.2 Análise Crítica

9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO DA UJ

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

11. INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

12. INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO

13.1 Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

14. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA *NÃO SE APLICA A ESTA UJ*

14.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ *NÃO SE APLICA A ESTA UJ*

14.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida *NÃO SE APLICA A ESTA UJ*

14.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia - Pessoa Jurídica e Física *NÃO SE APLICA A ESTA UJ*

14.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídicas *NÃO SE APLICA A ESTA UJ*

14.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

14.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

14.7 Comunicação à RFB

14.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

14.9 Declaração

14.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB

15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

16.1 Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício

16.2 Recomendações da unidade de controle interno ou de Auditoria Interna pendentes de atendimento

17. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DE GESTÃO

17.1 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

18. ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA - *NÃO SE APLICA A ESTA UJ*

19. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - *NÃO SE APLICA A ESTA UJ*

20. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DE CAPITAL - *NÃO SE APLICA A ESTA UJ*

21. INFORMAÇÕES SOBRE FUNDO PARTIDÁRIO - *NÃO SE APLICA A ESTA UJ*

22. INFORMAÇÕES SOBRE FUNDOS CONSTITUCIONAIS - *NÃO SE APLICA UJ*

23. INDICADORES DE DESEMPENHO DO IFES - *NÃO SE APLICA A ESTA UJ*

- 24. ANÁLISE DE SITUAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA - NÃO SE APLICA A UJ**
- 25. REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES -NÃO SE APLICA E ESTA UJ**
- 26. CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO” - NÃO SE APLICA A ESTA UJ**
- 27. SUPERVISÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS - NÃO SE APLICA A ESTA UJ**
- 28. INFORMAÇÕES SOBRE MÓVEIS ALIENADOS EM 2011 EM CONSONÂNCIA COM O PLANO NACIONAL DE DESOMIBILIZAÇÃO - NÃO SE APLICA E ESTA UJ**
- 29. INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS - NÃO SE APLICA E ESTA UJ**
- 30. AVALIAÇÃO DE TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UJ - NÃO SE APLICA E ESTA UJ**

1. INFORMAÇÕES SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1. Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo/Ministério da Saúde			
Órgão de Vinculação: Fundação Nacional de Saúde			Código SIORG: (2207)
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Fundação Nacional de Saúde			
Denominação abreviada: Funasa			
Código SIORG: 2207	Código LOA: 36211	Código SIAFI: 255.017	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Fundação do Poder Executivo			
Principal Atividade: 8412-4/00 Promoção de Programas de Saúde, Federal, Estadual e Municipal			Código CNAE: 8412-4/00
Telefones/Fax de contato:	(081)3414-8302	(81)3414-8300	(81)3241-8511
E-mail: corepe.gab@funasa.gov.br			
Página na Internet: http://www.funasa.gov.br			
Endereço Postal: Av. Conselheiro Rosa e Silva, 1489, Aflitos Recife-PE, CEP-52.050-020			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei n.º 8.029/90			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto n.ºs 100/91, 3.450/2000, 4.727/2003 e 7.335/2010.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
255017	Fundação Nacional de Saúde – PE (a própria)		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
36211	Fundação Nacional de Saúde - PE		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
255.017		36211	

1.2. Qualificação da Superintendência Estadual

Nome do Superintendente Estadual	Álcio Pitt da Mesquita Pimentel
População do Estado	8.541.250 (Censo 2010)
Nº. de Municípios abrangidos pela SUEST	184 e o distrito de Fernando de Noronha

2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE

2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade

A criação do SUS provocou uma substancial transformação no Sistema de Saúde Brasileiro por constituir uma política de estado que amplia a concepção da assistência a saúde para toda população. O processo de implantação dessa política implicou em um conjunto de mudanças na legislação, na estruturação do sistema e criação de programas, ações e serviços de saúde prestados de forma descentralizada por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração Direta e Indireta e das Fundações mantidas pelo Poder Público.

Nesse contexto, foi criada a Fundação Nacional de Saúde – Funasa, órgão executivo do Ministério da Saúde, pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, regulamentada pelo Decreto nº 100, de 12 de abril de 1991, e regida pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Sua criação teve por finalidade congregar as atividades até então desenvolvidas pela Superintendência de Campanhas de Saúde Pública – SUCAM, pela Fundação Serviços de Saúde Pública – FSESP, e por outras atividades oriundas da Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde – SNABS, do Ministério da Saúde - MS. A Funasa tem sua Presidência sediada em Brasília, atuando no território brasileiro em 26 estados por intermédio das Superintendências Estaduais.

Em 2000, a Funasa passou por sua primeira reestruturação organizacional, regulamentada pelo Decreto nº 3.450, de 09 de maio 2000. Em 2003, foi estabelecido o Novo Modelo de Gestão Pública do Governo Federal, fundamentado no compromisso de incluir socialmente a população com difícil acesso a serviços de atenção saúde e saneamento. Entre as instituições responsáveis por essa inclusão, coube a Funasa promovê-la, direcionando suas ações para os municípios com baixa cobertura de serviços de saneamento e as populações vulneráveis (assentados, remanescentes de quilombos e de reservas extrativistas). O Decreto n.º 4.726, de 09 de junho de 2003, aprovou o novo estatuto da Funasa, que excluiu de sua estrutura organizacional os Centros Nacionais de Epidemiologia – Cenepi, transferindo suas atividades de vigilância ambiental em saúde e vigilância epidemiológica, sistemas de informação e o Programa Nacional de Imunização para a Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS, vinculada ao MS.

A Portaria nº 806, de 6 de junho de 2006, do Presidente da **Funasa**, instituiu a Carteira de Projetos Estratégicos, elaborada em consonância com o Planejamento Plurianual (PPA), designando os gerentes responsáveis pelos diversos projetos que consubstanciam o realinhamento institucional da **Funasa**.

A missão institucional da Fundação Nacional de Saúde compreende duas vertentes principais que se desenvolvem mediante a elaboração de planos estratégicos nos segmentos de Saneamento e Saúde Ambiental.

A Funasa detém a mais antiga e contínua experiência em ações de saneamento no país e atua com base em indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e sociais, prestando apoio técnico

e/ou financeiro no combate, controle e redução da mortalidade infantil e da incidência de doenças de veiculação hídrica ou causadas pela falta de saneamento básico e ambiental, promovendo inclusão social mediante cuidados com a saúde com a prevenção e controle de agravos ocasionados pela falta ou inadequação nas condições de saneamento básico em áreas de interesse especial, como assentamentos, remanescentes de quilombos e reservas extrativistas. Investe seus recursos na intervenção no meio ambiente e infra-estrutura dos municípios de até 50 mil habitantes prioritariamente, e melhoria das condições de vida de populações, priorizando as comunidades rurais dispersas ou localidades rurais com população de até 2.500 habitantes, os assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas e as escolas rurais. Desenvolve ações de prevenção de doenças e controle de agravos e na gestão, construção e ampliação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, implantação de melhorias sanitárias domiciliares, implantando, ampliando ou melhorando os sistemas de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, principalmente em áreas de proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, efetivando a drenagem e o manejo ambiental em áreas endêmicas de malária e fazendo obras de engenharia em habitações visando ao controle da doença de Chagas.

Ainda, faz parte das prioridades da Funasa à promoção, o apoio técnico e financeiro ao controle de qualidade da água para consumo humano; o estímulo e financiamento de projetos de pesquisa em engenharia de saúde pública e saneamento; e o apoio técnico a estados e municípios para a execução de projetos de saneamento, passando por estratégias de cooperação técnica.

Na área de Saúde Ambiental, compete a Funasa planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas:

- à formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental;
- ao controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e
- ao apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental

Em consonância com o Planejamento Plurianual – PPA, os gerentes responsáveis pelas subações de competência desta Superintendência Estadual, demonstraram afinco em suas demandas, objetivando o cumprimento das metas pactuadas no Plano Operacional, todavia o exercício de 2011 apresentou percalços advindos além da reestruturação, das questões relatadas em relatórios anteriores, quanto ao quadro de pessoal reduzido para fazer face aos desafios da execução das atividades planejadas acrescidas das ações descentralizadas da Presidência da Funasa para as Superintendências Estaduais.

No que tange ao Saneamento Ambiental, os Programas desenvolvidos estão relacionados aos Serviços Públicos de Água e Esgoto, aos Serviços de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos, ao Saneamento Rural e na Integração de Bacias Hidrográficas.

A seleção para escolha das comunidades a serem beneficiadas pelos programas é definida pela Presidência da Funasa a partir de critérios epidemiológicos, sócio-econômicos e ambientais, voltadas para a promoção à saúde e para a prevenção e controle de doenças e agravos, com destaque para a redução da mortalidade infantil.

Nesse contexto, uma vez definida as comunidades, a atuação da Divisão de Engenharia de Saúde Pública (Diesp) abrange, para o segmento de Saneamento Ambiental, a análise de projetos e o acompanhamento de obras para:

- Municípios de até 50.000 habitantes, ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE);
- Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes;
- Escolas Públicas Rurais (Saneamento em Escolas).

Com relação a Atenção Integral a Saúde Indígena, a Diesp desenvolveu Ação Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos, compreendida pelo Programa Saneamento Rural, cujas atividades estão relacionadas a seguir:

Os objetivos perseguidos ao longo do exercício de 2011 se basearam na melhoria da eficiência dos processos de trabalho, com foco na minimização dos prazos de resposta e na maximização dos resultados, guardando a devida compatibilidade com o efetivo e orçamento disponíveis.

Outrossim, destaca-se ainda as novas responsabilidades oriundas do processo de reestruturação da Fundação Nacional de Saúde, mais especificamente na descentralização de etapas processuais de trabalho que, até então, eram de responsabilidade da Presidência e passaram a ser executadas pelas Superintendências Estaduais.

Essas mudanças repercutiram na necessidade de reestruturar o Setor de Convênios da Superintendência, uma vez que o mesmo ficou responsável pelas: habilitações, prestações de contas, prorrogações de vigências, fluxos de pagamento entre outros; dos termos de compromisso e convênios firmados.

Em que pese à carência de pessoal para fazer face às novas demandas, haverá um significativo ganho na eficiência do processo de trabalho, tendo em vista a proximidade física dos servidores do Serviço de Convênios com as áreas técnicas, bem como com os representantes das entidades conveniadas.

Ainda no quesito da reestruturação da Fundação Nacional de Saúde, no que concernem as atividades relacionadas às ações de promoção e proteção à saúde, relacionadas com as ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental, foi criada no âmbito da Superintendência o Serviço de Saúde Ambiental (SESAM), que absorveu a estrutura da unidade regional de controle da qualidade da água, além das equipes de educação em saúde.

A partir do processo de estruturação e implementação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Fundação Nacional de Saúde assumiu, no período de 1999 a 2010, a responsabilidade de operacionalização das ações de saúde para os povos indígenas, promovendo uma ampla e profunda estruturação institucional para dar conta de tamanho desafio.

No entanto, o exercício de 2010 foi notoriamente marcado por profundas mudanças institucionais nessa área, com a publicação do Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010, que cria a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e transfere a gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, competência até então da Funasa, para o Ministério da Saúde.

Coube a Funasa, assegurar até 31 de dezembro de 2011, todo o apoio administrativo necessário, para que não ocorra prejuízo na execução das ações e dos serviços prestados aos povos indígenas.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

A Superintendência Estadual da Funasa em Pernambuco, durante o exercício de 2011, desenvolveu suas atividades implementando o Plano Operacional construído inicialmente em reunião com as áreas de trabalho sob a orientação da Presidência, ocasião em que foram pactuadas as ações prioritárias, prazos e recursos financeiros necessários, considerando a infra-estrutura e quadro de pessoal disponível para implementar o Plano durante o exercício.

O principal objetivo perseguido ao longo do exercício de 2011 esteve ligado diretamente à tentativa de consolidação no atendimento da demanda observada nos últimos anos, oriunda da programação do PAC/Funasa, objetivando o cumprimento das metas pactuadas no Plano Operacional.

Conforme último relatório de gestão concernente ao exercício de 2010, onde foram destacados os esforços envidados pela Presidência da FUNASA, em consonância com as orientações da Controladoria Geral da União, objetivando a recomposição dos quadros de pessoal, destacamos que ao longo do exercício de 2011 pudemos contar com a seguinte equipe de técnicos:

Profissional superior) (nível superior)	Origem				Total
	Efetivo	Temporário	Consultor (OPAS)	Analistas de Infra Estrutura (MPOG)	
Engenheiro Civil	4	2	2	2	10
Engenheiro Agrônomo	1				1
Engenheiro Sanitário		1			1
Arquiteto	1				1
Estatístico	1				1
Biólogo	1		1		2
Farmêutico - Bioquímico	1				1
Geólogo	1				1
Total	10	1	4	2	18

Tendo em vista o fato relatado no relatório de gestão de 2010, no que concerne ao novo concurso temporário promovido, que resultou na aprovação de mais 6 (seis) engenheiros, foi observado ao longo do exercício de 2011 o preenchimento de apenas 3 (três) destas vagas. Em contra partida, foi observada a finalização do contrato de 2 engenheiros consultores da Organização Panamericana de Saúde.

Além da demanda existente, relativa aos exercícios anteriores, passamos a destacar a seguir as novas tarefas demandas ao longo do exercício de 2011:

- ✓ Atualização o Plano de Trabalho firmado junto ao Ministério da Integração Nacional para recontração dos lotes relacionados às rescisões ocorridas com as empresas construtoras, concernente ao Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, de forma a atender às exigências da Licença Ambiental do Ibama, contemplando à reconstrução de 655 (seiscentos e cinquenta e cinco) unidades

habitacionais, além de 4 (quatro) postos de saúde, beneficiando comunidades indígenas remanescentes de quilombos.

- ✓ Acréscimo de 42 (quarenta e dois) novos Termos de Compromisso do Programa de Aceleração do Crescimento, denominado PAC II/Funasa, repercutindo num acréscimo na ordem de 5,43% (cinco vírgula quarenta e três por cento) de processos em relação ao total de convênios e termos de compromissos celebrados desde 2007.
- ✓ Análise de 10(dez) pleitos de Planos Municipais de Saneamento (PMSB) dos exercícios de 2009 e 2010 e aprovação de 05(cinco).
- ✓ Participação dos Engenheiros da SUEST-PE na Capacitação para Utilização do Módulo de Entrevista Técnica do Sistema SIGOB (PAC II), em Brasília no período de 30/08/2011 a 07/09/2012.
- ✓ Convocação de todos os gestores dos Municípios de PE com população de até 50.000 habitantes, ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusivos de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE), em quatro Encontros havidos na SUEST-PE, para Apresentação do PAC II e informando as regras, processos e encaminhamentos(Cartas-Consulta) de como deviam habilitar seus municípios para que fossem contemplados com os recursos disponibilizados no Programa.
- ✓ Execução de todas as atividades e encaminhamentos correlatos ao PAC II, nas Ações de Sistemas de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Esgotamento Sanitário/Solução Estática (MSD), envolvendo todos os profissionais de Engenharia, Auxiliares e Inspetores de Saneamento(inclusive de outras Superintendências/Paraíba e Rio Grande do Norte) tais como:
 - a) No sistema SIGOB: Definição de Analistas, Agendamento de Entrevista Técnica, Entrevista Técnica;
 - b) Envio dos Processos dos pleitos com Entrevistas Técnicas para o Comitê de Avaliação (SRI);
 - c) No Sistema SIGOB: Com o retorno dos pleitos então validados procedeu-se a etapa de Visita Técnica Preliminar aos Municípios definidos.

Todas estas atividades referentes ao PAC, se desenvolveram de agosto até o final do mês de dezembro de 2011.

- ✓ Elaboração de Termo de Referência e Processo Licitatório visando a contratação de Empresas de Consultoria visando a Elaboração de Projetos de Sistemas de Água e Esgotamento Sanitário(82 Ações) nos Municípios de:
 - a) Sistema de Abastecimento de Água(32): Agrestina, Buíque,Iati, Jupi, Venturosa, Manari, Terezina, Macaparana, São Vicente de Férrer, Riacho das Almas, Cumarú, Poção, Chã Grande, Correntes, Gameleira, Maraiá, Quipapá, Barra de Guabiraba, Itaquitinga, Exu, Santa Filomena, Moreilandia, Granito, Iguaraci, Flores, Quixaba, Cedro, Serrita, Itacuruba, Parnamirim, Floresta, Bodocó;

- b) Sistema Esgotamento Sanitário(50): São Joaquim do Monte, Paelas, Sairé, Sanharó, Camocim de São Félix, Cupira, Bonito, Cachoeirinha, Altinho, Ibirajuba, Tacaimbó, Águas Belas, Bom Conselho, Caetés, Capoeiras, Jurema, Lagoa do Ouro, Palmeirina, Pedra, Santa Maria do Cambucá, Vertente do Lério, Buenos Aires, Vicência, Orobó, Glória do Goitá, Toritama, Salgadinho, Passira, Taquaritinga do Norte, Frei Miguelinho, Casinhas, Lagoa de Itaenga, Machados, Vertentes, Bom Jardim, Alagoinha, Ipubi, Terra Nova, Orocó, Belém do São Francisco, Tabira, Calumbi, Triunfo, Carnaíba, Santa Cruz da Baixa Verde, Lagoa Grande, Angelim, Calçado, Belém de Maria, Cortês e Joaquim Nabuco.
- ✓ Convocação de todos os gestores dos Municípios de PE com população de até 50.000 habitantes, ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE), em quatro Encontros havidos na SUEST-PE, para Apresentação do PAC II e informando as regras, processos e encaminhamentos de como deviam habilitar seus municípios para que fossem contemplados com os recursos disponibilizados no Programa.
 - ✓ Execução de todas as atividades e encaminhamentos correlatos ao PAC II, nas Ações de Sistemas de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Esgotamento Sanitário/Solução Estática (MSD), envolvendo todos os profissionais de Engenharia, Auxiliares e Inspetores de Saneamento(inclusive de outras Superintendências/Paraíba e Rio Grande do Norte) tais como:
 - d) No sistema SIGOB: definição de Analistas, Agendamento de Entrevista Técnica, Entrevista Técnica;
 - e) Envio dos Processos dos pleitos com Entrevistas Técnicas para o Comitê de Avaliação (SRI);
 - f) Com o retorno dos pleitos então validados procedeu-se a etapa de Visita Técnica Preliminar aos Municípios definidos.

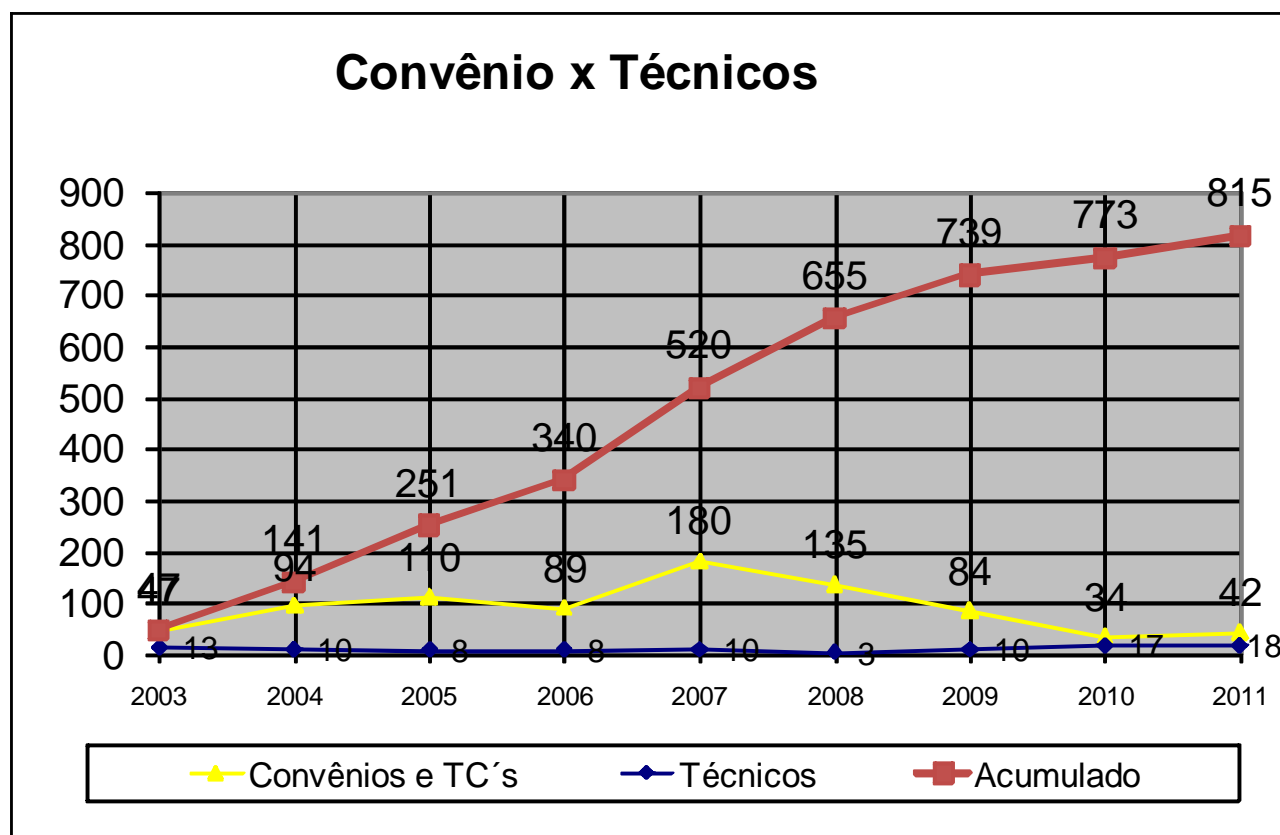
Todas estas atividades referentes ao PAC, se desenvolveram de agosto até o final do mês de dezembro de 2011.

- ✓ As demandas originadas com a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento denominado PAC II, com a inclusão de novas atividades relacionadas ao financiamento de projetos de engenharia;
- ✓ A participação no Programa Brasil sem Miséria, na modalidade Água para Todos, com a implantação de cisternas no semi-árido do estado de Pernambuco, constando entre outras atividades de levantamento e inquérito sanitário em campo das localidades pré-definidas pela Presidencia da FUNASA (DENSP), elaboração de projetos técnicos, de Termos de Referência e do processo de Licitação para a contratação de empresas para execução das obras;
- ✓ A participação dos técnicos no auxílio à Presidência objetivando à elaboração de Termo de Referência para contratação de empresa de consultoria para fiscalização da execução de obras de Convênios e Termos de Compromisso dos exercícios de 2011;

- ✓ A participação de técnicos no treinamento de novas ferramentas de trabalhos como, por exemplo: Sistemas SIGOB e SICONV;
- ✓ Contratação de obras para investimento na Implantação/Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água para aldeias indígenas, contemplando 06 (seis) aldeias, no valor total de R\$ 1.018.540,95 (Um milhão, dezoito mil, quinhentos e quarenta reais e cinco centavos).
- ✓ Contratação de obras e serviços de *Construção de Posto de Saúde* em área indígena, contemplando 01 (uma) aldeia, no valor total de R\$ 103.009,65 (cento e três mil nove reais e sessenta e cinco centavos).
- ✓ Acompanhamento e Fiscalização de Obras e Serviços em 11 (onze) aldeias, com *Implantação/Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água*, e em 01 (uma) aldeia com *Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário*.

Como pode ser observado nos parágrafos anteriores, o acréscimo de responsabilidades da Superintendência Estadual de Pernambuco, no âmbito das atividades relacionadas à área técnica, vêm crescendo significativamente, enquanto que o efetivo de profissionais com formação de engenharia, apesar dos esforços da Presidência, continua incompatível com a demanda.

A título ilustrativo, apresentamos abaixo um gráfico que relaciona o quantitativo de convênios e termos de compromisso, firmados ano a ano e acumulados, versus os quantitativos de técnicos ao longo dos anos de 2003 a 2011.



Considerando as situações postas, a Superintendência Estadual tomou as seguintes decisões que nortearam a atuação ao longo do exercício as quais relacionamos abaixo:

- ✓ Continuação da convocação de equipes de servidores de nível médio, que estavam cedidos aos municípios, para atuar no apoio das visitas técnicas preliminares dos projetos de menor complexidade técnica, especificamente projetos de Melhorias Sanitárias Domiciliares e Melhorias Habitacionais para o Controle da Doença de Chagas;
- ✓ Promoção de reuniões junto a Companhia de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco para trocar informações quanto aos projetos para implantação de Sistemas de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, visando à minimização dos prazos necessários à concessão dos licenciamentos ambientais dos projetos;
- ✓ Promoção de reuniões para agendamento de prazos de entrega e resolução de pendências/exigências de pleitos analisados dos municípios contemplado com Convênios e/ou Termos de Compromisso com a presença dos gestores municipais/governamentais e responsáveis técnicos contratados pelos convenentes, objetivando os encaminhamentos posteriores de análise, permitindo assim dar uma maior celeridade na aprovação dos projetos;
- ✓ Criação de grupo de trabalho para atuar nos processos de prestações de contas de convênios e termos de compromissos pendentes na Secav, estabelecendo e fixando a atuação de servidores específicos para o trabalho, definindo ainda as metas para redução do passivo;
- ✓ Ainda com relação às prestações de contas, foi promovida reuniões de orientação junto aos técnicos responsáveis pelos pareceres quanto à necessidade de estabelecer o posicionamento conclusivo e possível para cada caso, não permitindo, portanto, que eventuais pendências inviabilizassem o prosseguimento da análise pelos demais setores da Superintendência;
- ✓ Foi elaborado, por técnicos da Diesp, o “*Projeto Técnico do Sistema de Abastecimento de Água da aldeia indígena Maraba*”, da etnia Xukuru, no Município de Pesqueira-PE. Neste Projeto, foram desenvolvidos os estudos de concepção, bem como os devidos levantamentos topográficos, objetivando as informações básicas necessárias para o procedimento licitatório de contratação das obras e serviços de *Implantação do Sistema de Abastecimento da aldeia Maraba*, o qual foi incluído na programação definida pelo Conselho Distrital Indígena, para o exercício de 2011-2012;

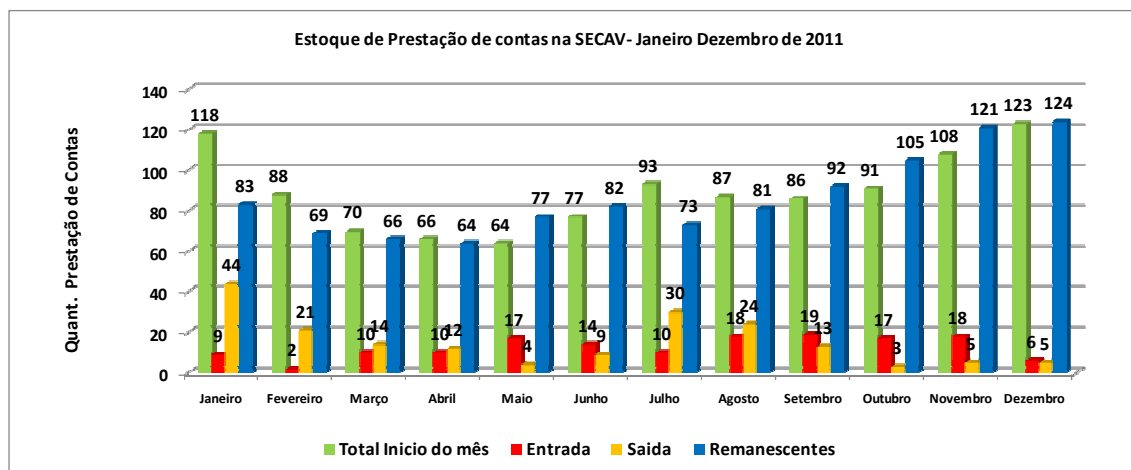
Após a adoção das decisões citadas no presente, destacamos a seguir a síntese das principais realizações da Superintendência Estadual de Pernambuco, ao longo do exercício de 2011:

- ✓ Elaboração do Plano de Trabalho/2011, o qual faz parte das ações do “*Destaque Orçamentário*” do Ministério da Integração, com o objetivo de se obter a descentralização de recursos orçamentários para *Recontratação de Obras e Serviços* de parte dos objetos dos Contratos Administrativos rescindidos com as empresas: *Bloko Engenharia Ltda.; Construtora Impacto Ltda. e Lotus Engenharia Ltda.* Ressaltando-se que a Recontratação visa à “*substituição de casas de taipa por alvenaria e conclusão de Postos de Saúde, em comunidades indígenas e quilombolas*”, compreendendo os municípios de Cabrobó, Mirandiba, Carnaubeira da Penha, Ibimirim e Floresta, os quais estão incluídos nas ações do “*Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional*”;

- ✓ Aprovação de 3 (três) projetos técnicos de Termos de Compromisso do Pac/Funasa e de convênios oriundos de emendas parlamentares, para a ação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas;
- ✓ Aprovação de 15 (quinze) projetos técnicos de Termos de Compromisso do Pac/Funasa e de convênios oriundos de emendas parlamentares, para a ação de Melhorias Sanitárias Domiciliares;
- ✓ Aprovação de 14 (quatorze) projetos técnicos de Termos de Compromisso do Pac/Funasa e de convênios oriundos de emendas parlamentares, para a ação de Sistemas de Abastecimento de Água;
- ✓ Aprovação de 18 (dezoito) projeto técnico de convênio oriundo de emenda parlamentar, para a ação de Sistemas de Esgotamento Sanitário;
- ✓ Manutenção do estoque de prestações de contas em proporção considerável, por parte do setor de acompanhamento de obras, conforme pode ser melhor observado na tabela e gráfico a seguir:

Total de Prestações de Contas na SECAV - Janeiro a Dezembro/2011

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Total Início do mês	118	88	70	66	64	77	93	87	86	91	108	123
Entrada	9	2	10	10	17	14	10	18	19	17	18	6
Saida	44	21	14	12	4	9	30	24	13	3	5	5
Remanescentes	83	69	66	64	77	82	73	81	92	105	121	124



- ✓ Com relação às ações do **Sistema de Cadastro e Georreferenciamento Sanitário e Ambiental em Terras Indígenas - GeoSI** (Sistema de geoprocessamento que se destina à coleta, armazenamento, tratamento e apresentação de dados georreferenciados, relativos à gestão sanitária de aldeias indígenas), durante o ano de 2011 não foram desenvolvidas nenhuma atividade, uma vez que não houve disponibilização de recursos orçamentários para custeio de diárias. A continuação destas ações deverá ficar sob a responsabilidade exclusiva da Secretaria Especial de Saúde Indígena-SESAI. No entanto, com a participação da Diesp, no exercício de 2010, foram georreferenciadas 95 (noventa e cinco) aldeias das etnias:

Kapinawá, Pankará, Atikum, Xukuru e, Pankararu (conforme o Quadro abaixo). Paralelamente ao GeoSi, foi feita a atualização do SIASI dessas aldeias ajustando-se os dados de população das mesmas. As atividades do GeoSi, desenvolvidas pelos técnicos da Diesp, proporcionaram também, com os dados obtidos através dos instrumentos de GPS e com os programas *trackmaker e mapsource* a confecção dos “*croquis/mapas*”, daquelas 95 aldeias, os quais constituem ferramenta valiosa para elaboração de projetos, gestão sanitária e outras intervenções naquelas localidades.

- ✓ Realização do GeoSi que está relacionado ao Sistema de Informação de Saneamento em Área Indígena– SISABI, O Sistema de Cadastro e Georreferenciamento Sanitário e Ambiental em Terras Indígenas - GeoSI é um sistema especialista de geoprocessamento, que se destina à coleta, armazenamento, tratamento e apresentação de dados georreferenciados relativos à gestão sanitária de aldeias indígenas por parte da Fundação Nacional da Saúde.

MUNICÍPIO	ALDEIAS CONCLUÍDAS EM 2009	ALDEIAS CONCLUÍDAS EM 2010	TOTAL ALDEIAS
ÁGUAS BELAS	2	0	3
BUÍQUE	0	10	11
CABROBÓ	0	0	29
CARNAUBEIRA DA PENHA	41	44	85
FLORESTA	9	1	10
IBIMIRIM	8	0	9
INAJÁ	5	0	6
JATOBÁ	2	5	8
OROCÓ	0	0	1
PESQUEIRA	19	15	45
PETROLÂNDIA	0	7	7
TACARATÚ	1	9	12
TUPANATINGA	0	4	4
TOTAL	87	95	230

2.3 Subações sob a responsabilidade da UJ

Considerando as atividades realizadas pela Superintendência Estadual de Pernambuco, no âmbito do exercício de 2011, podemos destacar o desenvolvimento dos seguintes programas:

- ✓ Programa: 0016 – Gestão da Política de Saúde;
- ✓ Programa: 0122 – Serviços Urbanos de Água e Esgoto;
- ✓ Programa: 0750 – Apoio Administrativo;
- ✓ Programa: 1287 – Saneamento Rural;

Estes programas desenvolvidos pela SUEST PE, no exercício 2011, têm fundamental importância para as populações com menor nível sócio-econômico, a partir da implantação de serviços de saneamento ambiental, pois contribuem significativamente para inclusão da população alvo, em melhores condições de saúde pública e conseqüentemente numa melhor qualidade de vida.

2.3.1 Identificação da subações sob responsabilidade da UJ

GESTÃO

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0016	Denominação: Gestão da Política de Saúde
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral: Fortalecer a gestão do SUS nas três esferas de governo, de modo a melhorar e aperfeiçoar a capacidade resolutiva das ações e serviços prestados à população	
Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da saúde.	
Gerente: Márcia Aparecida do Amaral – Ministério da Saúde	Responsável: Arinaldo Bomfim Rosendo – Ministério da Saúde
Público Alvo: Governo	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação
Denominação: 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Joselias Ribeiro da Silva
Unidade Executora: Departamento de Administração (DEADM)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
1.Promover a participação de servidores Públicos Federais, em exercício na Funasa, em eventos de capacitação	Servidor capacitado	Número de participações em eventos	130	187	143%
2.Capacitar servidores públicos federais em exercício na Funasa.	Servidor capacitado	Número de participantes	90	102	113%

Fonte: Plano Operacional da Suest-PE/2011

Análise Crítica

As ações de Servidores Capacitados e Participação dos servidores em eventos de capacitação foram alcançadas acima das metas programadas, considerando a inclusão de 02(dois) servidores oriundos do MS-Ministério da Saúde e 10(dez) servidores do MT- Ministério dos Transportes, que estão cedidos à Funasa, em exercício na Suest/PE, para que os mesmos fossem incluídos nos treinamentos para atualização de suas áreas.

As etapas programadas para a realização das ações de Capacitação foram:

- 1.1-Realizar o levantamento das necessidades de capacitação junto aos serviços, divisões, seções e Setores da Suest/PE
 - 1.2-Consolidar o levantamento realizado pelas áreas, elaborando o PAC/Suest-PE
 - 1.3-Encaminhar o PAC para submeter à apreciação da Coder/Cgerh/Deadm.
 - 1.4Execução do PAC-Plano Anual de Capacitação da Suest/PE, após aprovação da Presidência da Funasa.
 - 2.1-Elaborar o PBS-Pedido de Bens e Serviços para contratação de Empresas de Treinamento.
 - 2.2-Encaminhar servidores para participação dos eventos de capacitação, no próprio Estado ou outro Estado.
 - 2.3-Monitorar e avaliar os processos de capacitação da Suest/PE
 - 2.4-Prestar apoio Pedagógico nos eventos de Capacitação.
 - 2.5-Enviar, mensalmente, à Coder/Cgerh/Deadm, o relatório dos eventos de capacitação.
- Houve o custeio com:diárias, material de consumo, locomoção, e pagamento de Pessoa Jurídica.

Identificação da subação					
Denominação: 6881 – Modernização da Rede de Informação da Funasa/PE					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
1. Modernizar Sistemas de Informação	Sistema Modernizado	Unidade	1	1	100%
2.Atualizar o cadastro dos servidores no Sistema	Cadastro Atualizado	Unidade	1	1	100%

Fonte: Plano Operacional 2011

Análise Crítica

1- Em 2011 houve uma modernização no Sistema de Informação da Rede Funasa, tudo custeado pela Presidência. Em consonância com a Presidência da Funasa, na inovação do Sistema, realizamos um levantamento para identificar as prioridades das necessidades para as mudanças na nossa Suest e encaminhamos à Presidência para análise e desenvolvimento da modernização do sistema.

2- Para utilizarmos as ferramentas na modernização do Sistema, houve a necessidade de realizarmos um recadastramento dos servidores para atualizar o perfil de cada um dentro das necessidades dos Setores, por isso excluímos servidores e pessoal terceirizado do sistema por não fazerem mais parte desta Suest.

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0122	Denominação: Serviços Urbanos de Água e Esgoto
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Ampliar o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, com vistas à universalização.	
Objetivos Específicos: Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	
Gerente: Leodegar da Cunha Tiscoski - Ministério das Cidades	Responsável: Ruy Gomide Barreira – Funasa/MS
Público Alvo: População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.	

Fonte: Cgpla

Considerando as atividades realizadas pela Superintendência Estadual de Pernambuco, no âmbito do exercício de 2011, podemos destacar o desenvolvimento das seguintes ações relacionadas com o Programa: 0122 – Serviços Urbanos de Água e Esgoto;

- ✓ Ação: 20AF – Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano;
- ✓ Ação: 2272 – Gestão e Administração do Programa (Sesam);
- ✓ Ação: 2272 – Gestão e Administração do Programa (Diesp);
- ✓ Ação: 6908 – Fomento à Educação em Saúde para Saneamento Ambiental
- ✓ Ação: 10GD – Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE);
- ✓ Ação: 10GD – Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) – Execução Direta para Construção de Poços Tubulares para Ação;
- ✓ Ação: 7652 – Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos;
- ✓ Ação: 10GE – Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico;

Estas ações desenvolvidas pela SUEST foram executadas, em sua maioria, de forma descentralizada, através da formalização de Convênios e Termos de Compromissos firmados junto ao Governo do Estado e aos Municípios, cujos objetivos têm fundamental importância para as populações beneficiadas, pois se justificam pela deficiência de cobertura e de qualidade dos serviços de saneamento ambiental, que atingem de forma mais direta e intensa as populações com menor nível sócio econômico, com conseqüências negativas sobre o ambiente e a qualidade de vida nas cidades, assim como as escassezes de recursos para a expansão dos sistemas existentes.

Identificação da Ação
Denominação: 20 AF – Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Apoiar técnica e financeiramente os responsáveis pela operação de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água visando à melhoria dos procedimentos de controle da qualidade da água e o atendimento dos padrões de potabilidade estabelecidos na legislação vigente. Proporcionar o financiamento da implantação de unidades de fluoretação da água.
Descrição: Desenvolvimento e capacitação de recursos humanos envolvidos com a operação e manutenção de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água; financiamento para aparelhamento e implantação de unidades laboratoriais e outras instalações destinadas ao controle da qualidade da água para consumo humano; desenvolvimento de ações de vigilância e controle de qualidade da água em áreas indígenas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Vilma Ramos Feitosa
Unidade Executora: Departamento de Saúde Ambiental (DESAM)

Fonte: Cgpla

Identificação da subação					
Denominação: Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
1-Aquisição de Uma (01) Unidade Móvel de Controle da Qualidade da Água- UMCQA	UMCQA	Unidade	01	01	100
2- Apoiar 06(SEIS) Sistemas de Abastecimento de Água na estruturação das ações de controle da qualidade da água para consumo humano (Aquisição de equipamentos, instalação e treinamento/ capacitação para utilização dos equipamentos, elaboração de projetos).	Sistemas apoiados	Unidade	06	06	100
3- Apoiar 56(cinqüenta e seis) Municípios na realização de análises laboratoriais da qualidade da água para consumo humano.	Municípios apoiados	Unidade	56	56	100
4- Apoiar 06(seis) municípios na operacionalização de ações de fluoretação nos serviços municipais de água, em articulação com os programas de Saúde Bucal do Ministério da Saúde e Secretárias de Saúde.	Municípios beneficiados	Unidade	06	06	100
5- Apoiar a implementação de consórcio municipal para construção de laboratório de controle da qualidade da água, demandado pelo DIESP.	consórcio	Unidade	06	0	0

Fonte: Plano Operacional da Suest - PE/2011

Análise Crítica

Com a nova estrutura da Funasa/Desam/Sesam, o componente ‘água para consumo humano’, em especial a rede de Laboratório de Controle da Qualidade da Água, passou a ter papel fundamental na efetivação das ações que envolvem eixos transversais na Saúde Ambiental.

Entre outras atividades, estão priorizadas linhas de ações que envolvem definição de critérios, avaliação e acompanhamento de financiamento para implantação de laboratórios de consórcios municipais. Também a sistematização de programas de capacitações para operadores de ETA, técnicos e gestores dos estados e municípios, avaliação dos impactos ambientais relacionados com os componentes: água para consumo humano, químicos emergentes e refratários, resíduos sólidos, efluentes e águas fluviais. Em especial o apoio técnico operacional aos municípios com até 50.000 habitantes e áreas especiais: quilombolas, índios, assentados e comunidades ribeirinhas.

Nesta ótica, a Urcqa de Pernambuco, desenvolveu em 2011 atividades que permeiam os componentes ora explicitados neste relatório. Não obstante, dado a série de diretrizes administrativas, oriundas da política nacional, foram priorizadas ações que deram suporte aos municípios atingidos por desastres ambientais em Pernambuco, parceria com a vigilância ambiental no monitoramento da água para consumo humano, capacitação de técnicos que operam laboratórios de CQA e ETA de diversos municípios do País e inserção em pesquisas e trabalhos acadêmicos.

Como fator negativo, foi a não concepção do consórcio de municípios em Pernambuco por razões que fugiram a gerência desta Unidade Regional de Controle da Qualidade da Água, restando para o próximo exercício o esforço para a concepção do Consórcio e implantação do Centro de Referência incluindo o Laboratório de Média Complexidade de Controle da qualidade da Água que atenderá os municípios da zona da Mata Sul de Pernambuco.

O produto esperado é o *município beneficiado* com avaliações de indicadores (exames laboratoriais) e implementação de ações preventivas e corretivas, de maneira que possam impactar diretamente na saúde e ambiente, refletindo na melhoria da qualidade de vida das populações beneficiadas e contribuindo para o fortalecimento da participação e controle social, bem como a sustentabilidade social, ambiental e utilização correta dos serviços de saneamento.

O alcance das metas acima do programado, deve-se a presteza e viabilização das atividades de campo. A utilização da Unidade Móvel de Controle da Qualidade da Água, tendo como apoio o Laboratório Regional da Superintendência, contribuiu de maneira efetiva para o atendimento das metas programadas, tanto ao numero de exames , bem como as diversas solicitações de municípios que necessitaram de apoio técnico específico na área de controle da qualidade da água.

Detalhamento das ações em municípios em 2011

MUNICÍPIO	SAA	POPULAÇÃO	AÇÕES*						
			C	AP	F	OT	AV	CO	LS
1. Afogados da Ingazeira		35.314					X		
2. Água Preta	01	30.340	X	X	X	X	X		
3. Amaraji	02	13.030	X	X	X	X	X		X
4. Araripina		9.484					X		
5. Arcoverde		69.447					X		
6. Barreiros		79.871					X		
7. Betânia		75.706					X		
8. Bodocó		69.345					X		
9. Buíque		53.272	X	X		X	X		X
10. Brejinho		59.143					X		
11. Cabrobó		45.743					X		
12. Calumbi		45.747					X		
13. Carnaíba		39.639					X		
14. Carnaubeira da Penha		38.324					X		
15. Catende	01	36.967	X	X	X	X	X		X
16. Flores		30.879					X		
17. Floresta		29.635					X		
18. Gameleira	01	26.674					X		
19. Granito		6.912					X		
20. Igaraci		24.703					X		
21. Inajá		24.473					X		
22. Ingazeira		24.343					X		
23. Itacuruba		24.035					X		
24. Itapetim		22.938					X		
25. Lagoa Grande		20.270					X		
26. Ouricuri		17.490					X		
27. Palmares	01	59.813	X	X	X	X	X		X
28. Pedra		15.749					X		
29. Petrolândia		15.332					X		
30. Petrolina		279.751					X		
31. Quixaba		6.730					X		
32. Rio Formoso		13.813					X		
33. Santa Cruz da Baixa Verde		13.119					X		
34. São Benedito do Sul		12.434					X		X
35. São José do Belmonte		11.888					X		
36. São José do Egito		32.010					X		
37. Serra Talhada		79.871					X		
38. Sirinhaém		11.055					X		
39. Solidão		11.051					X		
40. Sta Cruz da Baixa Verde		11.347					X		
41. Sta. Cruz		13.773					X		
42. Tabira		10.872					X		
43. Tamandaré		9.479					X		
44. Triunfo		7.541					X		
45. Xexéu	01	15.000	X	X	X	X	X		X
46. Tuparetama		7.937					X		

* Legenda:

C – Capacitação, **AP** – Apoio Laboratorial, **F** – Fluoretação, **OT** – Orientações Técnicas, **AV** – Apoio Vigilância, **CO** – Fomento aos Consórcios; **LS** – Levantamento Situacional

Na coluna nº 02 - SAA, foram preenchidas as localidades que foram trabalhadas com apoio técnico e operacional, pois se trata de SAAE. Os restantes dos municípios foram trabalhados em parceria com as Vigilâncias Ambientais dos Municípios e Estado.

Dados operacionais – água tratada (ATUAÇÃO EM MUNICÍPIOS)

MUNICÍPIOS	População	SAA	SAC	SAI	NÚMERO DE AMOSTRAS COLETADAS MANANCIAL						NÚMERO DE ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS MANANCIAL						NC %	NÚMERO DE ANÁLISES BACTERIOLÓGICAS MANANCIAL						NC %
					SUPERFICIAL			SUBTERRÂNEO			SUPERFICIAL			SUBTERRÂNEO				SUPERFICIAL			SUBTERRÂNEO			
					SA	SA	SAI	SA	SA	SAI	SA	SA	SAI	SA	SA	SAI		SA	SA	SAI	SA	SA	SAI	
					A	C	AI	A	C	AI	A	C	AI	A	C	AI		A	C	AI	A	C	AI	
Afogados da Ingazeira	35.314	01	-		20						60							10						
Água Preta	30.340	03			160						1870						4%	50						1%
Amaraji	13.030	02			130						990						2%	34						0%
Araripina	9.484	01			20						60							10						
Arcoverde	69.447	01			20						60							10						
Barreiros	79.871	01			60						300							12						
Betânia	75.706	01			20						60							12						
Bodocó	69.345	01			20						60							12						
Buíque	53.272	01			36						145							38						
Brejinho	59.143	01			20						60							12						
Cabrobó	45.743	01			20						60							12						
Calumbi	45.747	01			20						60							12						
Carnaíba	39.639	01			20						60							12						
Carnaubeira da Penha	38.324	01			20						60							12						
Catende	36.967	01			190						980						4%	48						8%
Flores	30.879	01			20						60							36						
Floresta	29.635	01			20						60							36						
Gameleira	26.674	02			190						358						5%	42						2%
Granito	6.912	01			20						60							18						
Iguaraci	24.703	01			20						60							18						
Inajá	24.473	01			20						60							18						
Ingazeira	24.343	01			20						60							18						
Itacuruba	24.035	01			20						60							18						

Itapetim	22.938	01			20						60							18						
Lagoa Grande	20.270	01			20						60							18						
Ouricuri	17.490	01			20						60							18						
Palmare s	59.813	04			380						2000						4%	360						1%
Pedra	15.749	01			20						60							12						
Petrolân dia	15.332	01			20						60							18						
Petrolin a	279.751	01			60						180							18						
Quixaba	6.730	01			20						60							12						
Rio Formoso	13.813	01			60						180							38						
Santa Cruz da Baixa Verde	13.119	01			20						60							12						
São Benedito do Sul	12.434	01			20						60							12						
São José do Belmonte	11.888	01			20						60							12						
São José do Egito	32.010	01			20						60							12						
Serra Talhada	79.871	01			80						240							38						
Sirinhaé m	11.055	01			60						180							66						
Solidão	11.051	01			20						60							12						
Sta Cruz da Baixa Verde	11.347	01			20						60							12						
Sta. Cruz	13.773	01			20						60							12						
Tabira	10.872	01			20						60							12						
Tamand aré	9.479	01			20						60							34						
Triunfo	7.541	01			20						60							12						
Xexéu	15.000	01			115						340						2%	22						3%
Tuparet ama	7.937	01			20						60							12						
Total	1.592.289	53			2201						9803							1292						

LEGENDA:

SAC= Sistema de Abastecimento Coletivo; SAA= Sistema de Abastecimento de Água; SAI= Sistema de Abastecimento Individual; NC= Não-conformidades de acordo com a Portaria MS nº 518/2004.

Observação: Não foram incluídos os exames os exames de CRL (3.500 determinações), metais pesados no item exames físico-químicos (192 determinações - Hg, Pb, Cu, Cr, Cd, Al, Se, Zn e As) e contagem de cianobactérias (22 determinações)

Quadro Resumo- Atendido	
Nº de Municípios	44
Nº de SAA	53
Nº de coletas realizadas	2.201
Nº de análises físico-químicas realizadas	9.803
Nº de análises bacteriológicas realizadas	1.292

Observações:

- 1) Os municípios de Amaraji, Água Preta, Palmares, Gameleira, Catende e Xexéu possuem SAAE e tiveram os seus sistemas de abastecimento de água monitorados como forma de apoio técnico-operacional durante o ano de 2011.
- 2) Os demais municípios elencados tiveram amostras de água analisados (físico químicas e bacteriológicas) em parceria com a Vigilância Ambiental/PE. As coletas foram realizadas pelos inspetores sanitários dos municípios interessados. O percentual de não conformidade bacteriológico, fonte: figura 01- Visa/SES/PE, deste relatório, foi de 21,3%.

3)

Dados operacionais – água tratada (ATUAÇÃO EM MUNICÍPIOS)

MUNICÍPIOS	SAC	SAA	População	NÚMERO DE AMOSTRA COLETADAS						NÚMERO DE ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS						NC	NÚMERO DE ANÁLISES BACTERIOLÓGICAS						NC
				MANANCIAL			SUBTERRÂNEO			MANANCIAL			SUBTERRÂNEO				MANANCIAL			SUBTERRÂNEO			
				SA	SAC	SAI	SA	SAC	SAI	SA	SAC	SAI	SA	SAC	SAI		SA	SAC	SAI	SA	SAC	SAI	
				SA	SAC	SAI	SA	SAC	SAI	SA	SAC	SAI	SA	SAC	SAI		SA	SAC	SAI	SA	SAC	SAI	
Inaja	05	-	190	-	-	-	-	15	-	-	-	-	-	-	-	150	-	-	-	-	20	-	0
Ibimirim	05	-	2370	-	-	-	-	12	-	-	-	-	-	-	60	-	-	-	-	12	-	0	
Pesqueira	11	-	7414	-	-	-	-	24	-	-	-	-	-	-	100	-	-	-	-	24	-	0	
Tacaratu	01	-	2034	-	-	-	-	12	-	-	-	-	-	-	60	-	-	-	-	12	-	0	
Jatoba	01	-	3897	-	-	-	-	02	-	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-	2	-	0	
TOTAL	23		15905					65							390					70			

LEGENDA:

SAC = Sistema de Abastecimento Coletivo; SAA = Sistema de Abastecimento de Água; SAI = Sistema de Abastecimento Individual; NC= Não-conformidades de acordo com a PORTARIA M S Nº 518/2004

Observações:

- O controle da qualidade da água de terras indígenas em Pernambuco é realizado pelos supervisores de aisans. Os exames de alta complexidade recebem apoio da URCQA/PE, quando solicitado.
- A demanda do **Quadro 11** foi realizada no período junho e julho/2011, em função de um surto de diarreia, que após avaliação epidemiológica foi constatado a provável fonte de contaminação: Manipulação de alimento e água no domicílio, cuja medidas incluíram educação em saúde e desinfecção domiciliar com hipoclorito de sódio a 2,5%.

Quadro Resumo- Atendido	
Nº de Municípios	05
Nº de SAA	-
Nº de SAC	23
Nº de coletas realizadas	65
Nº de análises físico-químicas realizadas	390
Nº de análises bacteriológicas realizadas	70
Nº de não-conformidades	0

1. Informações gerais do laboratório URCQA/PE

Quadro 01 - Dados gerais da URCQA

Responsável Técnico (nome):	Osman de Oliveira Lira
Endereço de trabalho:	Avenida Conselheiro Rosa e Silva nº 1489, Aflitos – Recife – PE
Telefone(s) de trabalho:	(81) 34148377
Telefone celular do responsável técnico:	(81) 34148406
e-mail:	Osman.lira@funasa.gov.br Corepe.uncqa@funasa.gov.br
Possui UMCQA? (sim ou não)	Sim
Nº certificado de licença de funcionamento da Polícia Federal*	00019675-4
Nº certificado de licença de funcionamento do órgão de classe*	CRF-PE – 0074403
Nº certificado de licença de funcionamento da vigilância sanitária*	Não se aplica

2. Recursos Humanos

Quadro 02 - Quantitativo de pessoal existente e necessário no laboratório

da URCQA

	URCQA		
	QTD Existente	Necessário	
		QTD	Local
Nível Superior	02	03	URCQA
Nível Médio / Auxiliar	04	06	URCQA
Apoio Administrativo / motorista	02	03	URCQA

3. Atuação da URCQA

3.1 Parâmetros analisados pela URCQA de acordo com a Portaria MS nº 518

Quadro 06 - Monitoramento da qualidade da água realizado pela URCQA

Parâmetro	Frequência	
Exames sentinelas	Cor	Mensal
	Turbidez	Mensal
	pH	Mensal
	Coliformes Totais	Mensal
	E. Coli	Mensal
	Flúor	Mensal
Ferro total, Manganês, Dureza total, Cloretos, Amônia, Nitrito, Nitrato, SDT, Condutância	Mensal	
Metais pesados: Alumínio, Arsênico, Bário, Cádmiio, Chumbo, Cobre, Cromo, Mercúrio e Zinco.	Semestral	
Bacteriológico: Coliformes totais e E. Coli	Mensal	
Bacteriológico: Contagem de bactérias heterotróficas	Mensal	
Contagem de Cianobactérias	Semestral	

Identificação da Ação
Denominação: 2272 – Gestão e Administração do Programa
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamentos de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Patrícia Valéria Vaz Areal
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Cgpla

Identificação da subação					
Denominação: 2272- Gestão e Administração do Programa de Serviços Urbanos de Água e Esgoto.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
1. Implantar o Serviço de Saúde Ambiental (Sesam) da Suest/PE	Serviços Estruturados	Und.	01	01	100%
2. Elaborar proposta de atuação em Saúde Ambiental da Suest/PE.	Proposta Elaborada	Und.	01	01	100%
3. Elaborar o Quadro de Competência da Urcqa e Saduc	Quadro de Competência elaborado	Und.	01	01	100%

Fonte: Plano Operacional 2011

Análise Crítica

1- Com a nova estrutura da Funasa/Desam/Sesam, houve a necessidade da Estruturação física, Administrativa e Técnica dentro da Suest favorável para implantar o Serviço de Saúde Ambiental (Sesam), que antes desenvolvia suas atividades dentro da estrutura do Diesp. Ficamos com a responsabilidade, em especial, de Laboratório de Controle da Qualidade da Água, que passou a ter papel fundamental na efetivação das ações na Saúde Ambiental, onde fomos o pioneiro em adquirir a Unidade Móvel.

2- No preparo para a implantação da nova estrutura da Sesam, foram realizadas várias reuniões e discussões para elaborar propostas e consolidar num projeto de ações e atuações na área da Saúde Ambiental, tendo como base as orientações e diretrizes técnicas do Desam/Presidência.

3- Na implantação da estrutura Técnica na área da Saúde Ambiental, foi definido as atribuições dos profissionais da Sesam, organizado em um Quadro de Competência.

Capacitação durante 2011

Nome da capacitação	Data	Tipo/Forma	Publico Alvo	Nº de Participantes	Recursos
Mobilização de Combate a Dengue	07 a 11/02	Promovendo Palestras	Servidores da Suest/PE e SES/PE	120	Orçamento da Suest/PE
Semana do Meio Ambiente	21 a 25/03	Promovendo Palestras e Curso CQA	Servidores da Suest/PE	70	Orçamento da Suest/PE
Curso para Operadores de ETA	04 a 08/04	Ministrando o Curso	Servidores da Suest/Sesam/Diesp/AL e SAAE/AL	36	Orçamento da Suest/AL
Curso de Controle da Qualidade da Água	06 a 10/06	Promovendo o Curso	Servidores das Urcqa de PE, ES, SAAE/ PE e AL	22	Orçamento da Suest/PE
Workshop de Operação da UMTA	01 a 05/08	Participando	Servidor da Suest/PE	02	Orçamento da Suest/RJ
Curso Métodos Analíticos para Cianobactérias	08 a 12/08	Promovendo	Servidores da Funasa/PE, PB, ES, AM e MG.	05	Orçamento da Suest/PE
Curso de Técnica de Coletas e Análises de Água	29/08 a 02/09	Ministrando Curso	Servidores da Suest/AC e SES/AC	56	Orçamento da Suest/AC <i>OBS: Foram cedidos a Suest do Acre os equipamentos: multiparâmetros (pH, Cond, STD, Redox e OD) e comparador de CRL. Também insumos para vários exames.</i>
Curso de Saneamento Ambiental	19/09	Proferindo Palestra	Servidores do Município do Recife	36	Orçamento da Secretária de Saúde do Recife
XIV Congresso Mundial da Água	25 a 29/09	Participando do Congresso	Servidor da Sesam/Urcqa/PE	02	Orçamento de Desam/Presidência
Curso Noções de Sistemas da Qualidade em Análise Hidrobiológicas	03 a 05/10	Participando do Curso	Servidor da Urcqa/PE	01	Orçamento da Presidência
I Seminário de Saúde Ambiental da Funasa	03 a 05/10	Participando do Seminário	Servidor da Urcqa/PE	01	Orçamento de Desam/Presidência/Funasa
Oficina de Análises de Efluentes de ETE	17 a 19/10	Ministrando oficina	Servidores da Suest/Sesam/Diesp/AL e SAAE/AL e PE	26	Orçamento da Suest/Diesp/AL

Nos anos de 2010 e 2011, os municípios da Zona da Mata Sul de Pernambuco foram atingidos por fortes chuvas que comprometeram a distribuição de água para consumo humano, sobretudo nos municípios em que os sistemas de abastecimento de água são administrados por Autarquias – Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). Dos Municípios atingidos, dois decretaram estado de calamidade pública (Palmares e Água Preta) e quatro, situação de emergência (Amaraji, Gameleira,

Xexéu e Catende). As conseqüências foram de extrema complexidade, com inúmeras variáveis relacionadas com o fenômeno e com o cenário, levando em conta o impacto sob a ótica da coletividade. Em monitoramentos que foram realizados anteriormente aos eventos das chuvas nos mananciais dos sistemas de abastecimento de água das localidades mencionadas, já se podia ser constatado que a qualidade da água matriz estava comprometida em função dos lançamentos de efluentes domésticos e industriais, implicando por vezes em adoções de tecnologias complexas, e conseqüentemente em custos mais elevados, para o correto tratamento da água. Além dessas variáveis a falta de boas práticas também foi fator preponderante observado, haja vista a ausência de técnicos capacitados para executarem as atividades técnicas – operacionais.

Nesse cenário, a Suest/PE por intermédio da Urcqa, dentro de suas diretrizes, atribuições e competências, conforme a Portaria Funasa nº 177/2011, fomentou apóio técnico aos municípios atingidos, entre outras ações, promovendo um Curso para Operadores de Estação de Tratamento de Água (ETA), durante junho/2011 com finalidade de capacitar os profissionais que trabalham em laboratórios e operando as ETA.

Em parceria com a Secretária de Saúde do Estado de Pernambuco a Suest/Sesam/Urcqa/PE, utilizando a Umcqa, monitorou as águas para consumo humano dos municípios que foram atingidos pelas enchentes e que apresentavam incidência de doenças relacionadas com a água para consumo humano, cujo consolidado elaborado pela Visa/SES/PE reportou a situação daquele momento que acarretou medidas de intervenções, entre outras barreiras sanitárias, desinfecção de soluções alternativas coletivas e individuais, conforme figura a seguir:

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS
GERÊNCIA DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE ZOOSES E OUTRAS ENDEMIAS
COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL

MONITORAMENTO MICROBIOLÓGICO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO NAS REGIONAIS DE SAÚDE QUE RECEBERAM O APOIO DA UMCQA-FUNASA

	MUNICÍPIO	GERES	NÚMERO DE AMOSTRAS RECEBIDAS EM 2010	NÚMERO DE AMOSTRAS RECEBIDAS EM 2011 (1º SEMESTRE)	NÚMERO DE AMOSTRAS COM PRESENÇA DE <i>Escherichia coli</i> (2011)	% DE AMOSTRAS COM PRESENÇA DE E.coli (2011)
1	ÁGUA PRETA*	III	11	4	1	25,0
2	AMARAJI*	III	0	8	1	12,5
3	BARREIROS*	III	9	4	2	50,0
4	BELÉM DE MARIA*	III	4	7	2	28,6
5	CATENDE*	III	0	5	0	0,0
6	CORTÊS*	III	0	2	0	0,0
7	GAMELEIRA*	III	5	5	2	40,0
8	PALMARES*	III	9	5	0	0,0
9	RIO FORMOSO*	III	13	5	0	0,0
10	SÃO BENEDITO DO SUL*	III	0	7	5	71,4
11	SIRINHAÉM*	III	0	4	0	0,0
12	TAMANDARÉ*	III	2	4	0	0,0
13	ARARIPINA	IX	0	4	1	25,0
14	BODOCÓ	IX	0	7	3	42,9
15	EXÚ	IX	0	5	2	40,0
16	GRANITO	IX	0	5	0	0,0
17	IPUBI	IX	0	6	2	33,3
18	MOREILÂNDIA	IX	0	5	2	40,0
19	OURICURI	IX	0	4	4	100,0
20	PARNAMIRIM	IX	0	9	5	55,6
21	SANTA CRUZ	IX	0	4	1	25,0
22	SANTA FILOMENA	IX	0	5	3	60,0
23	TRINDADE	IX	0	8	3	37,5
24	AFRÂNIO	VIII	0	8	0	0,0
25	CABROBÓ	VIII	0	5	0	0,0
26	DORMENTES	VIII	0	5	0	0,0
27	LAGOA GRANDE	VIII	0	4	1	25,0
28	OROCÓ	VIII	0	5	0	0,0
29	STA. MARIA DA BOA VISTA	VIII	0	12	0	0,0
30	AFOGADOS DA INGAZEIRA	X	0	7	3	42,9
31	IGUARACI	X	0	4	2	50,0
32	ITAPETIM	X	0	14	0	0,0
33	SANTA TEREZINHA	X	0	6	1	16,7
34	SÃO JOSÉ DO EGITO	X	0	8	0	0,0
35	SOLIDÃO	X	0	4	0	0,0
36	TABIRA	X	0	9	0	0,0
37	TUPARETAMA	X	0	7	0	0,0
38	BETÂNIA	XI	0	5	1	20,0
39	CALUMBI	XI	0	5	0	0,0
40	CARNAUBEIRA DA PENHA	XI	0	7	6	85,7
41	FLORESTA	XI	0	6	0	0,0
42	ITACURUBA	XI	0	3	0	0,0
43	SÃO JOSÉ DO BELMONTE	XI	0	9	2	22,2
44	SATA CRUZ DA BAIXA VERDE	XI	0	7	1	14,3
45	SERRA TALHADA	XI	0	17	4	23,5
46	TRIUNFO	XI	0	7	1	14,3
	TOTAL		53	286	61	21,3

* Realizado pela UMCQA da FUNASA

Figura 01 – consolidado dos exames realizados pela Umcqa 2010 e 2011.

Além do apoio técnico e operacional desenvolvido durante o período das enchentes e também dos trabalhos realizados com parceria da Vigilância Ambiental do Estado, foram adquiridos insumos para o tratamento da água (policloreto de alumínio, flúor silicato de sódio – este dando continuidade a fluoretação nos municípios que possui SAAE, hipoclorito de cálcio e insumos laboratorial) e equipamentos para os Laboratórios das ETAS atingidas pelas enchentes, bem como para o Laboratório Ambiental do Município de Buique, conforme os quadros a seguir:

Quadro 04 – Relação de equipamentos que serão doados ao SAAE de Água Preta

Item	Descrição	Quant.	Nº de Pat
1.	Aparelho digital para leitura de cor UH em amostras de água.	01	275.652
2.	Aparelho para ensaio de floculação – Jar-Test, microprocessado.	01	275.670
3.	Comparador colorimétrico com prisma para determinação de CRL, método DPD.	01	275.674
4.	Destilador elétrico de água tipo Pilsen.	01	275.619
5.	Estufa de Incubação de bancada com controlador de temperatura microprocessado digital.	01	271.192
6.	Estufa de secagem e esterilização com porta e perfil de vedação em silicone.	01	271.195
7.	Turbidímetro portátil microprocessado.	01	275.680

Quadro 05 – Relação de equipamentos que serão doados ao SAAE de Amajari

Item	Descrição	Quant.	Nº de Pat
1.	Aparelho digital para leitura de cor UH em amostras de água.	01	275.651
2.	Comparador colorimétrico com prisma para determinação de CRL, método DPD.	01	275.673
3.	Destilador elétrico de água tipo Pilsen.	01	275.618
4.	Turbidímetro portátil microprocessado.	01	275.679

Quadro 06 – Relação de equipamentos que serão doados ao Município de Buique

Item	Descrição	Quant.	Nº de Pat
1.	Aparelho digital para leitura de cor UH em amostras de água.	01	275.656
2.	Comparador colorimétrico com prisma para determinação de CRL, método DPD.	01	275.678
3.	Destilador elétrico de água tipo Pilsen.	01	275.623
4.	Turbidímetro portátil microprocessado.	01	275.684

Quadro 07 – Relação de equipamentos que serão doados ao SAAE de Catende

Item	Descrição	Quant.	Nº de Pat
1.	Aparelho digital para leitura de cor UH em amostras de água.	01	275.654
2.	Aparelho para ensaio de floculação – Jar-Test, microprocessado.	01	275.672
3.	Comparador colorimétrico com prisma para determinação de CRL, método DPD.	01	275.670
4.	Destilador elétrico de água tipo Pilsen.	01	275.621
5.	Estufa de Incubação de bancada com controlador de temperatura microprocessado digital.	01	271.194
6.	Estufa de secagem e esterilização com porta e perfil de vedação em silicone.	01	271.197
7.	Turbidímetro portátil microprocessado.	01	275.682

Quadro 08 – Relação de equipamentos que serão doados ao SAAE de Palmares

Item	Descrição	Quant.	Nº de Pat
1.	Aparelho digital para leitura de cor UH em amostras de água.	01	275.653
2.	Aparelho para ensaio de floculação – Jar-Test, microprocessado.	01	275.671
3.	Comparador colorimétrico com prisma para determinação de CRL, método DPD.	01	275.675
4.	Destilador elétrico de água tipo Pilsen.	01	275.620
5.	Estufa de Incubação de bancada com controlador de temperatura microprocessado digital.	01	271.193
6.	Estufa de incubação portátil com caixa em plástico resistente.	01	275.643
7.	Estufa de secagem e esterilização com porta e perfil de vedação em silicone.	01	271.196
8.	Medidor Multi-Parâmetro para determinações de pH, cond, ORP, temp, STD e OD	01	275.645
9.	Turbidímetro portátil microprocessado.	01	275.681

Quadro 09 – Relação de equipamentos que serão doados ao SAAE de Xexéu

Item	Descrição	Quant.	Nº de Pat
1.	Aparelho digital para leitura de cor UH em amostras de água.	01	275.655
2.	Comparador colorimétrico com prisma para determinação de CRL, método DPD.	01	275.677
3.	Destilador elétrico de água tipo Pilsen.	01	275.622
4.	Turbidímetro portátil microprocessado.	01	275.683

A avaliação da qualidade da água quanto à presença de cianobactérias em mananciais superficiais de municípios com Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAE) do Estado de Pernambuco apresenta diagnóstico de 11 (onze) mananciais, sendo: Palmares - 04 mananciais; Água Preta - 03 mananciais; Xexéu - 02 mananciais; e Catende - 02 mananciais, onde foram realizadas 13 (treze) amostragens em dois momentos distintos, para alguns mananciais de Palmares e Água Preta, período de estiagem – 03/11/2010, e período chuvoso – 12/07/2011 (Figuras 02, 03, 04 e 05)

Palmares

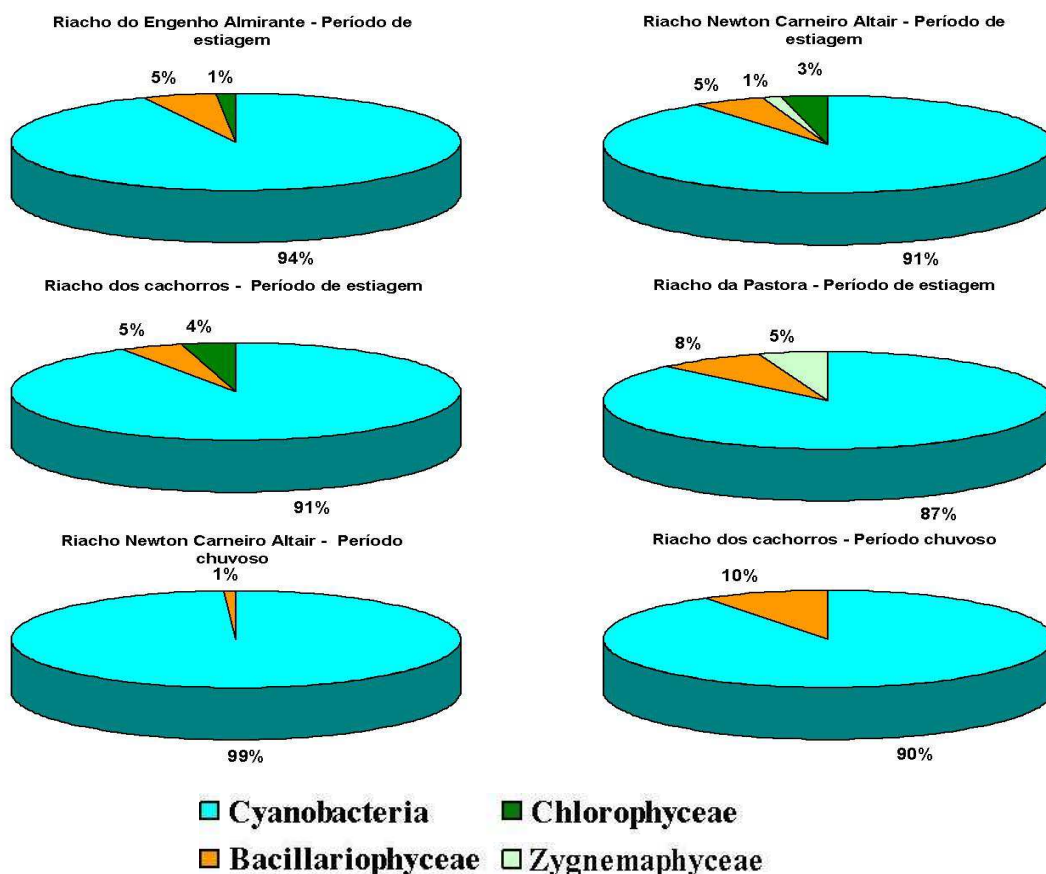


Figura 02. Percentual de contribuição das cianobactérias entre a comunidade fitoplanctônica nos mananciais superficiais do município de Palmares-PE, durante coletas realizadas nos períodos de estiagem, 03/11/2010, e de chuvas, 12/07/2011.

Água Preta

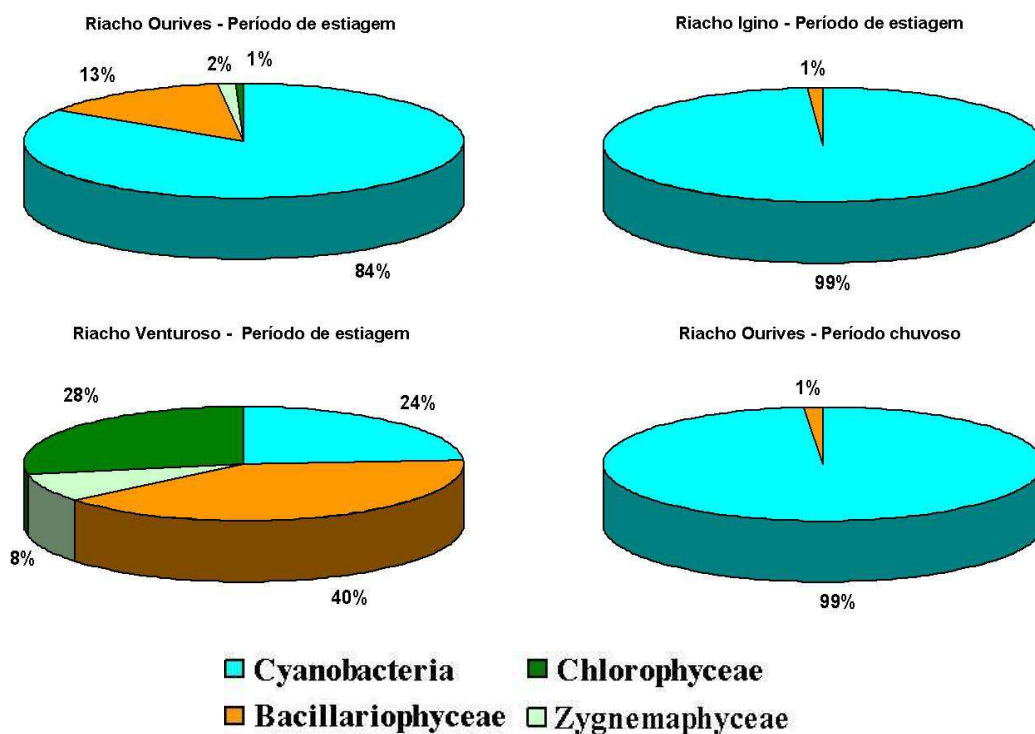


Figura 03. Percentual de contribuição das cianobactérias entre a comunidade fitoplanctônica nos mananciais superficiais do município de Água Preta-PE, durante coletas realizadas nos períodos de estiagem, 03/11/2010, e de chuvas, 12/07/2011.

Xexéu

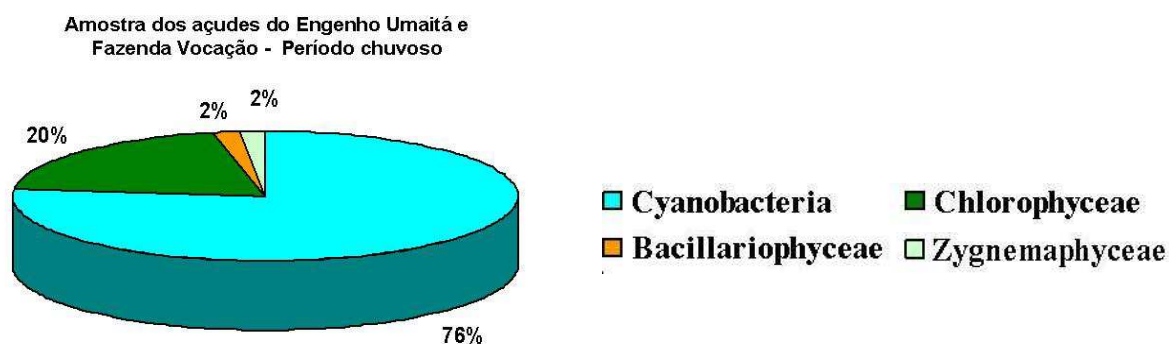


Figura 04. Percentual de contribuição das cianobactérias entre a comunidade fitoplanctônica nos mananciais superficiais do município de Xexéu-PE, durante coletas realizadas no período de chuvas, 12/07/2011.

Catende

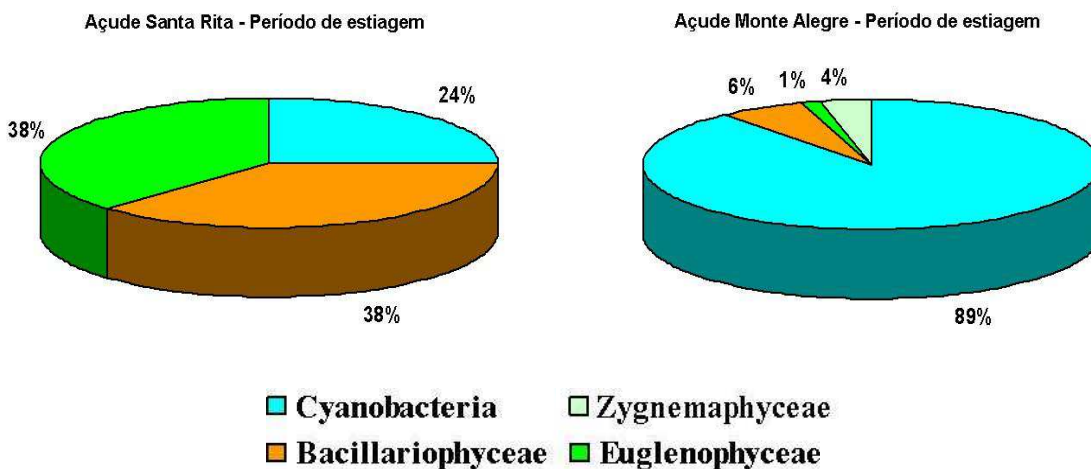


Figura 05. Percentual de contribuição das cianobactérias entre a comunidade fitoplanctônica nos mananciais superficiais do município de Catende-PE, durante coletas realizadas no período de chuvas, 12/07/2011.

Conclusões

Em julho de 2011, período chuvoso da região da zona da mata sul de Pernambuco, foram coletadas amostras para análises qualitativas e quantitativas de cianobactérias nos municípios de Palmares, Água Preta, Catende e Xexéu; e em novembro de 2011, período seco, foram acrescentadas amostras dos municípios de Gameleira e Amaraji. Considerando os aspectos legais da Portaria nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011 e os valores de referência para o diagnóstico em questão, de acordo com as análises desenvolvidas, todos os municípios obrigatoriamente, devem estabelecer planos de monitoramento mensais, uma vez que os valores de células por mL de cianobactérias encontraram-se abaixo de $10.000 \text{ cel.mL}^{-1}$.

Fonte: Relatórios Técnicos de trabalho do Dr. Giulliani Lira (Consultor da Opas)

Identificação da subação					
Denominação: 2272 – Gestão e Administração do Programa (PAC II)					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
1 Realizar visita local para definição da Contratação de Projetos.	Visita Realizada	Unid.	100	121	121%
2. Realizar entrevistas com os municípios pré selecionados, para realização de obras.	Entrevista Realizada	Unid.	50	80	160%
3. Realizar visita técnica	Visita				

preliminar de validação das informações prestadas na carta consulta para obras de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.	Técnica Realizada	Unid.	40	27	67%
4. Realizar visita técnica preliminar de validação das informações prestadas na carta consulta para obras de melhorias sanitárias domiciliares(MSD)	Visita Técnica Realizada	Unid.	65	33	51%

Fonte: Plano Operacional da Suest PE/2011

Para o desenvolvimento das metas acima relacionadas, foram programadas as seguintes etapas:

- ✓ 1.1. Promoção do planejamento das visitas;
- ✓ 1.2. Realização das visitas técnicas;
- ✓ 1.3. Consolidação das informações coletadas nas visitas promovidas;
- ✓ 1.4. Elaboração do pré-orçamento;
- ✓ 2.1. Agendamento das entrevistas técnicas;
- ✓ 2.2. Finalização das entrevistas no SIGOB;
- ✓ 2.3. Instrução do processo de projeto;
- ✓ 2.4. Envio dos processos para o Comitê de validação do GPAC;
- ✓ 3.1. Realizar a visita técnica preliminar;
- ✓ 3.2. Promover a inserção das informações da visita técnica no SIGOB;
- ✓ 4.1. Realizar a visita técnica preliminar;
- ✓ 4.2. Promover a inserção das informações da visita técnica no SIGOB;

Identificação da Ação
Denominação: 6908 - Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Assessorar gestores e técnicos em todos os níveis para o desenvolvimento de ações permanentes de comunicação e educação em saúde, por meio da mobilização social, visando à promoção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos, ocasionados pela falta e/ou inadequação de ações de saneamento ambiental.
Descrição: As ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento ambiental financiadas junto aos estados e municípios pela Funasa têm o sentido de fomentar, apoiar e fortalecer ações que resultem em efetiva melhoria na qualidade de vida da população beneficiada. A proposta é garantir que as melhorias em saneamento ambiental, implementadas nos municípios com até 50.000 habitantes, nos projetos das áreas metropolitanas e em áreas especiais (assentamentos, remanescentes de quilombo e áreas extrativistas) integrem-se de forma harmoniosa e sustentável nas comunidades; que garantindo a inclusão social por intermédio do acesso das populações vulneráveis aos serviços a que têm direito e colaborando para a adequada e transparente aplicação dos recursos públicos nessa área, inclusive estimulando a parceria junto a outros projetos e programas de iniciativa governamental e não governamental. Com essas ações, esperam-se iniciativas nos municípios beneficiados. Para tal faz-se necessário assessoramento técnico qualificado, por intermédio das ações discriminadas a seguir: atuação junto aos gestores e técnicos municipais em todos os níveis visando sensibilizá-los para a importância do desenvolvimento de atividades permanentes de Comunicação e Educação em Saúde; apoio técnico aos profissionais que atuam nas diversas instâncias de governo, representantes de ONGs para a elaboração, execução, acompanhamento e supervisão de projetos, programas e atividades educativas de caráter permanente; ampliação do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (PESMS), financiado por recursos de Convênio, para que se torne gerador/estimulador de outros projetos de alcance social; incentivo à integração das ações permanentes de Comunicação e Educação em Saúde a outros projetos sociais / comunitários, visando estimular a participação, controle e inclusão social, geração de

emprego e renda; fomento à organização de estruturas e equipes locais para o desenvolvimento de ações permanentes de Educação em Saúde; incremento ao apoio logístico e de recursos humanos às Assessorias de Comunicação e Educação em Saúde (ASCOM) das Coordenações Regionais da Funasa, por intermédio da aquisição de equipamentos e insumos, pagamento de diárias e passagens, prestação de serviços de terceiros por pessoas física e jurídica, visando o cumprimento das ações propostas.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde

Coordenador da Ação: Onivaldo Ferreira Coutinho

Unidade Executora: Departamento de Saúde Ambiental (DESAM)

Fonte: Cgplan

Identificação da subação					
Denominação:6908- Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
1 Realizar Seminários com municípios do PAC	Seminário Realizado	Seminário Realizado	20	0	0
2. Realizar supervisão técnica aos municípios conveniados	Municípios beneficiados	Municípios beneficiados	60	60	100
3. Implementar ações de educação em Saúde nas comunidades quilombolas	Oficinas realizadas	Oficinas realizadas	25	18	72
4. Realizar ações de cooperação técnica	Oficina de trabalho	Município Beneficiado	10	10	100

Fonte: Plano Operacional da Suest PE/2011

ANÁLISE CRÍTICA

1- Realizar Seminários de sensibilização junto a municípios contemplados pelo PAC, para elaboração e implementação dos projetos de educação em saúde e mobilização social.-

Esta meta foi programada pela equipe Saduc considerando que os municípios contemplados com recursos para realizar obras do PAC desde o ano de 2008, não possuem no Termo de Compromisso qualquer referência a atividades de educação em saúde junto à população beneficiada com o projeto. Entretanto, existe o entendimento de que as ações de saneamento devem ser executadas em conjunto com atividades educativas, de forma sistemática, visando estabelecer o diálogo e troca de conhecimentos a fim de desenvolver mais clareza quanto às intervenções e questões ligadas ao ambiente que afetam a saúde humana e sua qualidade de vida. Orientados pelas portarias nº 723/2007, 827/2007 e 828/2007 que normatizam o repasse de recursos financeiros de convênios celebrados com a Funasa, bem como estabelecem as condições específicas referente à apresentação, execução e realização de Projeto de Educação em Saúde e Mobilização Social, esta Saduc elaborou programação de seminários em conjunto com a Diesp ainda em 2010. Nesse ano foram programadas dez oficinas , no entanto, foram realizados apenas um evento.

É importante registrar que as auditorias da CGU dirigidas a esta Suest vem encaminhando reiteradas solicitações e recomendações para definição de mecanismos mais efetivos para que os municípios conveniados realizem atividades educativas junto

às comunidades beneficiadas visando a sustentabilidade do serviço e melhoria da qualidade de vida da população.

A realização dos seminários tem sido considerada um desafio à equipe, uma vez que se trata de uma ação que precisa ser articulada com a Divisão de Engenharia – Diesp e Setor de convênio - Secon, pois o objetivo é sensibilizar o gestor e técnicos de forma integrada, pautando a questão para Suest. Dessa forma buscamos um entendimento quanto o objetivo institucional da Suest, o que não é simples, pois a cultura institucional não facilita esse tipo de construção conjunta. No segundo semestre o PAC 2 assumiu a prioridade das ações na Funasa, e esta ação não pode ser contemplada da agenda da Superintendência em 2011.

2- Realizar supervisão técnica junto aos convênios EP e CV - para acompanhamento das ações de Educação em Saúde e Mobilização Social, nos projetos de saneamento

As Supervisões Técnicas aos municípios programados, são estabelecidas a partir dos processos de prestação de contas encaminhados para análise e parecer técnico quanto as atividades de educação em saúde. São realizadas com visitas aos municípios– reunião com gestores e técnicos responsáveis; visitas às comunidades atendidas; entrevista com moradores, com aplicação de questionário por amostragem, a fim de mensurar os resultados trabalhos educativos desenvolvidos. Para apoiar as diversas etapas do processo de Supervisão Técnica, a equipe utiliza os instrumentos que balizam a formalização dos registros necessários aos procedimentos fundamentando pronunciamento técnico frente às demandas de instrução dos processos de prestação de contas dos convênios. Esses documentos são elaborados com as informações consolidadas no *Formulário de Supervisão Técnica*.

O levantamento junto à comunidade é feito através de entrevistas com moradores, por meio de amostragem, utilizando formulário elaborado pela equipe, denominado: *Questionário de avaliação/acompanhamento técnico das ações do projeto de educação em saúde e mobilização social junto às comunidades beneficiadas*. As informações colhidas pelos questionários propiciam uma análise qualitativa das ações desenvolvidas e quanto a necessidade de retomar alguns aspectos relacionados às práticas e cuidados com a saúde e ambiente, ensejando momentos de aprendizado junto à comunidade e técnicos envolvidos com o trabalho. A meta estabelecida para essa ação foi plenamente alcançada.

3- Implementar ações de Educação em Saúde ambiental junto às comunidades quilombolas - contempladas com o Projeto de Integração do Rio São Francisco.

Esta meta vem sendo trabalhada desde 2008, como parte da parceria estabelecida com o Ministério da Integração Nacional, dentro do Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF, onde 07 municípios do Estado estão inseridos. Trata-se de Projeto de substituição de casas de taipa por alvenaria em comunidades quilombolas e indígenas de Pernambuco que se encontram-se em áreas consideradas de impacto do PISF.

Neste ano foram trabalhadas 18 comunidades quilombolas do Quilombo de Conceição das Crioulas e dos Quilombos de Contendas, Tamboril e Santana, todas localizadas no município de Salgueiro, região do sertão de Pernambuco – distante 500 Km de Recife. A atividade dessa meta vem sendo desenvolvidas com o apoio de colaboradores eventuais, colegas da Funasa que estão lotados na Secretaria Estadual de Saúde. Os mesmos, sob coordenação da Sesam/Saduc, desenvolvem o trabalho nas comunidades, com vistas a melhoria de aspectos referentes à saúde ambiental das localidades, incentivando o fortalecimento da organização social existente, bem como a articulação com órgãos municipais e estaduais, por meio de visitas domiciliares, reuniões e Oficinas Educativas. As visitas domiciliares foram realizadas às famílias beneficiadas com as casas de alvenaria, para avaliação do estado geral da habitação e nível de satisfação do morador, com registro em formulário próprio, para envio à Diesp de questões referentes à obra, acompanhada de registro fotográfico. As Oficinas foram planejadas com base nas informações obtidas a partir da aplicação do Questionário CAP- Conhecimentos, Atitudes e Práticas da Comunidade - junto às famílias beneficiadas pelo Projeto. Os dados colhidos com a aplicação dos questionários foram sistematizados, transformando-se em um diagnóstico sócio-ambiental, que é apresentado e discutido com os participantes das oficinas (representantes da gestão municipal, estadual, do Ministério da Integração Nacional, Funasa e organizações não governamentais locais). Num segundo momento da Oficina, realizam-se trabalhos de grupo, envolvendo todos os presentes, para, através da elaboração de um Plano Educativo, identificar problemas prioritários, definir ações, prazos, responsáveis e parcerias com competência para enfrentamento dos mesmos. A proposta pedagógica das Oficinas é de promover um maior envolvimento dos vários atores sociais, para que ocupem o lugar de sujeitos na melhoria da qualidade de vida destas comunidades.

Os sete Planos Educativos construídos nas Oficinas apontam situações-problema diversas, referentes aos aspectos sócio-ambientais e culturais dessas comunidades, que interferem na qualidade de vida de todos os moradores. Destacamos algumas necessidades como:

- Segunda etapa do Projeto com substituição das demais casas de taipa;
- Construção de banheiros, melhoria na assistência à saúde; no abastecimento de água e qualidade da mesma para consumo humano; reativação e ampliação de escolas;
- Melhoria dos meios de comunicação;
- Realização de atividades educativas e culturais com adultos e crianças; melhoria das estradas e construção de outros acessos às comunidades;
- Maior assistência para ampliar a produção agrícola e construção de banco de sementes; instalação de posto policial para maior segurança na região, dentre outras.

Os planos elaborados foram encaminhados oficialmente aos gestores municipais, estaduais e federais que estavam representados, a fim de ratificar as demandas e a necessidade de apoio e compromisso dessas instâncias.

As atividades educativas, realizadas em parceria com a equipe da Diesp, tiveram participação expressiva das comunidades quilombolas, que acolheram de forma positiva todos os momentos do trabalho. Com a presença de técnico da Diesp nas oficinas e

visitas foi possível esclarecer e resolver indagações dos moradores possibilitando maior resolutividade nas questões relacionadas a conclusão das casas de alvenaria e demolição das casas de taipa.

No segundo semestre a Sesam/Saduc pretende acompanhar o andamento dos planos gerados nessas Oficinas, juntamente com a equipe social do Ministério da Integração Nacional. No segundo semestre também está previsto prosseguir os trabalhos nas comunidades ainda não concluídas. O Quadro abaixo resume de forma quantitativa as ações realizadas.

Quadro N – Atividades desenvolvidas em área de Quilombos-Município de Salgueiro/PE

Mês	Comunidade	Atividade Realizada	Envolvidos na ação
ABRIL	- Quilombo de Conceição das Creoulas - Quilombo de Contendas, Tamboril (Oficina 1) - Quilombo de Santana (Oficina 2)	-Contato com lideranças e reuniões para agendamento das Oficinas educativas com comunidades beneficiadas com o Projeto; -02 Oficinas educativas para apresentação e discussão de diagnóstico sócio - ambiental e elaboração de Plano Educativo, com a participação de moradores, lideranças, gestores municipal, estadual, representantes do Ministério da Integração Nacional.	-Lideranças da Associação 39 participantes (Oficina 1) 33 participantes (Oficina 2)
MAIO	- <u>Quilombo de Conceição das Creoulas</u> <u>Visitas domiciliares:</u> Sítios Lagoinha, Barrinha, Chapada, Garrote Morto, Mulungu, Rodeador e Paus Branco - <u>Quilombo de C. Creoulas</u> - <u>Oficina3</u> : Sítios Paula, Boqueirão, Riacho do Juazeiro, Sede, Vila União; - <u>Oficina 4:</u> Sítios Lagoinha, Barrinha e Chapada	-Visitas para sondagem de opinião sobre as moradias recebidas, por meio de aplicação de questionário, com registro das condições das casas e orientações quanto ao uso das mesmas, quando necessário. - 02 Oficinas educativas para apresentação e discussão de diagnóstico sócio - ambiental e elaboração de Plano Educativo, com a participação de moradores, lideranças, gestores municipal, estadual e representantes do Ministério da Integração Nacional.	50 moradores entrevistados sobre a nova mora-dia 88 participantes (Oficina 3) 46 participantes (Oficina 4)
JUNHO	<u>Quilombo de C. das Creoulas</u> - <u>Oficina5:</u> Sítios Paus Branco e Rodeador; <u>Oficina 6:</u> Mulungu, Garrote Morto e Poço da Pedra; <u>Oficina 7</u> - Sítio Sítio e Queimadas.	- 03 oficinas educativas para apresentação e discussão de diagnóstico sócio - ambiental e elaboração de Plano Educativo, com a participação de moradores, lideranças, gestores municipal, estadual e representantes do Ministério da Integração Nacional.	77 participantes (Oficina 5) 55 participantes (Oficina 6) 27 participantes (Oficina 07)

Fonte: Relatório técnico de viagem - Saduc – 2011

4- Realizar ações de cooperação técnica referentes ao Nict para a construção de Planos Municipais de Saneamento Básico.

Esta Suest está responsável por intermédio do Núcleo *Intersetorial* de Cooperação Técnica – NICT pela assessoria a dez municípios selecionados em 2010 e 2011 para

receberem financiamentos/convênios para a elaboração de seus Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSB. Com o objetivo de discutir o seu funcionamento, organizar e programar as atividades das oficinas de trabalho com esses municípios foram realizadas cinco reuniões do Nict nesse semestre. O núcleo reuniu-se com a participação de representantes da engenharia – Diesp e Saduc nos dias : 01/02, 11/02, 16/02, 21/02, 23/03.

Eventos realizados pelo NICT: Oficina de trabalho para elaboração do orçamento e esclarecimentos quanto o Termo de Referência para o PMSB. Contamos com representantes dos dez municípios e aconteceu no período de 28 de fevereiro a 03 de março. Esse trabalho possibilitou esclarecer aos técnicos dos municípios a elaboração das etapas para aprovação da Planilha Orçamentárias. Na programação foram apresentados e debatidos todas as etapas e a Saduc apresentou e discutiu sobre a Mobilização Social para elaboração do PMSB. Vale ressaltar que a experiência marcou a realização integrada das equipes da Diesp e Saduc.

Identificação da Ação
Denominação: 10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos com abastecimento público de água adequado visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição: Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede de distribuição e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Ricardo Frederico de Melo
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Apresentamos a seguir o quadro de identificação dos produtos, com as respectivas unidade de medida, bem como os quantitativos previstos e realizado, além do percentual de execução, concernente a ação em tela:

Identificação da subação				
Denominação: Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões de Desenvolvimento Econômico (RIDE)				
Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
		Programado	Realizado	Realizado/ Programado %

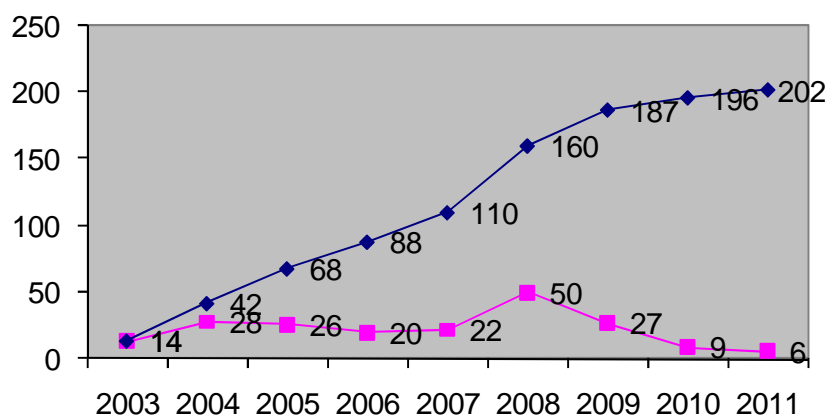
1.0 Analisar 30 projetos de implantação de melhorias de sistemas públicos de abastecimento de água.	Projeto Analisado	30	45	150%
2.0 Aprovar 5 projetos de implantação de melhorias de sistemas públicos de abastecimento de água.	Projeto Aprovado	5	14	280%
3.0 Realizar 55 visitas de acompanhamento em convênios ou termos de compromissos.	Visita Técnica de acompanhamento realizada	55	56	102%

Fonte: Plano Operacional da Suest 2011

As ações executadas pela Superintendência Estadual de Pernambuco, no âmbito da ação de Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE), se fizeram a partir da celebração de convênios firmados junto as Prefeituras ou através do Governo do Estado. O quadro abaixo exemplifica o quantitativo de convênios e Termos de Compromisso firmado em cada ano a partir de 2003:

Ano Ação	2003	2004	2005	2006	2007		2008		2009		2010		2011		Total
					Emendas	PAC	Emendas	PAC	Emendas	PAC	Emendas	PAC	Emendas	PAC	
SAA	14	28	26	20	21	1	8	42	0	27	2	7	0	6	202
					22		50		27		9		6		

O gráfico apresentado logo a seguir representa a evolução dos convênios e Termos de Compromisso firmados ao longo dos anos, a partir de 2003, bem como o quantitativo acumulado:



Verifica-se ainda que os desafios oriundos, do Programa de Aceleração do Crescimento, PAC/Funasa, representaram significado acréscimo no quantitativo total de projetos a serem gerenciados pela SUEST.

Para o desenvolvimento das metas acima relacionadas, foram programadas as seguintes etapas:

- ✓ Receber e Analisar os Projetos Elaborados pelas Entidades Conveniadas, promovendo a abertura de processo e fazendo o registro da análise nos sistemas SISCON e SIGOB.
- ✓ Realizar a visita técnica preliminar;
- ✓ Oficiar pendências ao convenente;
- ✓ Promover a visita técnica de acompanhamento das obras fazendo o devido registro no sistema SIGESAN;
- ✓ Após atendidas as pendências técnicas por parte dos convenentes, oriundas das análises efetuadas, promover a aprovação do projeto nos sistemas SISCON e SIGOB.

Com relação a presente ação destacamos:

a) Principais resultados:

- a1) Melhorias nas ferramentas que auxiliam nos trabalhos de rotina, como computadores e GPS;
- a2) Participação dos técnicos envolvidos com o trabalhos em oficina de revisão dos manuais técnicos, que orientam quanto as análises e acompanhamentos de obras;
- a3) Disciplinamento do condicionamento da disponibilização financeira dos convênios e termos de compromissos em razão da Portaria nº 623 de 11 de maio de 2010.
- a4) Novas contratações de técnicos para promoção das análises técnicas e para a realização das visitas de acompanhamento;

b) Principais Problemas:

- b1) Efetivo ainda insuficiente de engenheiros para apoio na análise, aprovação e acompanhamento das obras;
- b2) Ressalta-se ainda o atendimento às demandas originárias dos órgãos de controle, notadamente: C.G.U., T.C.U., Ministério Público Federal, bem como os originários da Auditoria Interna da Funasa, que ocuparam significativamente o tempo dos poucos técnicos de nível superior lotados no Diesp, durante o exercício.
- b3) Carência de quantitativo de pessoal técnico habilitado, por parte dos municípios, para elaboração projetos, acompanhamento das análises e saneamento de pendências. Este fator pode ser mais bem observado quando se identifica que um mesmo técnico chega a ser responsável por quantidades significativas de projetos, abrangendo diversos municípios;
- b4) Duvidosa qualificação técnica e financeira das empresas contratadas pelas entidades conveniadas para execução das obras objeto dos convênios, tendo em vista as paralisações e atrasos observados nas vistorias realizadas;
- b5) Falta de acompanhamento sistemático, por parte da fiscalização das entidades conveniadas, junto às empresas contratadas, gerando despesas

incorretas oriundas de pagamentos de serviços não realizados ou em desacordo com as especificações previstas nos projetos;

b6) Promoção de alterações de projetos seja por parte das empresas contratadas, ou pela própria entidade conveniada, sem haver comunicação prévia, tão pouco anuência por parte da Funasa;

b7) Em que pese às reuniões promovidas junto aos técnicos da Companhia de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco, destacamos ainda as dificuldades dos convenientes com a obtenção do licenciamento ambiental / outorga.

c) Contratações e Parcerias:

c1) Contratação de 3 (três) consultores através da Organização Panamericana de Saúde, para apoio nas atividades de análise de projetos e acompanhamento de obras;

d) Transferências:

d1) Considerando o baixo efetivo técnico da Superintendência de Pernambuco, entendemos que a melhor forma para atingirmos os objetivos relacionados a presente ação continua sendo a descentralização dos recursos às entidades conveniadas;

d2) Em face da experiência adquirida nos últimos 3 (três) anos, observamos que dependendo do volume de recursos disponibilizados para implementação da ação, pode não haver disponibilidade financeira, por parte do conveniente, para custear a elaboração dos projetos. A solução para esse caso passa por buscar uma alternativa em que o projeto passaria a ser custeado com parte dos recursos do próprio convênio. Com o estabelecimento dessas garantias, haveria uma melhor expectativa da participação de técnicos mais experientes repercutindo no ganho de qualidade;

d3) O advento da Portaria nº 623 de 11 de maio de 2010 trouxe significativos benefícios para um melhor controle do repasse de recursos, exigindo sistematicamente a presença da fiscalização de convênios, promovendo o acompanhamento da aplicação dos recursos, estabelecendo critérios de compatibilidade com o cronograma e assegurando o cumprimento das metas pactuadas.

Ação: 10GD – Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE);

Subação: Execução Direta para Construção de Poços Tubulares para Abastecimento Público de Água.

Identificação da Ação	
Denominação:	10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
Tipo de Ação:	Projeto
Finalidade:	Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos com abastecimento público de água adequado visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição:	Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede de distribuição e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas:	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação:	Ricardo Frederico de Melo Arantes
Unidade Executora:	Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

A presente subação foi criada a partir das orientações da Presidência da Funasa, bem como da Controladoria Geral da União, tendo como finalidade principal avaliar o desempenho das equipes de perfuração de poços tubulares, a partir das metas definidas no plano operacional, identificando os sucessos e insucessos ocorridos, além dos aspectos que facilitaram ou prejudicaram no desenvolvimento dos trabalhos.

A descrição das metas definidas para o desenvolvimento da sub ação, bem como a unidade de medida, os índices esperados e alcançados, ao longo do exercício de 2011 estão representadas no quadro a seguir:

Identificação da subação						
Denominação: Execução direta para Construção de Poços Tubulares para Abastecimento de Água						
Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011			Realizado/ Programado %	
		Programado	Realizado			
Construção de Poços Tubulares.	Poço Construído	02	07	350%		
Recuperação de Poços Tubulares.	Poço Recuperado	04	04	50%		
Realizar manutenção em equipamento de construção de poços tubulares.	Equipamento mantido	02	02	100%		

Fonte: Plano Operacional da Suest PE/2011

Para o desenvolvimento das metas acima relacionadas, foram programadas as seguintes etapas:

Para a Meta 1:

- ✓ Locação;
- ✓ Construção e limpeza;
- ✓ Realização de teste de vazão.

Para a Meta 2:

- ✓ Realização da recuperação e testes;
- ✓ Instalação do equipamento de bombeamento.

Para a Meta 3:

- ✓ Elaboração de PBS e Termos de Referência para a contratação dos serviços;
- ✓ Fiscalização e acompanhamento dos contratos.

Cumprimento das metas físicas: A subação “Execução direta para construção de poços tubulares para abastecimento de água” apresentou como avanços no ano de 2010; o aumento da meta prevista de construção de poços, enfocando comunidades quilombolas e indígenas onde não existe abastecimento de água dentro das Ações do Programa Brasil sem Miséria –Água para Todos. Ressalta-se que a o quantitativo de poços construídos ultrapassou o previsto, tendo em vista que os recursos para diárias foram custeados diretamente pelo Densp/Funasa/PRE nos meses de novembro e dezembro. Por outro lado, os quantitativos previstos para a Meta 2, de “Recuperação de Poços Tubulares”, que teve por unidade de medida o “poço recuperado” foram alcançados, ocorreu contudo uma mudança na programação, tendo em vista problemas administrativos, devido a transferência da responsabilidade da recuperação dos poços em áreas indígenas para o DSEI/SESAI.

Subações que apresentaram problemas de execução:

Outras questões que impactaram a Execução Física da Subação:

- Não execução de testes de vazão detalhados nos poços construídos em função de:
 - ✓ Falta de servidor treinado para assumir a equipe de teste de vazão;
 - ✓ Falta de eletricista do quadro;
- Produtividade ainda baixa dos equipamentos da SUEST em função de:
 - ✓ Recursos insuficientes para o pagamento de diárias das equipes de perfuração de poços.
 - ✓ Não adequação dos quantitativos mensais disponíveis no Sistema Ticket Car para aquisição de combustíveis para os equipamentos de perfuração a real necessidade e ao consumo dos equipamentos;
 - ✓ Frota de caminhões e de carros de apoio antiga, ocasionando freqüentes quebras e paralisações no serviço;
 - ✓ Falta de alguns insumos e materiais como EPIs e Ferramentas
 - ✓ Qualificação insuficiente da equipe de perfuração, necessitando de capacitação de servidores.

Providências já adotadas: Realização do Curso de Segurança no trabalho de Construção de Poços tubulares no mês de dezembro de 2012 para todos os servidores que atuam na atividade. Encaminhadas solicitação de recursos para aquisição insumos. Solicitação de mudança nos valores disponíveis para os motores estacionários dos equipamentos de perfuração nos cartões combustível. Foram elaborados processos para aquisição de

materiais. Foram programados cursos no PAC 2012 direcionados aos integrantes da equipe de construção e recuperação de poços.

Apresentamos a seguir os quadros com a relação das intervenções poços construídos bem como a recuperação, manutenção e/ou instalação de poços do exercício de 2011.

POÇOS CONSTRUÇÃO 2011
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE PERNAMBUCO

LOCALIDADE CONTEMPLADA	MUNICÍPIO	AÇÃO	POPULAÇÃO A SER BENEFICIADA	MÊS	RECURSOS EMPENHADOS/ UTILIZADOS	OBSERVAÇÕES
Baixa do Lero.	Tacaratú	Construção de poço	244 habitantes	Agosto	Executados com equipamentos próprios	Necessitando instalação.
Malhadinha	Betânia	Construção de poço	80 famílias	Março	Executados com equipamentos próprios	Poço desmoronado.
Baixa do Meio	Betânia	Construção de poço	244 habitantes	Março	Executado com apoio da empresa de manutenção	Necessitando instalação.
Cajueiro	Mirandiba	Construção de poço	06 famílias	Abril	Executados com equipamentos próprios	Necessitando instalação.
Quixabeira	Mirandiba	Construção de poço	07 famílias	Abril	Executados com equipamentos próprios	Necessitando instalação.
Pedra Branca	Mirandiba	Construção de poço	23 famílias	Abril	Executados com equipamentos próprios	Necessitando instalação.
Páu de Leite	Mirandiba	Construção de poço	20 famílias	Abril	Executados com apoio da empresa de manutenção	Necessitando instalação.
Prata	Carnaubeira da Penha	Perfuração de poço	243 habitantes	Agosto	Executado por contratação R\$ 85.505,60	Necessitando instalação.

POÇOS RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO 2011
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE PERNAMBUCO

LOCALIDADE CONTEMPLADA	MUNICÍPIO	AÇÃO	POPULAÇÃO A SER BENEFICIADA	MÊS	RECURSOS EMPENHADOS/ UTILIZADOS	OBSERVAÇÕES
-------------------------------	------------------	-------------	------------------------------------	------------	--	--------------------

			(habitantes)			
Aldeia Malhador da etnia Kapinawá	Buíque	Manutenção e instalação de poço	212	Janeiro	Executados com equipamentos próprios	Em operação
Aldeia Espinheiro da etnia Pankararú (Poço do Padre)	Tacaratú	Manutenção e instalação de poço	461	Abril	Executados com equipamentos próprios	Em operação
Funasa (Sede)	Recife	Manutenção e instalação de poço	130 funcionários	Novembro	Executados com equipamentos próprios	Em operação

Ação: 7652 – Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos;

Dados Gerais

Identificação da Ação
Denominação: 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de condições sanitárias adequadas visando à prevenção e controle de doenças e agravos.
Descrição: Melhorias Sanitárias Domiciliares são intervenções promovidas, prioritariamente, nos domicílios e eventualmente intervenções coletivas de pequeno porte. Inclui a construção de módulos sanitários, banheiro, privada, tanque séptico, sumidouro (poço absorvente), instalações de reservatório domiciliar de água, tanque de lavar roupa, lavatório, pia de cozinha, ligação à rede pública de água, ligação à rede pública de esgoto, dentre outras. São consideradas coletivas de pequeno porte, por exemplo: banheiro público, chafariz público, ramais condominiais, tanque séptico, etc. Pode também fomentar a implantação de oficina municipal de saneamento.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Antônio da Motta Ribeiro
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Resultados

Apresentamos a seguir o quadro de identificação dos produtos, com as respectivas unidades de medida, bem como os quantitativos previstos e realizado, além do percentual de execução, concernente a ação em tela:

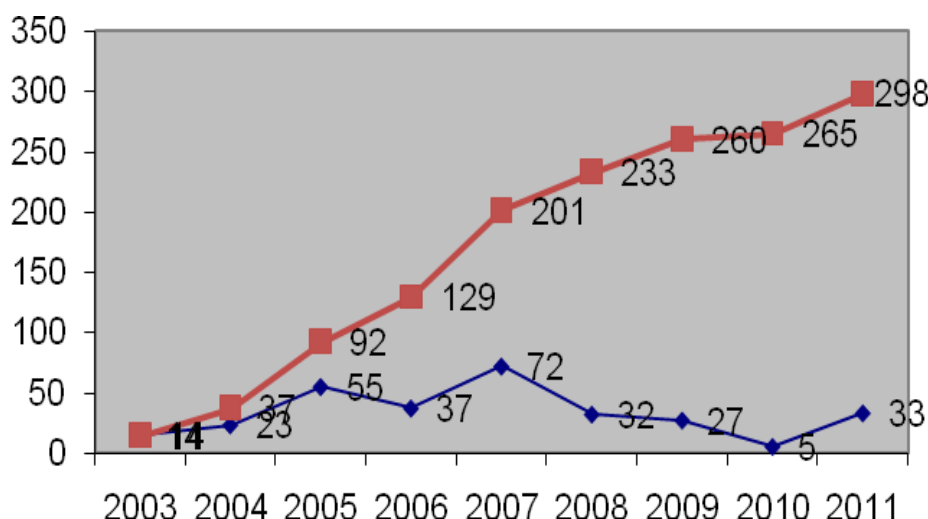
Identificação da subação					
Denominação: Implantação e Melhoria de Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos.					
Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011			
		Programado	Realizado	Realizado/Programado %	
Analisar 30 projetos de implantação de melhorias sanitárias domiciliares, para prevenção e controle de agravos.	Projeto Analisado	30	59	196%	
Realizar 120 visitas de acompanhamento em convênios ou termos de compromissos.	Visita Técnica de acompanhamento realizada	120	108	90%	
Aprovar 15 projetos de melhorias sanitárias domiciliares, para prevenção e controle de agravos.	Projeto Aprovado	15	15	100%	

Fonte: Plano Operacional Suest/PE 2011

As ações executadas pela Superintendência Estadual de Pernambuco, no âmbito da ação de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para a Prevenção e Controle de Agravos, se fizeram a partir da celebração de convênios firmados junto as Prefeituras ou através do Governo do Estado. O quadro abaixo exemplifica o quantitativo de convênios e Termos de Compromisso firmado em cada ano a partir de 2003:

Ano Ação	2003	2004	2005	2006	2007		2008		2009		2010		2011		Total
					Emendas	PAC	Emendas	PAC	Emendas	PAC	Emendas	PAC	Emendas	PAC	
MSD	14	23	55	37	30	42	15	17	0	27	1	4	0	33	298
					72		32		27		5		33		

O gráfico apresentado logo a seguir representa a evolução dos convênios e Termos de Compromisso firmados ao longo dos anos, a partir de 2003, bem como o quantitativo acumulado:



Verifica-se ainda que os desafios oriundos, do Programa de Aceleração do Crescimento, PAC/Funasa, representaram significado acréscimo no quantitativo total de projetos a serem gerenciados pela SUEST.

Para o desenvolvimento das metas acima relacionadas, foram programadas as seguintes etapas:

- ✓ Receber e Analisar os Projetos Elaborados pelas Entidades Conveniadas, promovendo a abertura de processo e fazendo o registro da análise no sistema SISCON.
- ✓ Realizar a visita técnica preliminar;
- ✓ Oficiar pendências ao conveniente;
- ✓ Promover a visita técnica de acompanhamento das obras fazendo o devido registro no sistema SIGESAN;
- ✓ Após atendidas as pendências técnicas por parte dos convenientes, oriundas das análises efetuadas, promover a aprovação do projeto no sistema SISCON.

Com relação a presente ação destacamos:

a.Principais resultados:

- a1) Melhorias nas ferramentas que auxiliam nos trabalhos de rotina, como computadores e GPS;
- a2) Participação dos técnicos envolvidos com o trabalhos em oficina de revisão dos manuais técnicos, que orientam quanto as análises e acompanhamentos de obras;
- a3) Disciplinamento do condicionamento da disponibilização financeira dos convênios e termos de compromissos em razão da Portaria nº 623 de 11 de maio de 2010.
- a4) Novas contratações de técnicos para promoção das análises técnicas e para a realização das visitas de acompanhamento;
- a5) Realização de gestão junto às entidades conveniadas objetivando apoio logístico para atuação dos servidores de nível médio, nas visitas técnicas preliminares.

b.Principais Problemas:

- b1) Efetivo ainda insuficiente de engenheiros para apoio na análise, aprovação e acompanhamento das obras;
- b2) Ressalta-se ainda o atendimento às demandas originárias dos órgãos de controle, notadamente: C.G.U., T.C.U., Ministério Público Federal, bem como os originários da Auditoria Interna da Funasa, que ocuparam significativamente o tempo dos poucos técnicos de nível superior lotados no Diesp, durante o exercício.
- b3) Carência de quantitativo de pessoal técnico habilitado, por parte dos municípios, para elaboração projetos, acompanhamento das análises e saneamento de pendências. Este fator pode ser mais bem observado quando se identifica que um mesmo técnico chega a ser responsável por quantidades significativas de projetos, abrangendo diversos municípios;
- b4) Duvidosa qualificação técnica e financeira das empresas contratadas pelas entidades conveniadas para execução das obras objeto dos convênios, tendo em vista as paralisações e atrasos observados nas vistorias realizadas;
- b5) Falta de acompanhamento sistemático, por parte da fiscalização das entidades conveniadas, junto às empresas contratadas, gerando despesas incorretas oriundas de pagamentos de serviços não realizados ou em desacordo com as especificações previstas nos projetos;
- b6) Promoção de alterações de projetos seja por parte das empresas contratadas, ou pela própria entidade conveniada, sem haver comunicação prévia, tão pouco anuência por parte da Funasa;
- b7) Em que pese às reuniões promovidas junto aos técnicos da Companhia de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco, destacamos ainda as dificuldades dos convenientes com a obtenção do licenciamento ambiental / outorga.

c) Contratações e Parcerias:

c1) Contratação de 3 (três) consultores através da Organização Panamericana de Saúde, para apoio nas atividades de análise de projetos e acompanhamento de obras;

d) Transferências:

d1) Considerando o baixo efetivo técnico da Superintendência de Pernambuco, entendemos que a melhor forma para atingirmos os objetivos relacionados a presente ação continua sendo a descentralização dos recursos às entidades conveniadas;

d2) Em face da experiência adquirida nos últimos 4 (quatro) anos, observamos que dependendo do volume de recursos disponibilizados para implementação da ação, pode não haver disponibilidade financeira, por parte do conveniente, para custear a elaboração dos projetos. A solução para esse caso passa por buscar uma alternativa em que o projeto passaria a ser custeado com parte dos recursos do próprio convênio. Com o estabelecimento dessas garantias, haveria uma melhor expectativa da participação de técnicos mais experientes repercutindo no ganho de qualidade;

d3) O advento da Portaria nº 623 de 11 de maio de 2010 trouxe significativos benefícios para um melhor controle do repasse de recursos, exigindo sistematicamente a presença da fiscalização de convênios, promovendo o acompanhamento da aplicação dos recursos, estabelecendo critérios de compatibilidade com o cronograma e assegurando o cumprimento das metas pactuadas.

Ação: 10GE – Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico;

Dados Gerais

Identificação da Ação
Denominação: 10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de sistema público de coleta e tratamento de esgoto sanitário adequado visando à prevenção e o controle de doenças e agravos.
Descrição: Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Ricardo Frederico de Melo Arantes
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Apresentamos a seguir o quadro de identificação dos produtos, com as respectivas unidades de medida, bem como os quantitativos previstos e realizado, além do percentual de execução, concernente a ação em tela:

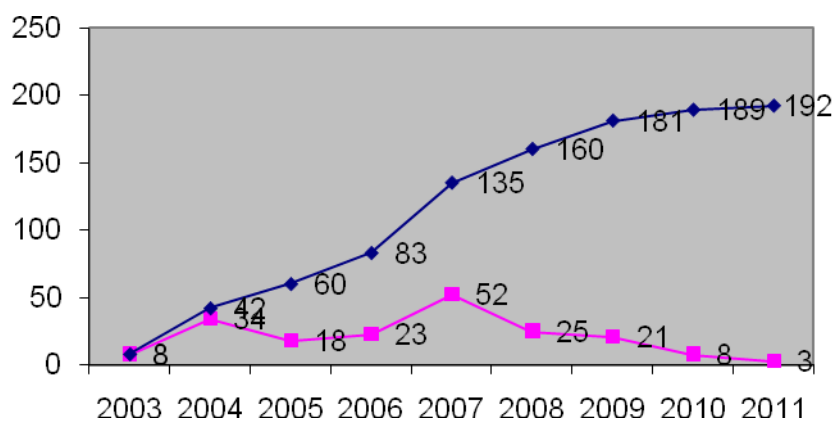
Identificação da subação						
Denominação Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões de Desenvolvimento Econômico (RIDE)						
Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011			Realizado/Programado %	
		Programado	Realizado			
Analisar 45 projetos de implantação de melhorias de sistemas públicos de esgotamento sanitário.	Projeto Analisado	45	58		128%	
Realizar 40 visitas de acompanhamento em convênios ou termos de compromissos.	Visita Técnica de acompanhamento realizada	40	54		135%	
Aprovar 10 projetos de implantação de melhorias de sistemas públicos de esgotamento sanitário.	Projeto Aprovado	10	18		180%	

Fonte: Plano Operacional Suest/PE 2011

As ações executadas pela Superintendência Estadual de Pernambuco, no âmbito da ação de Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE), se fizeram a partir da celebração de convênios firmados junto as Prefeituras ou através do Governo do Estado. O quadro abaixo exemplifica o quantitativo de convênios e Termos de Compromisso firmado em cada ano a partir de 2003:

Ano Ação	2003	2004	2005	2006	2007		2008		2009		2010		2011		Total
					Emendas	PAC	Emendas	PAC	Emendas	PAC	Emendas	PAC	Emendas	PAC	
SES	8	34	18	23	39	13	5	20	21	21	4	4	3	3	192
					52		25		21		8		3		

O gráfico apresentado logo a seguir representa a evolução dos convênios e Termos de Compromisso firmados ao longo dos anos, a partir de 2003, bem como o quantitativo acumulado:



Verifica-se ainda que os desafios oriundos, do Programa de Aceleração do Crescimento, PAC/Funasa, representaram significado acréscimo no quantitativo total de projetos a serem gerenciados pela SUEST.

Para o desenvolvimento das metas acima relacionadas, foram programadas as seguintes etapas:

- ✓ Receber e Analisar os Projetos Elaborados pelas Entidades Conveniadas, promovendo a abertura de processo e fazendo o registro da análise no sistema SISCON.
- ✓ Realizar a visita técnica preliminar;
- ✓ Oficiar pendências ao convenente;
- ✓ Promover a visita técnica de acompanhamento das obras fazendo o devido registro no sistema SIGESAN;
- ✓ Após atendidas as pendências técnicas por parte dos convenentes, oriundas das análises efetuadas, promover a aprovação do projeto no sistema SISCON.

Com relação a presente ação destacamos:

a) Principais resultados:

- a1) Melhorias nas ferramentas que auxiliam nos trabalhos de rotina, como computadores e GPS;
- a2) Participação dos técnicos envolvidos com o trabalhos em oficina de revisão dos manuais técnicos, que orientam quanto as análises e acompanhamentos de obras;
- a3) Disciplinamento do condicionamento da disponibilização financeira dos convênios e termos de compromissos em razão da Portaria nº 623 de 11 de maio de 2010.
- a4) Novas contratações de técnicos para promoção das análises técnicas e para a realização das visitas de acompanhamento;
- a5) Realização de gestão junto às entidades conveniadas objetivando apoio logístico para atuação dos servidores de nível médio, nas visitas técnicas preliminares;

b) Principais Problemas:

- b1) Efetivo ainda insuficiente de engenheiros para apoio na análise, aprovação e acompanhamento das obras;
- b2) Ressalta-se ainda o atendimento às demandas originárias dos órgãos de controle, notadamente: C.G.U., T.C.U., Ministério Público Federal, bem como os originários da Auditoria Interna da Funasa, que ocuparam significativamente o tempo dos poucos técnicos de nível superior lotados no Diesp, durante o exercício.
- b3) Carência de quantitativo de pessoal técnico habilitado, por parte dos municípios, para elaboração projetos, acompanhamento das análises e saneamento de pendências. Este fator pode ser mais bem observado

quando se identifica que um mesmo técnico chega a ser responsável por quantidades significativas de projetos, abrangendo diversos municípios;

b4) Duvidosa qualificação técnica e financeira das empresas contratadas pelas entidades conveniadas para execução das obras objeto dos convênios, tendo em vista as paralisações e atrasos observados nas vistorias realizadas;

b5) Falta de acompanhamento sistemático, por parte da fiscalização das entidades conveniadas, junto às empresas contratadas, gerando despesas incorretas oriundas de pagamentos de serviços não realizados ou em desacordo com as especificações previstas nos projetos;

b6) Promoção de alterações de projetos seja por parte das empresas contratadas, ou pela própria entidade conveniada, sem haver comunicação prévia, tão pouco anuência por parte da Funasa;

b7) Em que pese às reuniões promovidas junto aos técnicos da Companhia de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco, destacamos ainda as dificuldades dos convenientes com a obtenção do licenciamento ambiental / outorga.

c) Contratações e Parcerias:

c1) Contratação de 3 (três) consultores através da Organização Panamericana de Saúde, para apoio nas atividades de análise de projetos e acompanhamento de obras;

d) Transferências:

d1) Considerando o baixo efetivo técnico da Superintendência de Pernambuco, entendemos que a melhor forma para atingirmos os objetivos relacionados a presente ação continua sendo a descentralização dos recursos às entidades conveniadas;

d2) Em face da experiência adquirida nos últimos 4 (quatro) anos, observamos que dependendo do volume de recursos disponibilizados para implementação da ação, pode não haver disponibilidade financeira, por parte do conveniente, para custear a elaboração dos projetos. A solução para esse caso passa por buscar uma alternativa em que o projeto passaria a ser custeado com parte dos recursos do próprio convênio. Com o estabelecimento dessas garantias, haveria uma melhor expectativa da participação de técnicos mais experientes repercutindo no ganho de qualidade;

d3) O advento da Portaria nº 623 de 11 de maio de 2010 trouxe significativos benefícios para um melhor controle do repasse de recursos, exigindo sistematicamente a presença da fiscalização de convênios, promovendo o acompanhamento da aplicação dos recursos, estabelecendo critérios de compatibilidade com o cronograma e assegurando o cumprimento das metas pactuadas.

Programa: 1287 – Saneamento Rural

Dados Gerais

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1287	Denominação: Saneamento Rural
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Promover e participar da adoção de medidas voltadas à prevenção e ao controle dos determinantes e condicionantes de saúde da população.	
Objetivos Específicos: Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais.	
Gerente: Gilson de Carvalho Queiroz Filho	Responsável: Ruy Gomide Barreira
Público Alvo: População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta.	

Principais Ações do Programa

- ✓ **Ação: 3921** – Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas.

Objetivo Geral: *Nas áreas consideradas endêmicas da “Doença de Chagas”, melhorar as condições físico-sanitárias das casas, por meio de reforma ou reconstrução, de tal forma que as habitações tornem-se refratárias à colonização de triatomíneos, insetos hematófagos, agentes patogênicos da “Doença de Chagas”.*

- ✓ **Ação: 7656** – Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais Especiais (Comunidades remanescentes de Quilombos e Assentamentos de Reforma Agrária) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção de Agravos.

Objetivo Geral: *Fomentar e financiar a implantação, ampliação ou melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água e de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário e, em Áreas Especiais (Assentamentos e Comunidades Quilombolas), propiciar resolubilidade de problemas de Abastecimento de Água, de Esgotamento Sanitário e de Melhorias Sanitárias (domiciliares e/ou coletivas).*

- ✓ **Ação: 7684** – Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e controle de Agravos.

Objetivo Geral: *Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, Implantação de Melhorias Sanitárias, Lavatórios, Pias de Cozinha, Reservatórios (Caixas D’água, etc., dotando as aldeias de condições adequadas de Saneamento Básico*

Ação 3921 - Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas;

Dados Gerais

Identificação da Ação
Denominação: 3921 - Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Melhorar as condições físicas e sanitárias das habitações, tornando-as refratárias à colonização de triatomíneos contribuindo para controle da doença de Chagas.
Descrição: A ação visa melhorar as condições físico-sanitárias da casa por meio de restauração (reforma) ou reconstrução; a restauração compreende, dentre os principais serviços, os seguintes: reboco das paredes internas e externas e pintura das mesmas; calçada de proteção em torno da casa; cobertura com materiais adequados; piso cimentado ou de madeira; recuperação de abrigo de animais e depósitos; substituição de cercas; e implantação e/ou recuperação de instalações sanitárias; nos casos em que as casas não suportarem reformas, as mesmas serão demolidas e reconstruídas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Antônio da Motta Ribeiro
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Apresentamos a seguir o quadro de identificação dos produtos, com as respectivas unidades de medida, bem como os quantitativos previstos e realizado, além do percentual de execução, concernente a ação em tela:

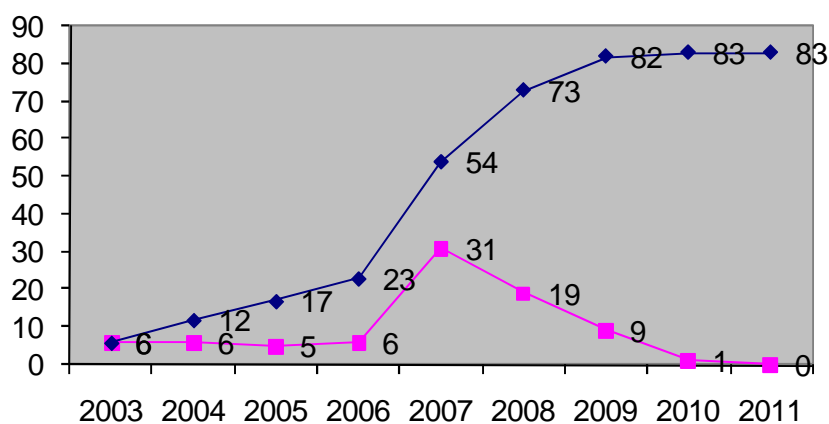
Identificação da subação				
Denominação: Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas.				
Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
		Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Beneficiar 26 famílias indígenas com reconstrução de casas para controle de doenças de Chagas	Família Beneficiada	26	26	100%
Beneficiar 107 famílias remanescentes quilombolas com reconstrução de casas para controle de doenças de Chagas	Famílias Beneficiadas	107	107	100%
Realizar 60 visitas de acompanhamento e fiscalização de obras nas aldeias Indígenas e comunidades Quilombolas para controle de Doença de Chagas.	Visitas realizadas	60	60	100%

Fonte: Plano Operacional Suest/PE 2011

As ações executadas pela Superintendência Estadual de Pernambuco, no âmbito da ação de Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas, se fizeram a partir da celebração de convênios firmados junto as Prefeituras ou através do Governo do Estado. O quadro abaixo exemplifica o quantitativo de convênios e Termos de Compromisso firmado em cada ano a partir de 2003:

Ano Ação	2003	2004	2005	2006	2007		2008		2009		2010		2011		Total
					Emendas	PAC	Emendas	PAC	Emendas	PAC	Emendas	PAC	Emendas	PAC	
MHC	6	6	5	6	10	21	4	15		9		1		0	83
						31		19		9		1		0	

O gráfico apresentado logo a seguir representa a evolução dos convênios e Termos de Compromissos firmados ao longo dos anos, a partir de 2003, bem como o quantitativo acumulado:



Verifica-se ainda que os desafios oriundos, do Programa de Aceleração do Crescimento, PAC/Funasa, representaram significado acréscimo no quantitativo total de projetos a serem gerenciados pela SUEST.

Identificação da subação				
Denominação: Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas.				
Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
		Programado	Realizado	Realizado/Programado %
1.0 Analisar 5 projetos de implantação de melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas.	Projeto Analisado	5	7	140%
2.0 Aprovar 5 projetos de melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas.	Projeto Aprovado	5	3	60%
3.0 Realizar 55 visitas de acompanhamento em convênios ou termos de compromissos.	Visita Técnica de acompanhamento realizada	55	49	89%

Fonte: Plano Operacional Suest/PE 2011

Para o desenvolvimento das metas acima relacionadas, foram programadas as seguintes etapas:

- ✓ Receber e Analisar os Projetos Elaborados pelas Entidades Conveniadas, promovendo a abertura de processo e fazendo o registro da análise no sistema SISCON.
- ✓ Realizar a visita técnica preliminar;
- ✓ Oficiar pendências ao convenente;

- ✓ Promover a visita técnica de acompanhamento das obras fazendo o devido registro no sistema SIGESAN;
- ✓ Após atendidas as pendências técnicas por parte dos convenientes, oriundas das análises efetuadas, promover a aprovação do projeto no sistema SISCON.

Com relação a presente ação destacamos:

a) Principais resultados:

- a1) Melhorias nas ferramentas que auxiliam nos trabalhos de rotina, como computadores e GPS;
- a2) Participação dos técnicos envolvidos com o trabalhos em oficina de revisão dos manuais técnicos, que orientam quanto as análises e acompanhamentos de obras;
- a3) Disciplinamento do condicionamento da disponibilização financeira dos convênios e termos de compromissos em razão da Portaria nº 623 de 11 de maio de 2010.
- a4) Novas contratações de técnicos para promoção das análises técnicas e para a realização das visitas de acompanhamento;
- a5) Realização de gestão junto às entidades conveniadas objetivando apoio logístico para atuação dos servidores de nível médio, nas visitas técnicas preliminares;

b) Principais Problemas:

- b1) Efetivo ainda insuficiente de engenheiros para apoio na análise, aprovação e acompanhamento das obras;
- b2) Ressalta-se ainda o atendimento às demandas originárias dos órgãos de controle, notadamente: C.G.U., T.C.U., Ministério Público Federal, bem como os originários da Auditoria Interna da Funasa, que ocuparam significativamente o tempo dos poucos técnicos de nível superior lotados no Diesp, durante o exercício.
- b3) Carência de quantitativo de pessoal técnico habilitado, por parte dos municípios, para elaboração projetos, acompanhamento das análises e saneamento de pendências. Este fator pode ser mais bem observado quando se identifica que um mesmo técnico chega a ser responsável por quantidades significativas de projetos, abrangendo diversos municípios;
- b4) Duvidosa qualificação técnica e financeira das empresas contratadas pelas entidades conveniadas para execução das obras objeto dos convênios, tendo em vista as paralisações e atrasos observados nas vistorias realizadas;
- b5) Falta de acompanhamento sistemático, por parte da fiscalização das entidades conveniadas, junto às empresas contratadas, gerando despesas incorretas oriundas de pagamentos de serviços não realizados ou em desacordo com as especificações previstas nos projetos;
- b6) Promoção de alterações de projetos seja por parte das empresas contratadas, ou pela própria entidade conveniada, sem haver comunicação prévia, tão pouco anuência por parte da Funasa;
- b7) Em que pese às reuniões promovidas junto aos técnicos da Companhia de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco, destacamos

ainda as dificuldades dos convenientes com a obtenção do licenciamento ambiental / outorga.

c) Contratações e Parcerias:

c1) Contratação de 3 (três) consultores através da Organização Panamericana de Saúde, para apoio nas atividades de análise de projetos e acompanhamento de obras;

d) Transferências:

d1) Considerando o baixo efetivo técnico da Superintendência de Pernambuco, entendemos que a melhor forma para atingirmos os objetivos relacionados a presente ação continua sendo a descentralização dos recursos às entidades conveniadas;

d2) Em face da experiência adquirida nos últimos 4 (quatro) anos, observamos que dependendo do volume de recursos disponibilizados para implementação da ação, pode não haver disponibilidade financeira, por parte do conveniente, para custear a elaboração dos projetos. A solução para esse caso passa por buscar uma alternativa em que o projeto passaria a ser custeado com parte dos recursos do próprio convênio. Com o estabelecimento dessas garantias, haveria uma melhor expectativa da participação de técnicos mais experientes repercutindo no ganho de qualidade;

d3) O advento da Portaria nº 623 de 11 de maio de 2010 trouxe significativos benefícios para um melhor controle do repasse de recursos, exigindo sistematicamente a presença da fiscalização de convênios, promovendo o acompanhamento da aplicação dos recursos, estabelecendo critérios de compatibilidade com o cronograma e assegurando o cumprimento das metas pactuadas.

ATIVIDADE NÃO CONSTANTE COMO META DO PLANO OPERACIONAL

Uma atividade desempenhada pela Diesp ao longo do ano de 2011, apesar de não constar como Meta do “Plano Operacional”, está relacionada ao *Acompanhamento e Fiscalização das Obras* concernentes ao “**Destaque Orçamentário**” firmado entre o **Ministério da Integração Nacional e a Funasa/Presidência**, o qual proporciona a execução de obras contempladas no “**Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional**”, de forma a atender às exigências da Licença Ambiental do IBAMA, tendo-se originalmente como objeto: Construção de 655 (seiscentos e cinquenta e cinco) Unidades Habitacionais (*substituição de casas de taipa por casas de alvenaria*) e Construção de 04 (quatro) Postos de Saúde, beneficiando comunidades indígenas e remanescentes de quilombos.

No âmbito daquele “*Destaque Orçamentário*”, a Suest-PE, elaborou o Plano de Trabalho-2011 objetivando a “*Recontratação de parte do objeto*”, tendo em vista a ocorrência de rescisões de Contratos Administrativos, nos quais empresas estavam

executando obras e serviços em comunidades indígenas e quilombolas nos Municípios de Cabrobó, Mirandiba, Carnaubeira da Penha, Floresta e Ibimirim.

No Plano de Trabalho-2011 foram incluídas as seguintes obras: *Construção de 108 (cento e oito) Unidades Habitacionais; Conclusão de 25 (vinte e cinco) Unidades Habitacionais e Conclusão de 03 (três) Postos de Saúde.*(complementando o Objeto original do “Destaque”, consolidado no exercício de 2008). No

entanto, não houve tempo hábil para a efetivação dos procedimentos licitatórios. Estas obras, portanto, deverão compor o Plano de Trabalho a ser elaborado no exercício de 2012.

Apresentamos, a seguir, o Quadro Resumo de Acompanhamento das Obras do “*Destaque Orçamentário*”, do Ministério da Integração, as quais fazem parte do “*Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional*” e estão sob a responsabilidade da Suest-PE:

Apresentamos o quadro a seguir, que sintetiza as atividades desenvolvidas nos anos de 2007 a 2011, no âmbito do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional:

PERNAMBUCO

ATUALIZADO ATÉ 31/DEZ/2011

nº do Contrato VIGÊNCIA nº do Processo	Município	Comunidade	Nº de Casas	Empresa Contratada CNPJ	Valor Contratado (R\$)	Valor do Aditivo (R\$)	População Benef. (hab)	Objeto		Obras em Exec.		Obras Concluídas		Nº de Medições	Valor Pago (R\$)	Saldo Contrato (R\$)
								Casas	P. S.	Casas	P. S.	Casas	P. S.			
017/2008 24/dez/2012 a 21/abr/2012 (aditivo de prazo) 25225.006.974/2008-59	Floresta	Etnia: Pipipan	74	Const. Dois Irmãos 05.008.316/0001-43	1.754.460,22		430	72		33	-	27	13	1.364.760,44	389.699,78	
		Faveleira	26													
		Capoeira do Barro	16													
		Travessão do Ouro	16													
		Caraíbas	16													
019/2008 (rescindido) 25225.007.209/2008-56	Cabrobó	Etnia: Truká	55	Bloko Engenharia 07.087.787/0001-10 (Contrato Rescindido)	1.145.711,63	0,00	82	21	1 ^(a)	-	9	-	9	265.520,68	880.190,95	
		Urubu	2													
		Camaleão	5													
		Jibóia	12													
		Umbuzeiro	11													
		Lagoa Branca	4													
		Ponta da Ilha	11													
		Assunção	2													
Alto do Gavião	8															
020/2008 (rescindido) 25225.007.211/2008-25	Cabrobó	Etnia: Truká	69	Bloko Engenharia 07.087.787/0001-10 (Contrato Rescindido)	1.216.251,60	0,00	141	28		-	13	-	9	425.726,10	790.525,50	
		Jatobazeiro	14													
		Sabonete	5													
		Ilha do Pambuzinho	6													
		Panelas	4													
		Lama	7													
		Catinga Grande	33													

PERNAMBUCO

ATUALIZADO ATÉ 31/DEZ/2011

nº do Contrato VIGÊNCIA nº do Processo	Município	Comunidade	Nº de Casas	Empresa Contratada CNPJ	Valor Contratado (R\$)	Valor do Aditivo (R\$)	População Benef. (hab)	Objeto		Obras em Exec.		Obras Concluídas		Nº de Medições	Valor Pago (R\$)	Saldo Contrato (R\$)
								Casas	P. S.	Casas	P. S.	Casas	P. S.			
018/2008 (concluído) 25225.006.989/2008-17	Custódia	Quilombos:	44	Prumo Engenharia 24.353.773/0001-10	829.416,95	24.457,94 (00)	264	44		0	-	44	-	11	829.347,64	69,31
		Buenos Aires	28													
		Cachoeira da Onça	9													
		São José	7													
015/2008 (concluído) 25225.006.973/2008-12	Ibimirim e Inajá	Etnia:	58	Locamaq Construções 08.847.211/0001-76	1.418.499,13	0,00	348	58				58	-	10	1.407.866,18	10.632,95
		Baixa da Alexandra	32													
		Sítio Piriquito	4													
		Poço Quatro	2													
		Goela	2													
		Pereiros	6													
		Barracão	8													
		Nazário	4													
016/2008 (rescindido) 25225.006.991/2008-96	Ibimirim e Floresta	Etnia:	3	Construtora Impacto 06.290.468/0001-44 (Contrato Rescindido)	192.825,45	0,00	450		3		3	-	-	2	53.683,68	139.141,77
		Sta. Rosa do Puiu	P.S													
		Pereiros	P.S													
		Etnia: Pipipan														
		Caraibas	P.S													
038/2008 (rescindido) 25225.006.991/2008-96	Mirandiba e Carnaubeira da Penha	Quilombos:	103	Lotus Engenharia e Serviços 07.169.425/0001-78 (Contrato Rescindido)	2.125.399,39	0,00	616	103		-	-	47	-	9	971.150,51	1.154.248,88
		Araçá	3													
		Juazeiro	12													
		Pedra Branca	12													
		Queimadas	11													
		Serra do	18													
		Feijão	11													
		Posses	19													
		Cajueiro	6													
Massapê	11															

PERNAMBUCO

ATUALIZADO ATÉ 31/DEZ/2011

nº do Contrato VIGÊNCIA nº do Processo	Município	Comunidade	Nº de Casas	Empresa Contratada CNPJ	Valor Contratado (R\$)	Valor do Aditivo (R\$)	População Benef. (hab)	Objeto		Obras em Exec.		Obras Concluídas		Nº de Medições	Valor Pago (R\$)	Saldo Contrato (R\$)
								Casas	P. S.	Casas	P. S.	Casas	P. S.			
031/2008 (?) 01/mar/2012 a 28/jun/2012 (aditivo de prazo) 25225.007.222/2008-13	Cabrobó	Etnia: Truká	79	Const. Dois Irmãos 05.008.316/0001-43	1.607.149,18	385.223,73	467	79	1	5	1	65	-	13	1.539.336,03	453.036,88
		Caititu	11													
		Lameirão	5													
		Coronheira	6													
		Canudos	5													
		Portões	5													
		Cajueiro	5													
		Alto do Gavião	6													
		Riacho Fundo	5													
		Redenção	3													
		N.S. dos Anjos	P S													
		Bela Vista	12													
		Pambuzinho	1													
Catinga Grande	1															
Catinguinha	14															
032/2008 (rescindido) 25225.009.280/2008-73	Cabrobó	Quilombos:	76	Construtora Impacto 06.290.468/0001-44 (Contrato Rescindido)	1.785.461,09	0,00	450	75			-	24	-	8	934.644,46	850.816,63
		Cruz do Riacho	11													
		Jatobá II	35													
		Santana 'C'	30													
023/2009 15/set/2011 a 13/jan/2012 (aditivo de prazo) 25225.009.956/2008-29	Salgueiro	Quilombos:	106	Prumo Engenharia 24.353.773/0001-10	2.500.185,33	117.156,06(*)		106			-	106	-	11	2.500.054,90	130,43
		Conceição das Crioulas	82													
		Santana	8													
		Tamboril	8													
		Contendas	8													

PERNAMBUCO																
ATUALIZADO ATÉ 31/DEZ/2011																
nº do Contrato VIGÊNCIA nº do Processo	Município	Comunidade	Nº de Casas	Empresa Contratada CNPJ	Valor Contratado (R\$)	Valor do Aditivo (R\$)	População Benef. (hab)	Objeto		Obras em Exec.		Obras Concluídas		Nº de Medições	Valor Pago (R\$)	Saldo Contrato (R\$)
								Casas	P. S.	Casas	P. S.	Casas	P. S.			
014/2010 26/jan/2012 a 23/jul/2012 25225.009.293/2010-67	Cabrobó	Etnia: Truká	43	Evidência Serviços e Construção Ltda. 06.952.251/0001-52	1.075.173,05	0,00	358	43	0	13		0		3	102.803,84	972.369,21
		Jatobazeiro	5					28 ⁽³⁾								
		Sabonete	2													
		Ilha do Pambuzinho	4													
		Lama	7													
		Catinga Grande	22													
		Cajueiro	1													
		Camaleão	1													
Lagoa Branca	1															
TOTAL	08			6	14.575.359,97	385.223,73	2798	629	4	38	4	393	0	10.292.090,62	4.668.493,08	

(1) Total de casas que não foram concluídas nos Contratos 019/2008 e 020/2008

(2) Contrato 031/2008 Aditivo de R\$ 385.223,73 com a inclusão de mais 11 casas e a conclusão do Posto de Saúde não executado no contrato 019/2008 -BLOKO Engenharia

(3) Total de 28 Casas que não foram concluídas nos contratos 019/2008 e 020/2008-BLOKO Engenharia que serão concluídas pela EVIDÊNCIA Serviços e Construção Ltda.

(*) Total de 25 Casas que não foram concluídas no contrato 032/2008 -Construtora Impacto.

(8) POSTO DE SAÚDE do Contrato 019/2008- Não foi concluído está sendo executado pela CDI Contrato 031/2008 (aditivo)

(9) Contrato 023/2009 Valor correspondente ao Aditivo ainda não empenhado, referente aos serviços executados e medidos (medição final).

(00) Contrato 018/2008 - Valor pago, correspondente ao Aditivo, referente aos serviços executados e medidos (medição final).

Ação 7656 – Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais Especiais (Comunidades remanescentes de Quilombos e Assentamentos de Reforma Agrária) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção de Agravos;

Dados Gerais

Identificação da Ação
Denominação: 7656 - Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção e Controle de Agravos.
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Propiciar resolubilidade, em áreas de interesse especial (assentamentos, remanescentes de quilombos e áreas extrativistas) para problemas de saneamento, prioritariamente o abastecimento público de água, o esgotamento sanitário e as melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, bem como a implantação de oficina municipal de saneamento, visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição: Fomento e financiamento a implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água e de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora de esgoto, rede de distribuição de água e estação de tratamento, ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos, bem como a implantação de melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, assim como a implantação de oficina municipal de saneamento, compreendendo desde a elaboração do projeto até a sua operação plena.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional da Saúde
Coordenador da Ação: José Antônio da Motta Ribeiro
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Resultados

Apresentamos a seguir o quadro de identificação dos produtos, com as respectivas unidades de medida, bem como os quantitativos previstos e realizado, além do percentual de execução, concernente a ação em tela:

Identificação da subação				
Denominação: Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção e Controle de Agravos.				
Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
		Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
Contratar obras para construção de 597 cisternas para comunidades indígenas	Projeto Contratado	597	181	30%
Contratar obras para construção de 164 cisternas para comunidades Quilombolas	Projeto Contratado	164	42	25%

Fonte: Plano Operacional Suest/PE 2011

Para o desenvolvimento das metas acima relacionadas, foram programadas as seguintes etapas:

- ✓ Realizar o levantamento cadastral de campo para identificação dos beneficiários;
- ✓ Elaboração do projeto básico;
- ✓ Elaboração do PBS;
- ✓ Promover o processo licitatório;
- ✓ Homologar, Adjudicar, Publicar e Firmar os Contratos.

A ação de *Construção de Cisternas Domiciliares* faz parte de uma atividade governamental, na qual existe uma meta de se beneficiar 750 mil famílias na semiárido brasileiro. Esta ação está contida no Plano Brasil Sem Miséria e faz parte do “Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água”.

O envio, por parte da Funasa/Presidência, de documentos e informações técnicas que subsidiaram todos os procedimentos licitatórios efetivados pela Suest-PE, facilitando a execução das metas.

Porém, o tempo exíguo, no exercício de 2011, para a publicação do Edital e respectiva contratação das empresas vencedoras dos processos licitatórios, condicionou, tanto a modalidade da licitação, quanto o valor total dos recursos orçamentários disponibilizados pela Funasa/Presidência. (Obs.: a Publicação do Edital foi feita no dia 28/11/2011)

Para desenvolvermos as metas pactuadas, foram utilizados recursos humanos da própria equipe de técnicos da Diesp além de servidores da CPL e da Diadm.

Entendemos que as metas poderiam ter melhor alcance caso a disponibilização orçamentária ocorresse no 1º semestre, o que, provavelmente, facilitaria os procedimentos licitatórios. Essa situação poderá ser utilizada como exemplo no próximo exercício para que possamos cumprir as metas em sua integralidade.

Ação 7684 – Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos;

Dados Gerais

Identificação da Ação
Denominação: 7684 - Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar as aldeias de condições adequadas de saneamento básico. Contribuir para redução da morbimortalidade por doenças de veiculação hídrica. Contribuir para o controle de doenças parasitárias transmissíveis por dejetos e contribuir para o controle de agravos ocasionados pela falta de condições de saneamento básico em áreas indígenas.
Descrição: Instalação de sistemas simplificados de abastecimento de água com captação, adução, tratamento e distribuição de água, bem como sistemas de reservatórios e de chafariz; implantação de esgotamento sanitário e rede de coleta; melhorias sanitárias nas aldeias (construção de banheiros, privadas, fossas sépticas, pias de cozinha, lavatórios, tanques, filtros, reservatórios de água e similares de resíduos sólidos).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Antônio da Motta Ribeiro
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública(DENSP)

A descrição das metas definidas para o desenvolvimento da ação, bem como a unidade de medida, os índices esperados e alcançados, ao longo do exercício de 2010 estão representadas no quadro a seguir:

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	Exercício 2011		
		Esperado	Alcançado	Alcançado/ Esperado (%)
Beneficiar 25 aldeias com sistema de abastecimento de água	Aldeia beneficiada	25	25	100%
Realizar 80 visitas de acompanhamento / fiscalização de obras.	Programação elaborada	80	80	100%

Para o desenvolvimento das metas acima relacionadas, foram programadas as seguintes etapas:

Para a Meta 1:

- ✓ Elaborar programação anual selecionando as aldeias beneficiadas com a implantação de sistemas de abastecimento d'água, após definição no Conselho Distrital Indígena
- ✓ Elaborar projetos de sistemas de abastecimento d'água – Construção e/ou ampliação
- ✓ Celebrar contratos para a execução das obras e serviços da construção e/ou ampliação de sistemas

Para a Meta 2:

- ✓ Promover a visita técnica de acompanhamento / fiscalização
- ✓ Elaborar relatório técnico para instrução processual.

Principais resultados

- Na atuação das atividades do saneamento indígena podemos destacar que neste ano foram concluídas obras resultando num total de 25 aldeias. Estas obras foram de exercícios anteriores e em alguns casos de ajustes de projetos.
- Com a disponibilização de pessoal qualificado na DIESP foi executado projeto e a contratação de obra na área indígena com agilidade e custo bem menor se comparado quando há contratação de uma empresa para elaboração de projeto.
- Este mesmo pessoal realizou a fiscalização de obras de saneamento contando ainda com a participação dos técnicos da hidrogeologia quando acompanharam a instalação de poços dos projetos dos sistemas de abastecimento de água. A hidrogeologia da FUNASA por possuir

dotação orçamentária específica não entrou na computação final dos custos do saneamento indígena.

- A utilização de pessoal da Divisão da Saúde Indígena, servidores da DIESP e colaboradores eventuais foi o destaque para que a atividade do georreferenciamento das aldeias indígenas tivesse o resultado apresentado.
- O incremento de mais um supervisor na área indígena contribui para que não fosse tão baixo a superação das metas de supervisão aos AISAN'S quando os servidores foram deslocados para outras atividades mesmo dentro da área indígena.
- A terceirização dos serviços eletro - mecânicos e reparos nos sistemas de abastecimento de água apresentaram um total 181 operações de intervenções nas aldeias o que possibilitou a ausência de alguns servidores quando foram desenvolvidas outras atividades (levantamento de dados para a Agencia Nacional de Água - ANA e o georreferenciamento das aldeias).
- As atividades da URCQA na área indígena também apresentaram resultados bastante significativos quando na avaliação das operações realizadas pelos AISAN'S e do funcionamento dos sistemas de abastecimento de água evitando assim a prosperarão de doenças de veiculação hídrica.
- As despesas de custeio com as utilização dos cartões combustíveis veio a favorecer os serviços com o emprego dos veículos sem a preocupação de paralisação por falta de recursos. Também veio a favorecer no funcionamento dos geradores instalados nas aldeias indígenas.
- A programação e controle de orçamento de investimentos e custeios foram efetivados pela presidência conforme solicitação da CORE-PE.

Principais Problemas

- Na atuação das atividades do saneamento indígena podemos destacar que neste ano foram concluídas obras resultando num total de 25 aldeias. Estas obras foram de exercícios anteriores contemplando a implantação e ampliação de sistemas.
- Para que seja alcançado o Beneficiamento de aldeias com novos sistemas de abastecimento de água estão inseridos neste processo: a elaboração de projetos (alguns foram contratados em 2010 com a execução do projeto em 2011), a realização de licitação, contratação e entrega das obras, sendo orçamento de 2010/2011.
- O resultado apresentado reflete as deficiências de recursos humanos qualificados no Saneamento Indígena e na disponibilização orçamentária tardia para a execução dos projetos.
- A comunidade indígena possui cultura diferenciada do não índio e este fator contribui também para os atrasos nas obras quando é solicitadas modificações do projeto em campo e este é retornado ao escritório local para novo estudo e/ou novas adaptações gerando, algumas vezes, solicitações de mais recursos orçamentários para a complementação dos serviços.
- As supervisões técnicas dos serviços de manutenção dos sistemas de abastecimento de água e acompanhamento das atividades dos Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN'S) foram especificadas pelo número de diária para cada um dos técnicos envolvidos nas ações do saneamento indígena. Esta ação não teve a sua plenitude por dois motivos:
 - ✓ Em meados dos meses de junho a agosto houve a incumbência de realizar o levantamento de todos os sistemas de abastecimento de água para fins de outorga junto a Agencia Nacional de Água (ANA), este trabalho ainda teve a colaboração de um técnico da hidrogeologia.

- ✓ Os supervisores foram deslocados para a ação de georreferenciamento das aldeias;
- Os levantamentos de dados nas aldeias não conseguiram a sua plenitude devido à dificuldade de acessos nas aldeias para os deslocamentos das equipes e os diversos pontos a serem coletados. As equipes foram compostas de servidores do saneamento indígena (03), da DIESP (06), do DSEI (05).
- Em alguns momentos do ano de 2011, houve corte nas despesas seja pelo limite de Teto orçamentário da Superintendência, o que impedia a realização de deslocamento seja de recursos orçamentários na área indígena. Estes cortes são provenientes de planejamento a nível central que não se adéquam as nossas realidades para que seja alcançado as metas.

Programa 0750 – Apoio Administrativo

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0750	Denominação: Apoio Administrativo
Tipo do Programa: Apoio às Políticas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral: Não definido	
Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos	
Gerente: Não se aplica	Responsável: Marcos Roberto Muffareg – Funasa
Público Alvo: Governo	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação
Denominação: 2000 - Administração da Unidade
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição: A atividade padronizada Administração da Unidade substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades - meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Valter Lopes Pereira
Unidade Executora: Departamento de Administração (DEADM)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: 2000 – Administração da Unidade DADM					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
1.Implementar o Planejamento anual das licitações 2011/2012, para realizar as aquisições e contratações com vista à execução do Orçamento	Ações Implementadas	Unid.	1	1	100%
2.Revisar o Checklist para análise jurídica de processos licitatórios e de contratações	Checklist Revisado	Unid.	1	1	100%
3.Revisar e aperfeiçoar o Sistema de Planejamento de Gestão	Sistema Revisado e Aperfeiçoado	Unid.	1	1	100%
4.Implementar o Processo de Avaliação de Desempenho Institucional.	Ações Implementadas	Unid.	1	1	100%
5.Propor e subsidiar o desenvolvimento do módulo de processo de Tomada de Contas Especial-TCE, de acordo com ato normativo da Funasa.	Módulo Desenvolvido	Unid.	1	1	100%
6.Propor e subsidiar os Procedimentos Administrativos de Orçamentos, Pagamentos e Empenhos de responsabilidade da Suest/PE	Quadro de Competência Elaborado	Unid.	1	1	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest-PE/2011

Cumprimento das Metas dentro do previsto, sem despesas, por terem as ações apropriadas na Administração da Unidade, em relação a organização ambiental, planejamento, informação e avaliação de desempenho institucional.

Identificação da subação					
Denominação: 2000 – Administração da Unidade GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
1.Publicar Relatório de Gestão.	Relatório Publicado	Unid.	1	1	100%
2.Consolidar e encaminhar o Relatório de Gestão à Cgpla.	Relatórios Produzidos	Unid.	1	1	100%
3.Revisar o Plano Estratégico da Suest/PE e elaborar o Planejamento Operacional 2011.	Plano elaborado	Unid.	1	1	100%
4.Definir Sistemática de Monitoramento do PO, de acordo com o parecer	Definição elaborada	Unid.	1	1	100%

emitido pela Presi/Funasa					
5.Revisar o Checklist para análise Jurídica dos Processos de Convênio com os municípios, inclusive as pendências das prestações de conta.	Checklist Revisado	Unid.	1	1	100%
6.Elaborar minutas de padrão de Convênios e Termos de Compromisso, conforme o que rege no parágrafo único do art. 38 da Lei 8.666/93	Sistema Revisado e Aperfeiçoado	Unid.	1	1	100%

Fonte: Planejamento operacional 2011

Cumprimento das Metas dentro do previsto, suas ações são apropriadas da Administração da Unidade, em relação a organização ambiental, planejamento, informação e avaliação de desempenho institucional.

A elaboração do Relatório de Gestão seguiu as normas e decretos do TCU e roteiro enviado pela presidência e foi enviado a Cgpla para apreciação final.

Em relação a ação 5, após fazer o checklist dos processos de convênios com os municípios, em decorrências de identificação de pendências, foi necessário o deslocamentos dos servidores de convênio para visitas técnicas a estes municípios, acarretando custos com diárias, onde seu valor está incluído no quadro de despesas com diárias.

Identificação da subação					
Denominação: 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados Públicos – Exames Periódicos na Funasa					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
1. Realizar Seminários de sensibilização junto aos servidores públicos federais lotados e cedidos nesta Suest/PE, para elaboração e implementação dos Exames Periódicos	Seminário Realizado	Unidade	8	8	100%
2. Implantação do Programa de Exames Periódicos na Suest/PE.	Proposta Elaborada	Unidade	1	1	100%
3. Realizar visitas aos órgãos dos servidores lotados e cedidos na suest/PE, para acompanhamento dos Exames Periódicos.	Visita Realizada	Unidade	8	8	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest-PE/2011

Justificativa

A meta foi cumprida em relação as visitas aos órgãos para motivação(Seminários e acompanhamento) dos funcionários vinculados à Funasa, realizarem os exames, porém, não foi possível chegar em 31 de dezembro com 100% dos funcionários com situação regular por motivos burocráticos da operadora contratada.

As Etapas foram programadas da seguinte maneira:

1. Realização dos Seminários de Sensibilização aos servidores lotados e cedidos da Suest/PE, para demonstração da importância na participação dos mesmos na realização dos exames Periódicos;
2. Realização do Programa de Exames Periódicos a todos os servidores lotados e cedidos da Suest/PE;
3. Visitar as Geres Estaduais onde os servidores da Suest/PE, estão lotados para acompanhar a realização dos Exames Periódicos.

Identificação da Ação
Denominação: 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusivamente para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Joselias Ribeiro da Silva
Unidade Executora: Departamento de Administração

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
1. Definir projetos para Promoção e Assistência à Saúde Odontológica dos servidores.	Definição Elaborada	Unidade	1	1	100%
2. Levantar quantitativo de servidores para Assistência Médica e Odontológica.	Nº de participação	Unidade	1556	1556	100%
3. Beneficiar os servidores ativos, inativos, empregados públicos, pensionistas e seus	Pessoas Beneficiadas	Unidade	2800	2800	100%

dependentes naturais com Assistência à Saúde Médica e Odontológica, por meio do acompanhamento do cumprimento do objeto do convênio.					
--	--	--	--	--	--

Fonte: Plano Operacional da Suest-PE/2011

ANÁLISE CRÍTICA

Cumprimento da meta dentro do previsto, em se tratando de ser os funcionários só da Funasa, pois nesta relação não computamos os funcionários do Dsei, que se disvincularam da instituição e estão na Sesai, apresentando os resultados para os gestores da Suest-PE, através de dados fornecidos pela operadora da Assistência Médica aos Servidores CAPESESP.

Para o cumprimento da meta foram realizadas as seguintes etapas:

- Elaboração de Projetos para Promoção e assistência à Saúde Médica e Odontológica dos servidores ativos, inativos e dependentes;
- Levantamento dos servidores ativos para Assistência à Saúde Médica e Odontológica;
- Levantamento dos servidores ativos, inativos, pensionistas e seus dependentes para assistência à Saúde Médica e Odontológica.
- Recadastramento dos dependentes
- Descredenciamento dos beneficiários e seus dependentes naturais.
- Listagem das pessoas beneficiadas com o Programa: 1.104 Ativos, sendo 670 titulares e 576 dependentes naturais; 1.246 Inativos, sendo 436 titulares e 668 dependentes naturais e 450 pensionistas, sendo 448 titulares e 2 dependentes naturais(Patronal)
- Análise dos serviços para prestação de contas, pois todo o Programa é custeado pela Presidência.

Identificação da subação					
Denominação: 2272- Programa de Exames Periódicos					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
1. Participar do Programa de Exames Periódicos com os servidores lotados e cedidos da Suest/PE	Servidor Beneficiado	Unidade	526	150	35%
2. Elaborar um levantamento do quantitativo Geral dos servidores lotados e cedidos da Suest/PE	Proposta Elaborada	Unidade	1	1	100%
3. Realizar Exames Periódicos em 100% dos servidores lotados e cedidos da Suest/PE	Servidor Beneficiado	Unidade	526	150	35%

A operadora responsável pela realização dos exames periódicos em 2011 foi a CAPESESP, que, em razão da demora na adequação da operadora no sistema SIAPE, como também dos profissionais por ela contratados, não foi possível realizar 100% dos 150 servidores convocados pelo sistema, para realizarem os exames periódicos deste exercício, ficando para início de 2012 a continuação dos atrasados (3), não iniciados(82), e a reconvocação dos que não responderam(62), concluído só 3.

Para desenvolvimento das Metas foram seguidas as etapas abaixo:

1. Fazer levantamento do quantitativo de servidores lotados na sede da Suest/PE cedidos de outros órgãos;
2. Consolidar o levantamento realizado pelas áreas;
3. Encaminhar o relatório de quantitativo para apreciação da Coder/Cgerh/Deadm

2.3.2 Resumo da Execução Física das subações realizadas pela UJ – Suest Pernambuco

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Un. medida	Execução Física		Execução Financeira							
										Meta Previs-ta	Meta Realiza-da	Meta Previs-ta	Meta Realiz-ada						
SANEAMENTO AMBIENTAL																			
10	512	0122	20A F	A	3	Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo humano	<p>1- Aquisição de (01) Uma Unidade Móvel de Controle da Qualidade da Água – UMCQA;</p> <p>2 -Apoiar 06(seis) Sistema de abastecimento de Água na estruturação das ações de controle da qualidade de água para consumo;</p> <p>3 - Apoiar os 56 (cinquenta e seis) Municípios na realização de análises laboratoriais da qualidade da água para consumo humano.</p> <p>4 - Apoiar os 06 (seis) municípios na operacionalização de ações de fluoretação nos serviços municipais de água; e.</p> <p>5 - Apoiar a implantação de consórcio municipal</p>	<p>UMCQA</p> <p>Sistema Apoiado</p> <p>Municípios apoiados</p> <p>Municípios Apoiados</p> <p>Consórcio</p>	<p>Unidade</p> <p>Unidade</p> <p>Unidade</p> <p>Unidade</p> <p>Unidade</p>	01	01	06	06	56	56	06	06	06	0

							para construção de laboratório de controle de qualidade da água, demandado pelo Diesp.						
10	512	0122	2272	A	3	Gestão e administração do Programa (PAC II)	1.Realizar visita local para definição da Contratação de Projetos	Visita Realizada	Unidade	100	121		
							2.Realizar entrevistas com os municípios pré-selecionados, para realização de obras.	Entrevista Realizada	Unidade	50	80		
							3-Realizar visita técnica preliminar de validação das informações prestadas na carta consulta para obras de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Visita Técnica realizada	Unidade	40	27		
							4.Realizar visita Técnica preliminar de validação das informações prestadas na carta consulta para obras de melhoria sanitárias domiciliares(MSD)	Visita Técnica Realizada	Unidade	65	33		
10	122	0122	2272	A	4	Gestão e administração do Programa de Serviços Urbanos de	Implantar o serviço de Saúde Ambiental na Suest/PE	Serviços Estruturados	Unidade	1	1		
							2.Elaborar proposta de at Ambiental na Suest/PE	Proposta elaborada	Unidade	1	1		
							3.Elaborar o Quadro de C Urcqa e Saduc.	Quadro de competência Elaborado	Unidade	1	1		

						Água e Esgoto			Unidade				
10	541	0122	6908	A	3	Fomento à Educação em Saúde Voltada para Saneamento Ambiental							
							1 Realizar Seminários	Seminário Município beneficiado	Unidade	20	0		
							2 Realizar Supervisão Técnica		Unidade	60	60		
							3 Implementar ações de Educação em Saúde Ambiental	Oficinas realizadas	Unidade	25	18		
						4 Realizar ações de Cooperação Técnica -NICT	Município beneficiado	Unidade	10	10			
10	512	0122	7652	P	1	Implantação e Melhorias de Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos	1. Analisar projetos de implantação de melhorias sanitárias domiciliares, para prevenção e controle de agravos.	Projeto Analisado	Und.	30	59		
							2. Realizar visitas de acompanhamento em convênios ou termos de compromissos.	Visita Técnica de acompanhamento realizada	Und.	120	108		
							3. Aprovar projetos de melhorias sanitárias	Projeto Aprovado	Und.	15	15		

							domiciliares, para prevenção e controle de agravos.						
10	512	0122	10G D	P	1	Execução Direta para Construção de Poços Tubulares para Abastecimento Público de Água.	1. Construir Poços Tubulares.	Poço Construído	Und.	3	7		
							2. Recuperar Poços Tubulares.	Poço Recuperado	Und.	4	4		
							3. Realizar manutenção em equipamento de construção de poços tubulares.	Equipamento Mantido	Und.	2	2		
10	512	0122	10G D	P	1	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	1. Analisar projetos de implantação de melhorias de sistemas públicos de abastecimento de água	Projeto Analisado	Und.	30	45		
							2. Realizar visitas de acompanhamento em convênios ou termos de compromissos.	Visita Técnica de acompanhamento realizada.	Und.	55	56		
							3. Aprovação de Projeto	Projeto Aprovado	Und.	5	14		
10	512	0122	10G E	P	1	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento	1. Analisar projetos de implantação de melhorias de sistemas	Projeto Analisado	Und.	45	58		

						Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	públicos de esgotamento sanitário.						
							2.Realizar visitas de acompanhamento em convênios ou termos de compromissos	Visita Técnica de acompanhamento realizada	Und.	40	54		
							3.Aprovar projetos de implantação de melhorias de sistemas públicos de esgotamento sanitário.	Projeto Aprovado	Und.	10	18		
10	511	1287	3921	P	1	Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas.	1.Analisar projetos de implantação de melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas.	Projeto Analisado	Und.	5	7		
							2.Realizar visitas de acompanhamento em convênios ou termos de compromissos.	Visita Técnica de acompanhamento realizada	Und.	55	49		
							3.Aprovar projetos de implantação de melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas.	Projeto Aprovado	Und.	5	3		
10	511	1287	7656	P	1	Plano Brasil Sem Miséria-	1.Contratar obras para construção de 597	Cisternas contratadas	Und.	597	181		

						Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – Água para Todos (Construção de Poços Tubulares, construção de cisternas e implantação de sistemas de Abastecimento de água em comunidades rurais.	cisternas para comunidades indígenas						
							2. Contratar obras para construção de 164 cisternas para comunidades quilombolas	Cisternas contratadas	Und.	164	42		
10	511	1287	7684	P	1	Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos	1. Beneficiar 25 aldeias com sistema de abastecimento de água.	Aldeia beneficiada	Und.	25	25		
							2. Realizar 80 visitas de acompanhamento / fiscalização de obras.	Visita Técnica de Acompanhamento Realizada	Und.	80	80		
10	511	1287	10G C	P	1	Implantação de Melhorias de Serviços de Saneamento em Escolas Públicas	1. Analisar projetos de implantação de melhorias de serviços de saneamento em escolas públicas rurais.	Projeto Analisado	Und.	9	9		

						Rurais – Saneamento em Escolas.	2.Realizar visitas de acompanhamento em convênios ou termos de compromissos.	Visita Técnica de acompanhamento realizada	Und.	4	4		
							3.Aprovar projetos de implantação de melhorias de serviços de saneamento em escolas públicas rurais.	Projeto Aprovado	Und.	5	0		

GESTÃO

10	128	0016	4572	A	3	Participação de Servidores Públicos Federais da Funasa em Eventos de Capacitação	1-Promover a participação de servidores Públicos federais, em exercício na Funasa Suest/PE, em eventos de capacitação.	Nº de Participações Servidor Beneficiado	Participação	130	160		
							2-Capacitar servidores públicos federais em exercício na Funasa Suest/PE.	Servidor capacitado	Unidade	90	82		
10	122	0750	2000	A	4	Administrar as Unidades da Suest/PE, em relação a organização ambiental, planejamento, informação e avaliação de desempenho institucional	1.Implementar o Planejamento anual das licitações 2011/2012, para realizar as aquisições e contratações com vista à execução do Orçamento. 2.Revisar o Checklist para análise jurídica dos processos licitatórios e de contratação. 3.Revisar e	Ações Implementadas Checklist Revisado Sistema Revisado e Aperfeiçoado Ações	Unidade Unidade Unidade Unidade	01 01 01 01	01 01 01		

							aperfeiçoar o Sistema de Planejamento e Gestão. 4. Implementar o Processo de Avaliação de Desempenho Institucional. 5. Propor e subsidiar o desenvolvimento do módulo de processo de Tomadas de Contas Especial-TCE, de acordo com o Ato Normativo da Funasa. 6. Propor e subsidiar os Procedimentos Administrativos de Orçamentos, Pagamentos e empenhos de responsabilidade da Suest/PE.	Implementadas Módulo Desenvolvido Quadro de Competência Elaborado	Unidade Unidade	01 01	01 01	
10	122	0750	2000	A	4	Administração dos Processos da Unidade Suest/PE	1. Publicar Relatório de Gestão 2. Consolidar e encaminhar o Relatório de Gestão à CGPLA. 3. Revisar o Plano Estratégico da Suest/PE e elaborar o Planejamento Operacional de 2011. 4. Definir Sistemática	Relatório Publicado Relatórios Produzidos Plano Elaborado Definição Elaborada	Unidade Unidade Unidade Unidade	01 01 01 01	01 01 01 01	

							de Monitoramento do PO, de acordo com o parecer emitido pela Presi/Funasa.	Checklist Revisado	Unidade	01	01	
							5.Revisar o Checklist para análise Jurídica dos Processos de Convênio com os municípios, inclusive as pendências das prestações de conta.	Documento Elaborado				
							6.Elaborar minutas padrão de Convênios e Termos de Compromisso, conforme o que rege no parágrafo único do art. 38 da Lei 8.666/93.					
10	301	0750	2004	A	4	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados Públicos e seus dependentes na Funasa	1.Definir projetos para Promoção e Assistência à Saúde Odontológica dos Servidores. 2.Levantar quantitativo de servidores para assistência Médica e Odontológica. 3.Beneficiar os servidores ativos, inativos, empregados públicos, pensionistas e seus dependentes naturais com Assistência a Saúde Suplementar por	Definição Elaborada Nº de Participação Pessoas Beneficiadas	Unidade Unidade Unidade	1 1556 2800	1 1556 2800	

							meio do acompanhamento do cumprimento do objeto do convênio					
10	122	0750	2272	A	4	Programa de Exames Periódicos	<p>1. Participar do Programa de Exames Periódicos com os Servidores lotados e cedidos da Suest/PE.</p> <p>2. Elaborar um levantamento do quantitativo Geral de Servidores lotados e cedidos da suest/PE</p> <p>3. Realizar Exames Periódicos em 100% dos servidores</p>	<p>Servidor Beneficiado</p> <p>Proposta elaborada</p> <p>Servidor Beneficiado</p>	<p>Unidade</p> <p>Unidade</p> <p>Unidade</p>	<p>526</p> <p>1</p> <p>526</p>	<p>150</p> <p>1</p> <p>150</p>	

Justificativa: A UJ não faz o acompanhamento da execução financeira da Subação, uma vez que sua programação recai sobre custeio, e a sua aplicação se realiza de forma compartilhada com outras subações.

2.4-Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Superintendência Estadual de Pernambuco	36211	255017

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$
1,00

NÃO SE APLICA A ESTA UJ

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2010	2011	2010	2011	2010	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
Total								

Fonte:

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

Quadro A.2.5 Programação de Despesas Capital

Valores em R\$
1,00

NÃO SE APLICA A ESTA UJ

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2010	2011	2010	2011	2010	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
Reabertos								

	Créditos Cancelados						
	Outras Operações						
	Total						

Fonte:

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas

Valores em R\$
1,00

NÃO SE APLICA A ESTA UJ

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total							

Fonte:

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$
1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	255017		139.376	-	
	Recebidos	255017				14.138.536
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos			3.833.051		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SIAFI

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

2.4.4.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R\$
1,00

NÃO SE APLICA A ESTA UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outros				

Fonte:

2.4.4.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$
1,00

NÃO SE APLICA A ESTA UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:

2.4.4.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$
1,00

NÃO SE APLICA A ESTA UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:

2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
Licitação				
Convite	391.552,	49.700,00	336.342,	49.700,00
Tomada de Preços	104.347,	240.566,11	104.347,	240.566,11
Concorrência	632.756,	396.987,62	632.756,	396.987,62
Pregão	9.300.940,	9.349.906,14	9.239.454,	9.342.668,55
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	771.681,	763.133,10	706.306,	763.133,10
Inexigibilidade	141.247,	146.756,09	141.247,	146.756,09
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	1.204.273,	652.411,97	1.204.273,	652.411,97
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	-	143.866,13	-	143.866,13
Diárias	3.129.874,	1.440.488,38	3.129.874,	1.440.488,38
Outras				

Fonte: SIAFI

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa	4.664.351	5.189.274	4.664.351	4.125.391	661.477	1.063.882	247.727	4.125.391
2º elemento de despesa	424.399	133.335	424.399	133.335	124.257	-	6.000	133.335
3º elemento de despesa	3.133.489	2.843.965	3.133.489	2.696.558	890.960	147.407	216.931	2.690.336
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 - Investimentos								
1º elemento de despesa	622.018	2.808.532	104.347,	290.266	557.671,	2.518.266	104.347,	290.266
2º elemento de despesa	306.310	1.024.518	43.183,	393.072	263.126,	631.446	43.183,	392.057
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:

ANÁLISE CRÍTICA: O Sistema SPGO implantado na Funasa, facilitou a Execução Orçamentária nas UG's, uma vez que, com o crédito orçamentário para todo o exercício, possibilita a execução dos recursos com maior agilidade e eficácia.

Não houve ocorrência nesta UJ dos itens 5 e 6 do quadro acima



2.4.7 Indicadores Institucionais

Indicadores da área de comunicação e educação em saúde

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado do 2010	Meta 2011	Resultado 2011
Percentual de TC com projetos de Educação em Saúde e mobilização social	Verificar a adesão dos municípios às ações de educação em saúde e mobilização social	$\frac{\text{Nº de TC com projetos de educação em saúde}}{\text{Total de TC celebrados}} \times 100$	$\frac{0 \times 100}{2}$	Eficácia	SIGOB Cgcon Equipes de educação em saúde das Core e Presi	Consulta aos TC/PAC e relatórios do SIGOB	Ascom Suest		0% Meta não pactuada	0% Meta não pactuada

No exercício de 2011, só houve 2 TC em projetos de Educação em Saúde e mobilização Social na Suest/PE, 1 em Caruaru (água) e outro em Lajedo (SES).

Indicadores de saneamento ambiental

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2010	Meta 2011	Resultado do 2011
Percentual de execução física de obras de abastecimento de água com recursos do PAC (*) (*) Acumulado - 2007 a 2011. (Parâmetro de verificação: Portaria 544)	Medir a execução física das obras do PAC	$\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão } < 30\%}{\text{N}^{\circ} \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$\frac{1}{16} \times 100$	Eficácia	Sigesan e Siscon Siafi	Relatórios do Sigesan; Parecer Técnico de visita de acompanhamento (Diesp e Sensp)	Densp Depin Suest	-	Metas não pactuadas	9,09%
		$\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão } \geq 70\% \text{ e } < 100\%}{\text{N}^{\circ} \text{ obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$\frac{4}{16} \times 100$					36,36%		
		$\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de obras de abastecimento de água concluídas}}{\text{N}^{\circ} \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$\frac{2}{16} \times 100$					18,18%		

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2010	Meta 2011	Resultado do 2011
<p>Percentual de execução física de obras de esgotamento sanitário com recursos do PAC (*)</p> <p>(*) Acumulado - 2007 a 2011. (Parâmetro de verificação: Portaria 544)</p>	Medir a execução física das obras do PAC	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão } < 30\%}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$ $\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão } \geq 70\% \text{ e } < 100\%}{\text{N}^\circ \text{ obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$ $\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de esgotamento sanitário concluídas}}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$\frac{6}{17} \times 100$ $\frac{1}{17} \times 100$ $\frac{0}{17} \times 100$	Eficácia	Sigesan e Siscon Siafi	Relatórios do Sigesan; Parecer Técnico de visita de acompanhamento (Diesp e Sensp)	Densp Depin Suest		Metas não pactuadas	85,71%
<p>Percentual de aldeias com sistema de abastecimento de água implantado com recursos do PAC (*)</p> <p>(*) Acumulado - 2007 a 2011 OBS.:Será por Core - definido</p>	Medir o percentual de aldeias com sistema de abastecimento de água implantados com recursos do PAC	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de aldeias com SAA} (*)}{\text{Total de aldeias previstas nos 4 anos do PAC}} \times 100$	$\frac{121}{160} \times 100$	Eficácia	Planilha de acompanhamento de obras. Visita de acompanhamento de obras	Planilha Acompanhamento de obras (Densp) E visita de acompanhamento de obras (Diesp)	DENSP Suest	111	121	76%

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2010	Meta 2011	Resultado do 2011
em reunião com técnicos do Densp em 08.10.09										
Percentual de aldeias com tratamento de água implantado com recursos do PAC (*) (*Acumulado – 2007 a 2011)	Aferir o percentual de aldeias com tratamento de água implantado com recursos do PAC	$\frac{\text{Nº de aldeias com SAA com tratamento de água implantado}}{\text{Total de aldeias com SAA implantado com recursos do PAC}} \times 100$	$\frac{121}{121} \times 100$	Eficácia 100%	Planilha de acompanhamento em excel visita de acompanhamento de obras	Planilha de Acompanhamento (Densp) E visita de acompanhamento de obras (Diesp)	DENSP Suest	111	121	100%
Percentual de sistemas de Abastecimento de água, em aldeias, com monitoramento da qualidade da água para consumo humano *	Medir o percentual de sistemas de abastecimento de água monitorado	$\frac{\text{Nº de sistemas de abastecimento de água em área indígena monitorado}}{\text{Total de sistemas de abastecimento de água em área indígena com tratamento}} \times 100$	$\frac{81}{81} \times 100$	Eficácia 100%	Planilha de acompanhamento Programação de acompanhamento	Planilha Acompanhamento (Densp) E visita de acompanhamento (Diesp)	DENSP Suest	78	81	100%

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2010	Meta 2011	Resultado do 2011
Percentual de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado com recursos do PAC (*) Acumulado – 2007 a 2011	Verificar o percentual de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado	$\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado } (*)}{\text{total de comunidades remanescentes de quilombo programadas nos 4 anos do PAC}} \times 100$	0	Eficácia	Relatório Consolidado de atividades (Densp) Planilha de acompanhamento (Diesp)/Sensp) Programação do PAC	Planilha Acompanhamento (Densp) E visita de acompanhamento (Diesp/Sensp)	DENSP Suest	-	Meta não pactuadas 0	0
Percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas com recursos do PAC (RA ajustado) (*) Acumulado – 2007 a 2011	Verificar o percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas	$\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de domicílios com MSD implantado } (*)}{\text{N}^{\circ} \text{ de domicílios programados nos 4 anos PAC}} \times 100$	$\frac{2.648 \times 100}{11.510}$	Eficácia	Programação do PAC Sigesan	Relatório gerado do Sistema Programação do PAC	DENSP/Suest	-	Meta não pactuadas	23%
Percentual de domicílios com Melhoria Habitacional para o Controle	Aferir o percentual de domicílios com Melhoria Habitacional	$\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de domicílios com MHCDC realizada } (*)}{\text{N}^{\circ} \text{ de domicílios programados nos 4 anos PAC}} \times 100$	424×100	Eficácia	Programação do PAC Sigesan	Relatório gerado do Sistema Programação	DENSP/Suest	-	Meta não pactuadas	36,30%

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2010	Meta 2011	Resultado do 2011
da Doença de Chagas realizada com recursos do PAC (*) Acumulado – 2007 a 2011	para o Controle da Doença de Chagas realizada		1168			ção do PAC				

ANÁLISE CRÍTICA DOS INDICADORES DE SANEAMENTO AMBIENTAL

SAA em Aldeias Indígenas- Em relação aos Indicadores acumulados no período de 2007/2010, em que houve 78(setenta e oito) SAA construídos em aldeias Indígenas, o número de 2011 (81 SAA), mostra que foi construído mais 2(dois) SAA, totalizando no período (2007/2011), 81(oitenta e um) SAA, atendendo a 121(cento e vinte e um) Aldeias. Sendo que nesses 4 anos foi prevista para implantação do SAA em 160(cento e sessenta) Aldeias, através do Plano Distrital de Saúde Indígena, e, ao final do período, 121(cento e vinte e um) Aldeias foram atendidas com 81(oitenta e um) SAA, resultando uma meta de 76% do planejado. Portanto, a meta não foi atingida 100%, tendo-se, no entanto, 6(seis) Aldeias com a implantação dos SAA, a ser concluída no exercício 2012. Considera-se, ainda, que o não alcance da meta, foi influenciada tanto pelo fato de disponibilização orçamentária ter ocorrido em final do exercício (sem ter tempo hábil para efetivação dos procedimentos licitatórios), quanto pela falta de definições de localidades (Aldeias a serem beneficiadas), em decisões deliberativas no Plano Distrital .

Todas as 121(cento e vinte e um) Aldeias com SAA possuem tratamento de água implantado e estão divididos da seguinte forma:

- 89 (oitenta e nove) Aldeias com SAA, tratado com desinfecção – cloração;
- 21 (vinte e um) Aldeias com SAA tratado com filtração e desinfecção -atendidas por 8(oito) ETA;
- 11 (onze) Aldeias com SAA tratado por 7 (sete) dessanilizadores

Os recursos utilizados na implantação do SAA em aldeias Indígenas foram do PAC, ou seja, 121 (cento e vinte e um) Aldeias com SAA implantados com recurso do PAC.

Todos os 81(oitenta e um) SAA em área Indígenas são monitorados. Os profissionais de agentes indígenas de saúde quando atuam em visita nas aldeias com SAA, colocam Difusor dentro das caixas de água, como também as pastilhas.

Na Suest/PE não houve SAA em comunidades remanescentes de quilombos, por isso o indicador continua em 0.

Quanto aos Indicadores das obras de Saneamento Ambiental em Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário Domiciliar, os dados indicam que:



As Obras paralisadas

- Chuva na região;
- Paralisação devido a incongruências técnicas observáveis por ocasião de visitas técnicas gerenciais aos convênios não sanadas gerando o seguinte paradoxo: a vencedora do certame licitatório não dá prosseguimento aos serviços devido a não liberação de recursos e consequentemente não pagamento as mesmas por parte dos convenentes. E o corpo técnico da SUEST não sugere o acatamento das prestações de contas enquanto as pendências não foram sanadas;
- Universo temporal entre a liberação de recursos e o efetivo início da obra gerando a defasagem dos preços da planilha licitada;

As Obras não iniciadas

- Fatores naturais, tais como: Chuvas, enchentes e condições topográficas a desfavoráveis a mobilização do objeto;
- Problemas na licitação, quais sejam: licitação vazia, preços unitários defasados, carência técnica e falta de *know-how* na região onde será executado o objeto;
- Problemas executivos como a constatação de itens não previstos em planilha orçamentária, por exemplo, presença de rocha (material de 3ª categoria);
- Abandono do objeto pelo vencedor da licitação.

3. INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro A.3.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

NÃO HOUVE OCORRÊNCIA NESTA UJ

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
Razões e Justificativas:					
Considerando as orientações contidas no Roteiro para elaboração do Relatório de Gestão, referem-se às contas contábeis n.ºs (21.211.11.00, 21.212.11.00, 21.213.11.00, 21.215.22.00 e 21.219.22.00) as quais não tiveram movimentação nesta Unidade Gestora nos dois exercícios referenciados.					

Fonte:

4. INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	272.070,52	-	265.447,76	6.622,76
2009	48.897,44	-	48.897,44	-
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	1.382.453,10	130.839,56	1.032.413,35	219.200,19
2009	2.675.209,38	231.735,57	1.654.236,41	789.237,40
...				
Observações: Dados extraídos da Fonte SIAFI – UG 255017-PE				

4.2 Análise Crítica

Relativamente a inscrição, pagamento e cancelamento de Restos a Pagar não Processado referente aos exercícios de 2010/2011, tem-se a considerar:

1. Das informações extraídas do SIAFI, através da área financeira, verifica-se que em relação ao Restos a Pagar Processado não houve Cancelamentos acumulados nos exercícios de 2010/2011.

2. No que se refere aos Restos a Pagar não Processados relativos aos exercícios de 2010/2011, houve movimentação conforme quadro acima. Esses itens, na sua grande maioria referem-se a compromissos de investimentos (obras de engenharia) objeto de processos licitatórios ocorridos ao final de cada um desses exercícios. As demais despesas de custeios inscritas como Restos a Pagar não processados, sem dúvida, também foram relativas aos compromissos empenhados e não liquidados até o encerramento desses exercícios, embora entendendo a necessidade de uma análise mais acurada tanto em relação aos itens, montante inscrito em bem assim em relação ao cancelamento no exercício subsequente.

3. Os compromissos de investimentos (obras de engenharia) por serem de competência das áreas finalísticas da instituição, ao final de cada exercício, a administração solicita manifestação dessas áreas no sentido de procederem a análise e seleção dos compromissos a serem inscritos em Restos a Pagar em bem assim acerca do cancelamento nos exercícios seguinte, de modo a evitar inscrição em desconformidade com a legislação e tempo longo em relação a execução e aos saldos alongados. De posse dessa análise a área financeira adota as providências decorrentes quanto a manutenção ou cancelamento desses empenhos. Vale ressaltar que em muitos dos casos, as empresas contratadas apresentam problemas na execução dos contratos de obras, o que enseja desequilíbrio tanto em relação aos recursos assegurados como em relação a perda quando ocorrem rompimento de contratos por força de inadimplência, comprometendo assim, os Recursos inscrito em Restos a Pagar.

5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Quantidade	
	Autorizada	Efetiva	Ingressos no exercício	Egressos no exercício
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	0	703	0	01
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	703	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	510	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	155	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	34	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	04	00	01
3. Total de Servidores (1+2)	0	703	00	02

Fonte: SIAFI

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De ofício, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	01
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	01
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	01
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	03

Fonte: Chefia de RH da Suest/PE

5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	03	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	03	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	14	-	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-

2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	-	20	-	-

Fonte: SIAPECAD/ março/2012.

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provedimento de cargo efetivo					
1.1. <i>Membros de poder e agentes políticos</i>	-	-	-	-	-
1.2. <i>Servidores de Carreira</i>	2	6	103	337	42
1.3. <i>Servidores com Contratos Temporários</i>	1	2	-	-	-
2. Provedimento de cargo em comissão					
2.1. <i>Cargos de Natureza Especial</i>	-	-	-	-	-
2.2. <i>Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	-	-	2	4	-
2.3. <i>Funções gratificadas</i>	-	-	4	9	1
3. Totais (1+2)	3	8	109	350	43

Fonte: SIAPECAD/março/2012.

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo									
1.1. <i>Membros de poder e agentes políticos</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. <i>Servidores de Carreira</i>	-	1	35	60	209	187	-	-	-
1.3. <i>Servidores com Contratos Temporários</i>	-	-	-	3	-	-	-	-	-
2. Provedimento de cargo em comissão									
2.1. <i>Cargos de Natureza Especial</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. <i>Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	-	-	-	-	-	2	-	-	-
2.3. <i>Funções gratificadas</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	1	35	63	209	189	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPECAD/março/2012

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e da aposentadoria

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral		
1.1 Voluntária	750	4
1.2 Compulsória	9	-
1.3 Invalidez Permanente	52	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional		
2.1 Voluntária	58	-
2.2 Compulsória	2	-
2.3 Invalidez Permanente	11	-
2.4 Outras	1	-
3. Totais (1+2)	883	4

Fonte: SIAPECAD/março/2012

5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado		
1.1. Integral	710	35
1.2. Proporcional	195	04
2. Em Atividade	680	03
3. Total (1+2)	1585	42

Fonte: SIAPECAD/março/2012

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível Superior					R\$87.542,75
1.1 Área Fim	01	01	01	01	
1.2 Área Meio	12	11	13	11	
2. Nível Médio					R\$ 94.964,63
2.1 Área Fim	-	-	-	-	
2.2 Área Meio	23	23	23	23	
3. Total (1+2)	36	35	37	35	R\$ 182.507,38

Fonte: SIAPE

Análise Crítica:

O Programa Institucional de Estágio foi executado conforme a lei Nº11.788, de 25 de setembro de 2008 .

A instituição responsável pela integração Empresa –Escola o Instituto Euvaldo Lodi-IEL, vem cumprindo as obrigações contratuais, apesar da necessidade de agilizar o processo de recrutamento dos estudantes.

O pagamento das despesas de concessão da bolsa de estágio e do auxílio transporte foram cumpridos de forma satisfatória.

O grande número de estudantes que atuam na área meio é decorrente da necessidade de suporte técnico –administrativo à realização das atividades finalísticas.

5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	26.922.550,14	0,00	17.692.678,92	1.851.145,44	2.487.943,94	4.161.171,88	0,00	0,00	264.432,13	53.379,92
	2010	38.828.734,00	0,00	28.873.398,37	3.528.786,80	6.660.419,97	2.584.461,89	0,00	832.047,38	463.424,04	81.771,27
	2009	40.480.077,61	0,00	35.843.727,69	5.181.895,47	5.243.341,69	1.085.869,68	0,00	3.614,82	547.987,88	88.386,54
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	208.215,82	0,00	17.368,35	2.383,90	7.151,68	0,00	0,00	0,00	0,00	235.119,75
	2010	91.950,00	0,00	6.130,00	2.043,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.123,33
	2009	170.414,12	0,00	10.727,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	181.141,62
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	185.329,15	7.858,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	193.187,46
	2010	257.337,41	23.606,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280.943,63

	2009	260.153,67	42.066,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	302.219,89
Servidores ocupantes de Funções gratificadas⁰											
Exercícios	2011	265.923,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	265.923,25
	2010	272.447,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	272.447,14
	2009	252.400,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	252.400,07

Fonte: SIAPE/data warehouse

5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Quadro A.5.9 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					

Quadro A.5.10 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa

Fonte:

5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

Quadro A.5.11 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores	Quantidade autorizada de



	Número	Data	servidores

Fonte:

5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Fundação Nacional de Saúde													
UG/Gestão: 255017/36211						CNPJ: 26.989.350/0013-50							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados				Sit.		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C		P	C
(*) 2010	L	O	002/2010	MEGA SERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA CNPJ - 003.651.527/0001-74	03/05/2010	02/05/2012	-	-	18	18	-	-	P
(**)2011	V	O	010/2011	SEMPRE FORT SEGURANÇA PRIVADA LTDA CNPJ - 08.068.307/0001-36	06/06/2011	06/06/2012	-	-	40	40	-	-	A

Observações:

(*) - Contrato para prestação de serviços de Limpeza e Higiene nos prédios da Funasa/Suest-PE

(**) - Contrato para prestação de serviços de Vigilância Armada nos prédios da Funasa/Suest-PE

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Informações extraídas dos arquivos de contratos de gerência da DIADM/SUEST-PE.

5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante	
Nome: Fundação Nacional de Saúde	
UG/Gestão: 255017/36211	CNPJ: 26.989.350/0013-50
Informações sobre os contratos	

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
(*) 2011	9	O	003/2011	A.O. NUNES JUNIOR SERVIÇOS - ME 05.905.132/0001-86	07/02/2011	07/02/2013	-	-	4	4	-	-	P
(**) 2010	5	O	001/2010	SWT - Informática Ltda 09.526.255/0001-6	19/04/2010	19/04/2012	-	-	4	4	2	2	p

Observações:

(*) - Contrato para prestação de serviços de atendimento telefônico em dois postos da Funasa/Suest-PE
 (**) - Contrato para prestação de serviços de Suporte Técnico a Rede de Informática da Suest-PE.

LEGENDA

Área:

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
14. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A Suest/PE no exercício de 2011, através da realização da Avaliação de Desempenho dos servidores, constatou-se que houve um grande avanço no que se refere ao Absenteísmo. Porém, por motivo de óbito da gerente do Sereh, houve uma rotatividade geral da equipe de gerente e chefes de setores da área de RH, então a nova equipe não trabalhou com o desenvolvimento de Indicadores para a gestão dos Processos de Recursos Humanos: Absenteísmo, Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais, Rotatividade, Educação Continuada, Disciplina, Aposentadoria versus reposição do quadro, Satisfação e Motivação, através de banco de dados. Portanto, com a constatação deste quadro no Relatório de Gestão 2011, a gerência de RH desta Suest apresentou iniciativa para contemplar estes temas no seu planejamento e desenvolver políticas de acompanhamento e controle dos indicadores a partir de 2012.

6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS

6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome:									
CNPJ:					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados	Valores Repassados			Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Justificativa: A Suest não faz transferências a outros Órgãos ou Entidades.

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:						
CNPJ:						
UG/GESTÃO:						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio						
Contrato de Repasse						

Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais						

Fonte:

Justificativa: A Suest não faz transferências a outros Órgãos ou Entidades.

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes

Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio					
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais					

Fonte:

Justificativa: A Suest não faz transferências a outros Órgãos ou Entidades.

6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	21	-	-
		Montante Repassado	1.698.468,00	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	13	-	-
		Montante Repassado	840.074,00	-	-
2010	Contas prestadas	Quantidade	22	-	-
		Montante Repassado	3.828.678,00	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	17	-	-
		Montante Repassado	797.382,00	-	-

2009	Contas prestadas	Quantidade	15	-	-
		Montante Repassado	88.632.604,00	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	09	-	-
		Montante Repassado	18.735.706,00	-	-
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	07	-	-
		Montante Repassado	1.114.788,00	-	-

Fonte: SIAFI

6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			115	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	32	-
			Contas Não analisadas	15	-
		Montante repassado (R\$)	13.772.244,00	-	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	42	-
			Quantidade Reprovada	05	-
			Quantidade de TCE	05	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	16	-
Montante repassado (R\$)	11.311.643,00	-			
2010	Quantidade de contas prestadas			133	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	79	-	
		Quantidade Reprovada	03	-	
		Quantidade de TCE	02	-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	49	-	
Montante repassado (R\$)	12.879.782,00	-			
2009	Quantidade de contas prestadas			129	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	72	-	
		Quantidade Reprovada	05	-	
		Quantidade de TCE	03	-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	49	-	
Montante repassado	12.488.236,00	-			
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade	31	-	
		Montante repassado	23.249.126,00	-	

Fonte: SIAFI e documentos de controle interno.

6.3 Análise Crítica:

As informações dos quadros A.6.4 e A.6.5 têm como fonte principal o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, além das coletas por meio de instrumentos internos de acompanhamento.

Cabe informar que o acompanhamento e a análise financeira das Prestações de Contas dos convênios celebrados pela Funasa passou a ser de responsabilidade do MS/Secretaria

Executiva do Fundo Nacional de Saúde no período de abril de 1999 (Portaria n. 267/GM, 31.03.1999) a março de 2005 (Portaria n. 127 de 17.03.2005). Quando do retorno dessas atividades, a Funasa contava com apenas 02 (dois) servidores para o acompanhamento e a análise das Prestações de Contas, além de outras atribuições que eram desenvolvidas na fase inicial de novos convênios, através do Sistema de Convênios/SISCON.

Atualmente, o Serviço de Convênios desta Superintendência também é responsável pelos procedimentos decorrentes da celebração dos Convênios e Termos de Compromisso (habilitação, instrução de pagamento, elaboração de Termos Aditivos de Prorrogação de Vigência, adequação de Novos Planos de Trabalho etc.), celebrados com a Funasa (Portaria Funasa 1.104, publicada em 28.09.2010, D.O.U. n. 186), com também do acompanhamento “in loco” e análise de Prestação de Contas, contando atualmente em seu quadro de pessoal com 09 servidores e 04 estagiários.

Cabe informar que com relação às contas não prestadas que estão no SIAFI no status “A Comprovar” a SUEST/PE está intensificando os procedimentos de regularização.

Quanto às contas não analisadas que estão no SIAFI no status “A Aprovar”, dizem respeito às Prestações de Contas que estão em procedimento de análise pelas áreas técnicas desta Superintendência Estadual.

7. DECLARAÇÃO REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS

7.1 Modelo da declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Alcio Pitt da Mesquita Pimentel, CPF nº 062.539.704-53, ocupante do cargo de Superintendente Estadual, exercido na Fundação Nacional de Saúde no Estado de Pernambuco, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Recife, 23 de Março de 2012.



ÁLCIO PITT DA MESQUITA PIMENTEL

CPF nº 062.539.704-53

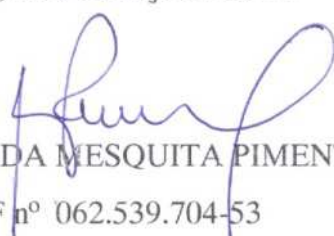
Superintendente Estadual/Funasa-PE

8. INFORMAÇÕES SOBRE DECLARAÇÕES DE BENS E RENDA

DECLARAÇÃO

Eu, Álcio Pitt da Mesquita Pimentel, CPF nº 062.539.704-53, ocupante do cargo de Superintendente Estadual, exercido na Fundação Nacional de Saúde no Estado de Pernambuco, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que estão sendo tomadas todas as medidas necessárias ao cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Recife, 23 de março de 2012.



ÁLCIO PITT DA MESQUITA PIMENTEL
CPF nº 062.539.704-53
Superintendente Estadual/Funasa/PE

8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	36	2	-
	Entregaram a DBR	35	-	-
	Não cumpriram a obrigação	1	2	-

Fonte: SEREH/SOCAD.

8.2 ANÁLISE CRÍTICA:

Através do SIAPE COMUNICA/ contra cheques dos servidores desta UJ, foi enviado solicitação de entrega de DBR, com a opção de assinatura do Formulário de Autorização de Acesso às Declarações de Ajuste Anual do IRPF ou entrega em envelope lacrado da DBR. Neste setor de RH, encontram-se arquivados tanto os envelopes lacrados quanto os formulários de Autorização de Acesso às Declarações de Ajuste Anual do IRPF.

Quanto aos servidores que não cumpriram a ON nº 65- TCU de 20/4/2011, nenhuma medida foi oficializada.

Fonte: chefe do cadastro no exercício de 2011, uma vez que o chefe do RH à época e outra servidora responsável não mais se encontram nessa SUEST – PE.

9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO DA UJ

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X

24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X

Considerações gerais:

O Questionário foi encaminhado a cada chefe de setor das áreas da Suest/PE, inclusive ao Diretor Administrativo e o Superintendente e, após fazer a tabulação dos questionários preenchidos, foi encaminhado, o questionário consolidado, para compor o Relatório de Gestão.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. INFORMAÇÕES QUANTO A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Justificativa: A segregação dos resíduos gerados no Laboratório e ambientes afins.					X
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					X
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					X
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e					X

<p>produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? <p>Justificativa: A certificação ambiental utiliza o ISSO/NBR nº 17025/2005</p>					
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? <p>Justificativa: O uso de alguns equipamentos com automação, gerando economia de energia e água. Ex.: lâmpadas com reatores automáticos de presença, equipamentos para água ultra pura com radiação ultravioleta.</p>					X
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 			X		
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? <p>Justificativa: Foi adquirido um automóvel caminhão a diesel.</p>				X	
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? <p>Justificativa: Produtos com reaproveitamentos. Ex. Cartuchos, Toner, Cilindros. Produtos com insumos Liofilizados para determinação dos parâmetros Físico-químico, cujos tubos de ensaios e cubetas são reaproveitados e os efluentes são reutilizados, e em alguns casos, reaproveitados.</p>					X
<p>9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.</p>					X
<p>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>				X	
<p>11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p>					X
<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? <p>Justificativa : Foram elaborados POP's (Procedimentos Operacional Padrão), com diretrizes e normas que, no conteúdo, explicita a necessidade de produção de energia e água.</p>					X
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? <p>Justificativa: Realizamos oficinas e Palestras, por intermédio da Comissão Seletiva do Material gerado pela Unidade de Gestão</p>					X

<p>Considerações Gerais:</p> <p>O Questionário foi encaminhado a cada chefe de setor das áreas da Suest/PE, inclusive ao Diretor Administrativo e o Superintendente e, após fazer a tabulação dos questionários preenchidos, foi encaminhado, o questionário consolidado, para compor o Relatório de Gestão.</p> <p>O Serviço de Saúde Ambiental agrega a Unidade de Controle da Qualidade da Água que mantém o Sistema de Gestão da Qualidade, marcos legais ISO/NBR/ABNT nº 17025/2005 e Portaria MS/Funasa nº 177/2011 e Portaria GAB/MS nº 2914/2011 e Educação em Saúde, antiga Assessoria de Comunicação que também tem protocolos e fluxo administrativo bem definidos.</p>					
--	--	--	--	--	--

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

11. INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	PE	73	73
	Água Preta	02	02
	Agrestina	02	02
	Amaraji	01	01
	Belém do São Francisco	02	02
	Buíque	03	03
	Canhotinho	03	03
	Carnaubeira da Penha	02	02
	Caruaru	01	01
	Cabrobó	01	01



Catende	01	01
Dormentes	01	01
Escada	01	01
Floresta	02	02
Gameleira	02	02
Garanhuns	01	01
Gravatá	01	01
Jaboatao dos Guararapes	01	01
Jaqueira	02	02
Jatobá	01	01
Joaquim Nabuco	02	02
Lagoa Grande	02	02
Maraial	02	02
Palmares	05	05
Pesqueira	01	01
Petrolândia	01	01
Petrolina	03	03
Primavera	01	01
Quipapá	03	03
Recife	03	03
Ribeirão	04	04
Salgueiro	04	04
Santa Maria da Boa Vista	01	01
São João	01	01
São Lourenço da Mata	01	01
Serra Talhada	05	05
Triunfo	01	01
Vicência	01	01
Vitória de Santo Antão	01	01
Xexéu	01	01
UF “n”	Σ	Σ
município 1		
município 2		
município “n”		

Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte: SIPUNET /SPU

Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	PE	01	01
	Camaragibe/PE	01	01
	município 2		
	município "n"		
	UF "n"		
	município 1		
	município 2		
	município "n"		
Subtotal Brasil		-	01
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1		

	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte: DSEI - PE

Obs.: No imóvel locado funciona a Casa de Passagem Indígena – CAPAI, desde 2010, sob a responsabilidade atual do DSEI-PE.

Quadro A.11. 3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Esta do de Con serv ação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóve l	Instal ações
255017	2307000045001	5 e 10	3	133.459,42	29/07/2011	398.743,51	-	-
255017	2307000055007	5 e 10	4	18.101,97	29/07/2011	45.743,21	-	-
255017	2305000035000	5	3	68.584,94	31/05/2011	311.304,35	-	-
255017	2305000045005	5	4	156.056,40	31/05/2011	349.483,79	-	-
255017	2317000165004	5 e 10	3	61.791,10	29/07/2011	336.060,50	-	-
255017	2331000065005	10	4	55.741,77	31/05/2011	187.967,90	-	-
255017	2331000055000	5	3	14.831,50	31/05/2011	34.966,99	-	-
255017	2355000105004	5	3	50.217,12	31/05/2011	331.849,12	-	-
255017	2355000095009	5	4	16.206,50	31/05/2011	84.338,78	-	-
255017	2355000065002	5	4	16.099,36	31/05/2011	83.833,83	-	-
255017	2359000065005	22	1	6.500,00	30/07/2010	6.500,00		
255017	2373000065000	5 e 10	4	16.780,48	29/07/2011	78.941,82	-	-
255017	2373000045000	5	4	18.101,97	29/07/2011	77.719,36	-	-
255017	2373000055005	5	4	43.595,67	29/07/2011	180.229,09	-	-
255017	2635000055001	5 e 10	3	17.522,43	29/07/2011	404.065,46	-	-
255017	2635000075002	22	1	5.000,00	30/09/2011	5.000,00		
255017	2381000145005	13 e 22	4	137.815,54	29/07/2011	137.815,54	-	-
255017	2383000045007	13	3	63.569,37	29/07/2011	122.315,61	-	-
255017	2299000025006	5 e 10	3	15.236,13	29/07/2011	56.761,07	-	-
255017	2403000055000	10	4	29.225,59	29/07/2011	125.610,52	-	-

255017	2413000275008	5	4	15.914,89	29/07/2011	90.487,84	-	-
255017	2413000185009	5	3	109.058,95	29/07/2011	460.648,30	-	-
255017	2417000035000	5	3	128.711,42	31/05/2011	504.817,22	-	-
255017	2417000045005	10	4	11.353,77	31/05/2011	45.208,87	-	-
255017	2419000285002	13	4	288.498,31	18/12/2000	288.498,31	-	-
255017	2427000055008	5	3	76.140,40	31/05/2011	428.214,20	-	-
255017	2457000255009	10	4	10.150,89	29/07/2011	34.995,27	-	-
255017	0548000015004	5 e 10	3	18.217,80	29/07/2011	123.177,24	-	-
255017	0548000035005	5 e 10	3	16.726,97	29/07/2011	46.255,87	-	-
255017	0550000015006	5 e 10	3	14.539,89	29/07/2011	45.889,43	-	-
255017	2463000125002	5	3	77.688,64	29/07/2011	456.152,02	-	-
255017	2463000135008	10	4	18.744,55	29/07/2011	188.087,92	-	-
255017	0552000035003	5	4	36.789,56	31/05/2011	114.254,99	-	-
255017	0552000015002	5	4	20.144,06	31/05/2011	30.537,78	-	-
255017	2483000085005	10	4	15.217,84	29/07/2011	49.305,75	-	-
255017	2483000065004	5	4	80.165,14	29/07/2011	347.431,02		
255017	2499000135009	10	7	1.064.221,76	29/07/2011	600.970,00	-	-
255017	2499000145004	10	7	31.676,98	29/07/2011	11.269,84	-	-
255017	2499000105002	10	4	18.223,64	29/07/2011	45.768,35	-	-
255017	2499000085001	10	4	15.815,89	29/07/2011	80.510,09	-	-
255017	2499000095007	10	4	18.101,97	29/07/2011	45.631,23,	-	-
255017	2517000105004	13	4	117.835,95	29/08/2000	117.835,95	-	-
255017	2519000365002	5	3	78.488,07	29/07/2011	361.737,98		
255017	2521000455003	5	3	28.839,89	29/07/2011	70.080,56	-	-
255017	2521000775008	5	4	24.888,97	29/07/2011	77.862,64	-	-
255017	2521000785003	5	3	385.254,24	29/07/2011	1.258.799,60	-	-
255017	2527000105001	5	4	44.086,70	29/07/2011	302.796,37	-	-
255017	2529000075001	5	3	28.299,14	29/07/2011	278.750,14	-	-
255017	2529000085007	10	4	14.304,38	29/07/2011	58.104,12	-	-
255017	2529000055000	10	5	9.152,90	29/07/2011	35.356,86	-	-
255017	2531004785005	21	3	536.367,71	29/07/2011	625.681,96	-	-
255017	2531004805006	21	3	2.097.603,82	15/10/2001	3.171.760,95	-	-
255017	2531006085000	13	4	1.076.968,95	16/01/2001	1.076.968,95	-	-
255017	2535002945008	10	7	10.860,91	30/10/2001	10.860,91	-	-

255017	2535002965009	5 e 10	5	13.068,97	29/07/2011	109.723,68	-	-
255017	2535002955003	5 e 10	5	12.172,51	29/07/2011	84.023,76	-	-
255017	2535002995005	5	3	199.719,27	29/07/2011	1.582.582,69	-	-
255017	2543000225009	5 e 10	4	15.914,89	29/07/2011	60.438,90	-	-
255017	2543000355000	5	4	13.731,50	29/07/2011	133.825,60	-	-
255017	2543000255005	13 e 22	3	101.502,62	29/07/2011	185.105,70	-	-
255017	2543000345004	5	3	37.121,76	29/07/2011	187.989,46	-	-
255017	2551000455005	5	3	28.072,22	29/07/2011	171.272,06	-	-
255017	2563000025004	5	3	149.220,71	29/07/2011	194.938,40	-	-
255017	2573000045002	13	3	61.309,14	16/06/2000	61.309,14	-	-
255017	2577002175003	5	4	12.415,79	29/07/2011	58.108,20	-	-
255017	2577002305004	5	4	15.824,24	29/07/2011	33.839,89	-	-
255017	2577002345006	5	4	15.029,83	29/07/2011	93.503,63	-	-
255017	2577002355001	5	4	52.947,94	29/07/2011	398.735,41	-	-
255017	2577002135001	5 e 10	4	16.590,45	23/10/2001	53.550,86	-	-
255017	2613000025004	13	4	82.809,74	17/01/2001	82.809,74	-	-
255017	2625000045009	13	4	81.186,09	17/01/2001	81.186,09	-	-
255017	2627000765008	13	4	188.892,72	17/01/2001	188.892,72	-	-
255017	2293000025007	5	4	19.581,47	29/07/2011	93.671,88	-	-
Total							Σ	Σ

Fonte: SPIUNET

Observações:

Para o Quadro A.11.3:

1 – Registros dos imóveis da FUNASA-PE oriundos do antigo sistema de cadastro de imóveis SPU2000, absorvidos automaticamente pelo atual SPIUNET, incluindo os próprios nacionais.

2 – A reavaliação dos imóveis para área construída tem como referência o valor do Custo Unitário Básico (CUB) do mês de julho/2011, fornecido pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Pernambuco – SINDUSCON/PE (https://www.cub.org.br/p_reports.php?sid=16&id=38) no valor de R\$ 617,13, exceto para os imóveis que apresentam construção inferior aos padrões normais ou para os pertencentes à União (próprios nacionais);

3- Itens referentes aos RIP's n°s 2499000135009 e 2499000145004, tratam-se dos imóveis localizados no município de Palmares onde funcionavam a Unidade Mista e a Residência de engenharia, respectivamente e que foram destruídos pelas enchentes ocorridas em 2010 e 2011,

reduzindo conseqüentemente seu atual valor de avaliação;

4 – Para os imóveis em regularização (cód. de regime 10 e 12), foram abertos processos distintos em 2004, porém, não concluídos em razão da **INADIMPLÊNCIA da FUNASA**, junto à instituições públicas o que impede conseqüentemente o registro no cartório de imóveis;

5 – Será formalizado processo para baixa no sistema SPIUNET referente ao imóvel de RIP nº 2535.00294.500-8, antes localizado em terras da Uisna Estreliana, município de Ribeirão/PE, e que fora demolido para duplicação da BR-101 ocorrida no ano 2010, conforme declaração da Prefeitura Municipal nos arquivos do SOPAT.

6 – Para os imóveis próprios nacionais (cód. 13) deverá ser formalizado expediente à Gerencia do Patrimônio da União para providências quanto à entrega, inclusive os em uso pelo DSEI-PE (cód. 22), e posterior baixa no SPIUNET.

Para o Quadro A.11.2:

1 – Imóvel locado de terceiros localizado no município de Camaragibe/PE, onde funciona a Casa de Passagem Inígena, deverá ser repassado ao DSEI-PE, tão logo seja concluído os trabalhos do GT de transferência dos bens móveis e imóveis da FUNASA para o DSEI-PE.

12. INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).

Justificativa:

A Suest/PE, apesar de ter um contrato de serviço de mão de obra para suporte de informática, não possui uma estrutura formal de Tecnologia da Informação. Esta responsabilidade é da competência da Presidência da Funasa.

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI. = 04 (QUATRO) DE NÍVEL MÉDIO E 02 (DOIS) DE NÍVEL SUPERIOR. = 06(SEIS)	Informar quantitativos				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				X	



7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					X
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Informar o percentual de participação				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
<p>Considerações Gerais</p> <p>O Questionário foi encaminhado a cada chefe de setor das áreas da Suest/PE, inclusive ao Diretor Administrativo e o Superintendente e, em um momento de reunião junto com a Chefe da Semín, fizmos a tabulação dos questionários preenchidos, foi encaminhado, o questionário consolidado, para compor o Relatório de Gestão.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>					

13. INFORMAÇÃO SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO

Observação: as despesas com Cartão de pagamento desta UJ constam do quadro 2.11 deste relatório no item Regime de Execução Especial - Suprimento de Fundos.

13.1 Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

13.1.1 Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício

Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	255017	Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite	Valor		Total
			Saque	Fatura	

A Suest não executa renúncia tributária, pois a gestão orçamentária e financeira é de responsabilidade da Presidência da Funasa.

14.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

Quadro A.14.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

Tributo	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º)	Objetivos Socioeconômicos	Contrapartida Exigida	Prazo de Vigência	Medidas de Compensação

Fonte:

14.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

Quadro A.14.2 - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

Valores	2011		2010		2009	
	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo
Renúncia						
Contrapartida						
Medidas de Compensação						

Fonte:

14.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física

Quadro A.14.3 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

UF	2011		2010		2009	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC						
AL						
AP						
AM						
BA						
CE						
DF						
ES						
GO						
MA						
MT						
MS						
MG						
PA						
PB						
PR						
PE						
PI						
RJ						
RN						



RS						
RO						
RR						
SC						
SP						
SE						
TO						
Σ						

Fonte:

Quadro A.14.4 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

UF	2011		2010		2011	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC						
AL						
AP						
AM						
BA						
CE						
DF						
ES						
GO						
MA						
MT						
MS						
MG						
PA						
PB						
PR						
PE						
PI						
RJ						
RN						
RS						
RO						
RR						
SC						
SP						
SE						
TO						
Σ						

Fonte:

14.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Físicas e Jurídica

Quadro A.14.5 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

UF	2011		2010		2009	
	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado
AC						
AL						
AP						
AM						

BA						
CE						
DF						
ES						
GO						
MA						
MT						
MS						
MG						
PA						
PB						
PR						
PE						
PI						
RJ						
RN						
RS						
RO						
RR						
SC						
SP						
SE						
TO						
Σ						

Fonte:

Quadro A.14.6 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

UF	2011		2010		2009	
	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado
AC						
AL						
AP						
AM						
BA						
CE						
DF						
ES						
GO						
MA						
MT						
MS						
MG						
PA						
PB						
PR						
PE						
PI						
RJ						
RN						
RS						
RO						
RR						
SC						
SP						

SE						
TO						
Σ						

Fonte:

14.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

Quadro A.14.7 - Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ
(NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

Renúncia	Programas	Recursos Renunciados Aplicados			Recursos Orçamentários Liquidados		
		2011	2010	2009	2011	2010	2009

Fonte:

14.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

Quadro A.14.8 - Prestações de Contas de Renúncia de Receita
(NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

Situação	2011	2010	2009			
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas						
PC Aguardando Análise						
PC em Análise						
PC não Aprovadas						
PC Aprovadas						

Fonte:

14.7 Comunicações à RFB

Quadro A.14.9 - Comunicações à RFB

(NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

Renúncia	2011				2010				2009			
	Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados		Comunicações		Valores Indevidamente e Renunciados		Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados	
	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.

14.8 Indicadores de gestão da renúncia de receitas

Quadro A.14.10 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

(NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

Ano	Metas				Renúncia/PIB (%)	Geração de empregos	
	Descrição	Indicador	Prev.	Real.		Nac.	Diretos
2011							
2010							
2009							

14.9 Declaração

A Declaração abaixo NÃO SE APLICA A ESTA UJ, pois a concessão, acompanhamento e fiscalização do benefício tributário é de responsabilidade da Presidência da Funasa.

DECLARAÇÃO

Eu, (gestor responsável pela concessão, pelo acompanhamento e fiscalização do benefício tributário), CPF nº _____, (cargo ocupado pelo responsável), declaro para os devidos fins, que na concessão e na renovação do benefício tributário previsto na(o) (normativo que disciplina a concessão e a fruição do benefício fiscal, com o seu número e data de edição), foi verificada a situação de regularidade dos beneficiários com relação aos pagamentos dos tributos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS - e à Seguridade Social, em consonância com o disposto na Constituição Federal, art. 195, § 3º; na Lei nº 9.069/1995, art.60; na Lei nº 8.036/1990, art. 27, alínea “c”; e na Lei nº 8.212/1991, art. 47, inciso I, alínea “a”. Destaco que os beneficiários abaixo relacionados não cumpriram tais dispositivos, razão pela qual as seguintes medidas saneadoras foram adotadas: (medidas adotadas para o cumprimento dos normativos acima mencionados).

Brasília, ___ de ___ de 20__.

(Gestor)
(CPF)
(Cargo/Unidade Jurisdicionada)

14.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB

Quadro A.14.11 - Ações da RFB (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

Renúncia	Fiscalizações	Autos de Infração		Recolhimento	
		Qtd. Empresas	Valor (R\$)	Qtd. Empresas	Valor (R\$)
TOTAL					

15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU.

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde – Superintendência Estadual (Suest-PE)					255017
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-020.881/2009-3	1572/2001-TCU 2ª C.	9.3.1	-	28300-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde – Superintendência Estadual (Suest-PE)					255017
Descrição da Deliberação:					
Determinar a Fundação Nacional de Saúde que faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados consoante disposto nos itens 9.2.2/9.2.3 deste Acórdão.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos					255017
Síntese da providência adotada:					
A determinação foi totalmente cumprida.					
Síntese dos resultados obtidos					
Pagamentos interrompidos na forma determinada.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Para o cumprimento tempestivo desse tipo de ação, faz-se necessário que tais deliberações (determinações/Acórdão), estejam disponibilizadas de imediato para os gestores interessados, inclusive que esses atores sejam orientados e credenciados para terem acesso direto no site do TCU dessas medidas de modo a permitir o imediato conhecimento e em consequência a redução do tempo de cumprimento da determinação.

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
(SEM REGISTRO DE DETERMINAÇÕES PENDENTES DE ATENDIMENTO)					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
(SEM REGISTRO DE DETERMINAÇÕES PENDENTES DE ATENDIMENTO)					

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			



Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Síntese da providência adotada:	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

NOTA EXPLICATIVA:

Tendo em vista o significativo número de recomendações, respectivas respostas e conteúdos presentes no Relatório Final e Plano de Providência da Controladoria Geral da União – CGU, a Superintendência Estadual - Funasa/Suest-PE, consoante entendimento com seu órgão central (presidência), optou pela apresentação das recomendações referente ao item em comento, no formato original e epigrafado no Plano de Providência antes encaminhado àquela Controladoria Geral da União – CGU em meado do exercício objeto do presente Relatório de Gestão.

**PLANO DE PROVIDÊNCIAS PERMANENTE
UJ Auditada: SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA/PE**

Relatório de Auditoria: 201108831 – Ofício CGU-23.170/2011

**RESPOSTA AO PLANO DE PROVIDÊNCIA
ANEXO DO OFÍCIO N.º 2884/2011-FUNASA/SUEST-PE**

1. Item 2.1.1.1 - CONSTATAÇÃO: (024) – SEREH-PE

Pagamento de adicional de insalubridade a servidores lotados em setores não considerados insalubres. Inobservância à ON/SRH/MPOG nº 02, de 19/02/2010.

RECOMENDAÇÃO 01:

Proceda a uma revisão da folha de todos os servidores que percebam adicional de insalubridade, haja vista existir na Unidade, desde julho de 2010, um novo Laudo de Avaliação Ambiental do Trabalho para caracterização de Insalubridade e Periculosidade.

PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS¹

➔RECADASTRAMENTO EFETUADO EM AGOSTO/2011, COM EMISSÃO DE NOVA PORTARIA DE CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, A PARTIR DE 01.09.2011.

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: 01/09/2011

SITUAÇÃO² EM: 09/09/2011

→ EXCLUSÃO DOS ADICIONAIS CONCEDIDOS COM BASE NO LAUDO ANTERIOR, E IMPLANTAÇÃO DOS ADICIONAIS COM BASE NO LAUDO EMITIDO EM JULHO/2010, A PARTIR DO PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO “INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS”.

RECOMENDAÇÃO 02:

Providenciar o ressarcimento dos valores recebidos à título de Adicional de Insalubridade pelos servidores que deixaram de ter direito ao adicional, a partir de agosto de 2010.

PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS¹

→ SERÁ PROVIDENCIADO O LEVANTAMENTO DOS VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE E FORMADO PROCESSO PARA REPOSIÇÃO AO ERÁRIO, GARANTINDO AOS ENVOLVIDOS O DIREITO AO CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA.

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: 31/12/2011

SITUAÇÃO² EM: 09/09/2011

→ SERÁ PROVIDENCIADA APÓS A CONCLUSÃO DA RECOMENDAÇÃO 01.

2. Item 2.1.1.2 - CONSTATAÇÃO: (027) – SEREH-PE

Pagamento de adicional de insalubridade a maior para servidores lotados no Laboratório de Controle de Qualidade da Água.

RECOMENDAÇÃO 01:

Providenciar o ressarcimento dos valores recebidos a maior à título de Adicional de Insalubridade pelos servidores que deixaram de ter direito ao adicional, a partir de agosto de 2010.

PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS¹

→ SERÁ PROVIDENCIADO O LEVANTAMENTO DOS VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE E FORMADO PROCESSO PARA REPOSIÇÃO AO ERÁRIO, GARANTINDO AOS ENVOLVIDOS O DIREITO AO CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA.

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: 31/12/2011

SITUAÇÃO² EM: 09/09/2011

→ SERÁ PROVIDENCIADA APÓS A CONCLUSÃO DA RECOMENDAÇÃO 01, DO ITEM 2.1.1.1

3. Item 2.1.1.3 - CONSTATAÇÃO: (028) – SEREH-PE.

Pagamento de adicional de periculosidade a servidores lotados em setores não considerados perigosos pelo laudo pericial vigente na SUEST/PE. Inobservância à ON/SRH/MPOG n° 02, de 19/02/2010.

RECOMENDAÇÃO 01:

Proceda a uma revisão da folha de todos os servidores que percebam adicional periculosidade, haja vista existir na Unidade, desde julho de 2010, um novo Laudo de Avaliação Ambiental do Trabalho para caracterização de Insalubridade e Periculosidade.

PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS¹

→ REVISÃO EFETUADA EM AGOSTO/2011, COM REGULARIZAÇÃO A PARTIR DE 01.09.2011.

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: 01/09/2011
SITUAÇÃO² EM: 01/09/2011

RECOMENDAÇÃO 02:

Providenciar o ressarcimento dos valores recebidos a maior à título de Adicional de periculosidade pelos servidores que deixaram de ter direito ao adicional, a partir de agosto de 2010.

→ SERÁ PROVIDENCIADO O LEVANTAMENTO DOS VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE E FORMADO PROCESSO PARA REPOSIÇÃO AO ERÁRIO, GARANTINDO AOS ENVOLVIDOS O DIREITO AO CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA.

4. Item 2.1.1.4 - CONSTATAÇÃO: (030) – SEREH-PE.

Pagamento de auxílio-transporte sem apresentação de comprovação dos gastos com passagens intermunicipais e interestaduais.

RECOMENDAÇÃO 01:

Promover o recadastramento de todos servidores beneficiados com o Auxílio-Transporte, exigindo comprovante de residência atualizado, bem como o detalhamento das informações acerca das linhas de transporte público utilizadas.

PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS¹

→ RECADASTRAMENTO JÁ INICIADO, COM PREVISÃO DE ANÁLISE E CORREÇÕES ATÉ 31/12/2011.

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: 31/12/2011
SITUAÇÃO² EM: 09/09/2011

RECOMENDAÇÃO 02:

Providenciar controles com vistas a que os beneficiários dos valores recebidos à título de Auxílio-Transporte nos deslocamentos de viagens intermunicipais seja realizado com base em comprovantes de despesas.

PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS¹

→ EMITIR COMUNICAÇÃO AOS SERVIDORES ENVOLVIDOS, ORIENTANDO SOBRE A NOVA EXIGÊNCIA.

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: 31/12/2011
SITUAÇÃO² EM: 01/09/2011

RECADASTRAMENTO EM ANDAMENTO.

5. Item 2.1.1.5 - CONSTATAÇÃO: (048) – SEREH-PE.

Inscrição não tempestiva dos atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadorias e ausência de registro de atos de pensões dos servidores da SUEST/PE no sistema SISACnet do Tribunal de Contas da União. Inobservância à IN TCU nº 55/2007.

RECOMENDAÇÃO 01:

Tome providências no sentido de adequar os procedimentos de registros de aposentadorias e pensões no SISACnet à IN TCU nº 055/2007.

PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS¹

→REGISTROS EM ANDAMENTO.

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: 31/12/2011

SITUAÇÃO² EM: 01/09/2011

→REGISTROS EM ANDAMENTO, COM PREVISÃO DE CONCLUSÃO ATÉ 31/12/2011.

6. Item 3.2.1.1 - CONSTATAÇÃO: (049) – SECON-PE/DIESP.

Atuação intempestiva da SUEST/PE na análise das prestações de contas de transferências voluntárias apresentadas pelos convenentes.

RECOMENDAÇÃO 01:

Recomendamos à Funasa que atue tempestivamente na análise das prestações de contas dos convênios, bem como efetue um planejamento com o fito de reduzir o estoque de convênios com prazo expirado com a situação "a aprovar".

PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS¹

→EM QUE PESE O RELEVANTE PASSIVO (CONCENTRAÇÃO) DE PRESTAÇÃO DE CONTAS NA SITUAÇÃO DE “A PROVAR” NA SUEST-PE, REFERIDAS PRESTAÇÕES DE CONTAS ENCONTRAM-SE NAS ÁREAS DE ENGENHARIA E EDUCAÇÃO EM SAÚDE TENDO COMO ARGUMENTO A DEFICIÊNCIA DE PESSOAL. TODAVIA O SERVIÇO DE CONVÊNIO ATUA COMO MEDIADOR NO ENCAMINHAMENTO DAS NOTIFICAÇÕES DAS CITADAS ÁREAS, HAJA VISA SUA COMPETÊNCIA EM PROCEDIMENTOS DE REGISTROS JUNTO AO SIAFI DAS ENTIDADES FALTOSAS NAS RESPOSTAS, O QUE PRODUZ O AUMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS NESSE SERVIÇO DE CONVÊNIO EM CARÁTER TRANSITÓRIO.

→EM FACE AO EXPOSTO, E MUITO EMBORA FORA DA GOVERNABILIDADE DO NÍVEL REGIONAL NO QUE TANGE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL, ESTA SUEST-PE ADOTARÁ PROVIDÊNCIAS POSSÍVEIS PELO NÍVEL LOCAL E JUNTO ÀS ÁREAS ENVOLVIDAS NO SENTIDO DE REDUZIR O PASSIVO DE PRESTAÇÕES DE CONTAS NESSA CONDIÇÃO. O ASSUNTO TAMBÉM DEVERÁ SER OBJETO DE GETÃO JUNTO A FUNASA PRESIDÊNCIA.

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO (ATÉ): 31/12/2011.

SITUAÇÃO² EM: 05/09/2011

7. Item 4.1.2.1 - CONSTATAÇÃO: (026) DIESP-PE c/c SEREH-PE.

Baixo número de visitas técnicas em ações finalísticas da SUEST/PE. Número insuficiente de profissionais capacitados para fiscalizações.

RECOMENDAÇÃO 01:

Rever a cessão dos engenheiros civis cedidos a outros órgãos, fazendo-os retornar ao exercício das 32 de 86 funções na SUEST/PE.

PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS¹

→RELATIVAMENTE AO RETORNO DOS ENGENHEIROS CEDIDOS A OUTROS ÓRGÃOS SÃO EM NÚMERO DE TRÊS APENAS, ESTÃO LEGALMENTE A DISPOSIÇÃO DO SUS INCLUSIVE ALGUNS DELES EXERCENDO CARGO DE NATUREZA POLÍTICA (VIGILÂNCIA, LACEN, ETC.). CONSIDERANDO QUE O ASSUNTO VEM SENDO OBJETO DE REPETIDAS CONSTATAÇÕES DA CGU, ESTA SUEST-PE RETOMARÁ A QUESTÃO NO SENTIDO DE EXPEDIR OFÍCIO SOLICITANDO O RETORNO DESSES SERVIDORES INCLUSIVE COM GESTÃO JUNTO A FUNASA PRESIDÊNCIA HAJA VISTA SE TRATAR DE TEMA QUE CARECE DE REFLEXÃO DA POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS COMO UM TODO ADOPTADA, CONSIDERANDO SOBRETUDO A ATUAL MISSÃO DA FUNASA.

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO (ATÉ): 31/12/2011.

SITUAÇÃO² EM: 05/09/2011

RECOMENDAÇÃO 02:

Promova o retorno dos servidores cedidos que trabalhem na área meio do Órgão, com base na Portaria FUNASA nº 311, de 31/12/08, como condição necessária para, na medida do possível, alocação de servidores nas funções do DIESP

PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS¹

→RELATIVAMENTE AO RETORNO DOS SERVIDORES QUE ATUAM EM ÁREA MEIO CEDIDOS A OUTROS ÓRGÃOS EM QUE PESE O CONSIDERÁVEL NÚMERO, A MAIORIA CERCA DE 80% TEM EXERCÍCIO EM NÍVEL DOS MUNICÍPIOS, (SÃO AGENTES ADMINISTRATIVOS, VISITADORAS, AUXILIAR DE SANEAMENTO, LABORATORISTA, DENTRE OUTROS) E ESTÃO LEGALMENTE A DISPOSIÇÃO DO SUS. →RESSALTE-SE QUE PARA OS CEDIDOS AO SUS E OUTROS ÓRGÃOS FORA DA SEDE DA FUNASA, CARECE DE MELHOR REFLEXÃO DA FUNASA CONSIDERANDO SE TRATAR DE SERVIDORES COM LOTAÇÃO EM TORNO DE 30 ANOS EM UNIDADES DO INTERIOR (MUNICÍPIOS), HAJA VISTA QUE A CONCRETIZAÇÃO DO RETORNO ENSEJARIA REMOÇÃO EX-OFFÍCIO PARA O NÍVEL REGIONAL FRENTE A NOVA MISSÃO DO ÓRGÃO. QUANTO AOS DEMAIS SERVIDORES ANTES LOTADOS NA SEDE E CEDIDOS AOS ÓRGÃOS E AO SUS DA REGIÃO METROPOLITANA, EM FACE DAS REPETIDAS RECOMENDAÇÕES DA CGU, ESTA SUEST-PE EXPEDIRÁ OFÍCIO SOLICITANDO O RETORNO DOS SERVIDORES NESSA SITUAÇÃO.

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO (ATÉ): 31/12/2011.

SITUAÇÃO² EM: 05/09/2011

RECOMENDAÇÃO 03:

Recomendamos aos gestores da Unidade que diligenciem, baseando-se em análise técnicas, junto à FUNASA - Presidência, no sentido de que sejam realizados processos seletivos destinados ao provimento de cargos no âmbito das atividades da DIESP.

PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS¹

→EM FACE A RELEVÂNCIA DO ASSUNTO E AS REPETIDAS RECOMENDAÇÕES DA CGU PELO MENOS NESSES ÚLTIMOS TRÊS ANOS, TENDO O ASSUNTO JÁ SIDO REDIRECIONADO PARA A FUNASA/PRESIDÊNCIA, ADOTAREMOS PROVIDÊNCIAS LOCAIS NO SENTIDO DE NOVA REITERAÇÃO JUNTO A FUNASA/PRESIDÊNCIA, VISTO QUE O PROJETO BÁSICO E TÉCNICO PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO É DA GONVERNABILIDADE DA FUNASA/PRESIDÊNCIA JUNTO AO MPOG.

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: 31/10/2011
SITUAÇÃO² EM: 05/09/2011.

8. Item 4.1.3.1 - CONSTATAÇÃO: (037) - SECON-PE c/c DIESP.

Existência de convênios na situação a comprovar com vigência expirada, constante da carteira de transferências voluntárias da FUNASA aos municípios e Estado de Pernambuco.

RECOMENDAÇÃO 01:

Recomendamos à Funasa que atue tempestivamente na análise das prestações de contas dos convênios, bem como efetue um planejamento com o fito de reduzir o estoque de convênios com prazo expirado com a situação "a comprovar".

PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS¹

→EM CONSULTA AO SIAFI, CONSTATOU-SE QUE AUALMENTE O TOTAL DE CONVÊNIO NA CONTA “a COMPROVAR” É DE 65, SENDO: 55 ENTRE CONVÊNIOS EMENDAS PARLAMENTARES E 10 TERMOS DE COMPROMISSOS – TC/PAC. TODAVIA NESSE QUANTITATIVO OBSERVA-SE TAMBÉM QUE APESAR DE ESTAREM COM VIGÊNCIA EXPIRADA, AINDA ASSIM, CONTINUA VIGENTE QUANTO AO PRAZO DE APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS. CONTUDO CONTINUAMOS MONITORANDO ESTE PASSIVO ATRAVÉS DE PLANILHAS, INCLUSIVE JUNTO A COORDENAÇÃO GERAL DE CONVÊNIOS EM BRASÍLIA HAJA VISTA A SUA COMPETÊNCIA PARA AS SISTEMÁTICAS DE ATUALIZAÇÕES, VEZ QUE A SUEST-PE COMPETE APENAS A CONSULTA.

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: 31/12/2011
SITUAÇÃO² EM: 05/09/2011.

9. Item 6.1.3.1 - CONSTATAÇÃO: (029) – DIADM/SOPAT.

Fragilidade nos controles relativos às informações contidas no SPIUnet sobre Bens de Uso Especial da União sob responsabilidade da Unidade, tais como imóveis com avaliação vencida.

RECOMENDAÇÃO 01:

Implante controles com vistas a periodicamente verificar a data de validade da avaliação dos imóveis de uso especial sob responsabilidade da Unidade e atualizar tempestivamente seu valor.

PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS¹

→ESTA SUEST-PE REDIRECIONOU (VIA E-MAIL) ESTA RECOMENDAÇÃO DE AUDITORIA – CGU, AO SOPAT-PE ORIENTANDO QUANTO A NECESSIDADE DE MAIOR CONTROLE DE MODO A ATENDER PLENAMENTE A RECOMENDAÇÃO DA CGU PARA ESTE ITEM.

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: 05/09/2011

SITUAÇÃO² EM: 05/09/2011.

RECOMENDAÇÃO 02: (SOCAP) P/ INFORMAR SE EM 2010/2011 HOUE CAPACITAÇÃO PARA SOPAT.

Promova capacitação aos servidores responsáveis pelos procedimentos de gestão de bens de uso especial com vistas ao correto uso dos sistemas necessários as suas atribuições.

PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS¹

→ESTA SUEST-PE REDIRECIONOU (VIA E-MAIL) ESTA RECOMENDAÇÃO DE AUDITORIA – CGU, AO SOPAT-PE ORIENTANDO QUANTO A NECESSIDADE DE BUSCA DE INFORMAÇÕES JUNTO AO PATRIMONIO PRESIDÊNCIA INCLUSIVE PARA FINS DE CAPACITAÇÃO SE FOR O CASO, CONSIDERANDO QUE ESSE SOPAT ASSIM TEM ATUADO NOS CASOS DE ASSUNTOS QUE MERECEM MAIOR REFLEXÃO. O SOPAT ASSUMIRÁ A RESPONSABILIDADE PELA JUSTIFICATIVA E MANIFESTAÇÃO JUNTO À AUTORIDADE COMPETENTE PARA O CASO.

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: 31/012/2011

SITUAÇÃO² EM: 05/09/2011

10. Item 6.1.3.2 - CONSTATAÇÃO: (031) – DIADM/SOPAT.

Fragilidade nos controles relativos à gestão sobre Bens de Uso Especial da União sob responsabilidade da Unidade, tais como deficiências estruturais e de capacitação de pessoal.

RECOMENDAÇÃO 01:

Tome providências no sentido de capacitar adequadamente os servidores responsáveis pela atualização dos dados referentes aos Bens de Uso Especial sob responsabilidade da SUEST/PE, principalmente no tocante aos sistemas por eles utilizados

PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS¹

→ESTA SUEST-PE REDIRECIONOU (VIA E-MAIL) ESTA RECOMENDAÇÃO DE AUDITORIA – CGU, AO SOPAT-PE ORIENTANDO ACERCA DA NECESSIDADE OU NÃO DE CAPACITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES INERENTES AQUELE SETOR, HAJA VISTA QUE A FUNASA PRESIDÊNCIA VEM DISSEMINANDO AS ORIENTAÇÕES A ESSE RESPEITO, EM CUJOS EVENTOS OCORREM A PARTICIPAÇÃO DO CHEFE DA EQUIPE DO SOPAT.

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: 31/012/2011
SITUAÇÃO² EM: 05/09/2011.

RECOMENDAÇÃO 02:

Restabeleça o acesso da Seção Logística da SUEST/PE à rede da FUNASA, com vistas à adequada alimentação dos dados sobre os imóveis de uso especial.

PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS¹

→SITUAÇÃO JÁ REGULARIZADA COM A INSTALAÇÃO DO LINK DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: 05/09/2011
SITUAÇÃO² EM: 05/09/2011.

11. Item 6.1.4.1 - CONSTATAÇÃO: (025 - SEREH)

Não recebimento das Declarações de Bens e Rendias, referentes ao exercício 2010 - Ano calendário 2009, dos servidores que não autorizaram o acesso aos dados da Receita Federal do Brasil, devido a ausência de rotinas implantadas para o cumprimento da legislação.

RECOMENDAÇÃO 01:

Implante controle, de preferência informatizado, com vistas a sistematizar o recebimento anual das declarações dos servidores que optaram por esse modo de atendimento à Portaria Interministerial MP/CGU n.º 298/2007.

PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS¹

→SITUAÇÃO EM PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO/ATUALIZAÇÃO JUNTO AOS SERVIDORES E RH.

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO (ATE): 31/12/2011
SITUAÇÃO² EM: 01/09/2011.

12. Item 6.1.5.1 - CONSTATAÇÃO: (032 - DIADM/SAOF)

Vinculação de notas de empenho liquidadas no exercício de 2010 a contrato com vigência expirada em 31/12/2008.

RECOMENDAÇÃO 01:

Tome providências no sentido de regularizar a vinculação dos empenhos e seu respectivo contrato.

PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS¹

→SITUAÇÃO REGULARIZADA NA MEDIDA DA FEITURA DOS EMPENHOS CONFORME OS PROCESSOS E SEUS FUNDAMENTOS. TODAVIA A ADMINISTRAÇÃO RECOMENDOU MAIOR EMPENHO POSSÍVEL DA SAOF NO SENTIDO DE DILIGENCIAR SOBRE O ASSUNTO.

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: 30/09/2011
SITUAÇÃO² EM: 05/09/2011.

13. Item 7.1.1.2 - CONSTATAÇÃO: (043 - DSEI-PE)

Direcionamento das aquisições de medicamentos por suprimento de fundos a empresas que possuíam contratos administrativos com a SUEST/PE.

RECOMENDAÇÃO 01:

Quando não configurada a urgência da aquisição, abstenha-se de utilizar o suprimento de fundos, efetuando cotação de preços com no mínimo 3 fornecedores, com o fito de promover condições objetivas para compras mais vantajosas para a Administração.

PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS¹

Em atenção ao Memorando Circular nº003/2011/ Gab/ DIADM/ FUNASA/ SUEST-PE, referente ao Plano de Providências Relatório de Auditoria CGU-2010, no que se referem aos itens direcionados a Área Técnica de Assistência Farmacêutica, temos a esclarecer o que segue:

Não temos como prever não direcionar compras de medicamentos a empresas que já mantiveram alguma outra forma de contrato com esta instituição, uma vez que estamos tratando de aquisição de um insumo que tem sobre ele uma severa legislação sanitária nos estabelecimentos comerciais, o que leva quase sempre a uma diminuição considerável de farmácias comerciais que atendam a legislação em vigor, principalmente nos municípios onde temos comunidades indígenas, gerando conseqüentemente, aquisição quase nas mesmas empresas.

Prazo para Implantação: Dez/2011

Situação em 29/Ago/2011

14. Item 7.1.1.3 - CONSTATAÇÃO: (044 – DIADM/CPL/SALOG/SOMAT)

Falhas na realização de pesquisa de preços de mercado, tendo em vista estimar o custo da contratação de fornecimento de medicamentos.

RECOMENDAÇÃO 01:

Proceda, quando da realização de licitações, à pesquisa de preços com uma quantidade mínima de fornecedores, com vistas a assegurar uma melhor representatividade do mercado, principalmente em compras de grande volume, a exemplo das atas de registros de preços que balizam as aquisições de todo o exercício, tendo em vista a obtenção de real economia de escala.

PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS¹

→EM QUE PESE ESSA PRÁTICA JÁ OCORRER NO ÂMBITO DA SUEST-PE, ATENDENDO A RECOMENDAÇÃO CONSNTANTE DO ITEM 14 – 7.1.1.3, RECOMENDOU-SE MAIOR ATENÇÃO DAS ÁREAS ENVOLVIDAS NA INSTRUÇÃO PROCESSUAL PARA ESSE FIM, DE MODOD QUE SEJA ASSEGURADO O N° NÚMERO MÍNIMO DE 03 FORNECEDORES DO RAMO NAS PESQUISAS PARA VERIFICAÇÃO DO COMPORTAMETNO DE MERCADO DE MODO A SUBSIDIAR MELHOR O PREGOEIRO.

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: 05/09/2011

SITUAÇÃO² EM: 05/09/2011

15. Item 7.1.1.4 - CONSTATAÇÃO: (045 – DIADM/DSEI-PE)

Aquisição de fármacos, por meio de suprimentos de fundos, por preços mais elevados em comparação com os obtidos na Ata de Registro de Preços referente ao Pregão nº 14/2009.

RECOMENDAÇÃO 01:

Abstenha-se de fracionar despesas sistematicamente, utilizando o instrumento de suprimento de fundos, em detrimento à opção de se adquirir medicamentos por meio das atas de registros de preços existentes, salvo nos casos de urgência ou de realização de gastos com caráter sigiloso.

PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS¹

Diante do exposto em nosso pronunciamento no Enc. 059 de 15/04/2011, referente ao Relatório de Auditoria Final Abril/2011/CGU- Exposição de Fatos, onde apontamos as várias causas que levam este distrito adquirir medicamentos a custos mais elevados do que junto a Atas de RP, nos esforçaremos para tomadas de providências a serem implementadas, uma vez que já vimos fazendo e não temos as devidas respostas; **no âmbito de nossa responsabilidade, para as quais descrevemos:**

Até 30/12/2011:

- 1- Capacitar, através de processos de sensibilização, os profissionais médicos das equipes multidisciplinares do Dsei a priorizarem a relação de medicamentos padronizadas no distrito;
- 2- Manter o processo de educação continuada junto aos Auxiliares de Farmácia para o cumprimento das rotinas de Dispensação de Medicamentos;
- 3- Implementar o processo de articulação com as Gerências Municipais de Assistência Farmacêutica, para o cumprimento da dispensação de medicamentos da Atenção Básica aos seus munícipes indígenas;
- 4- Implementar o processo de articulação com a Superintendência de Assistência Farmacêutica da Secretaria Estadual de Saúde e o Programa de Saúde Mental, para o cumprimento da atenção integral quanto a dispensação de medicamentos da constantes no componente Especializado da Assistência Farmacêutica e Saúde Mental, às comunidades indígenas do Estado de Pernambuco;;
- 5- Agilizar processos de aquisição de medicamentos através de Atas de RP na gestão local do Dsei;
- 6- Implantação do SISCOESC, para que a Área Técnica de Assistência Farmacêutica tenha todas as informações necessárias ao controle efetivo do estoque de medicamentos, em tempo real;
- 7- Solicitar ao SESA, agilidade no desenvolvimento das contratações de profissionais, para complementação do quadro de Pessoal, através de outras organizações sociais como está previsto no chamamento Público divulgado pela mesma, para que possamos garantir a presença do profissional farmacêutico em todos os Pólos-Base, conforme já solicitado a Secretaria Especial de Especial de Saúde.

Prazo para Implantação: Dez/2011

Situação em 29/Ago/2011

16. Item 7.1.1.5 - CONSTATAÇÃO: (046 – DSEI-PE)

Medicamentos adquiridos por meio de suprimentos de fundos, já previstos como itens de atas de registros de preços.

RECOMENDAÇÃO 01:

Abstenha-se de adquirir medicamentos por meio de suprimentos de fundos, quando o mesmo estiver presente em ata de registro de preços vigente, apresentando justificativas devidamente autuadas no processo de compra caso não seja possível.

PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS¹

- 1- Manter o processo de educação continuada junto aos Auxiliares de Farmácia para o cumprimento das rotinas de Dispensação de Medicamentos e controle
- 2- Agilizar processos de aquisição de medicamentos através de Atas de RP na gestão local do Dsei;
- 3- Implantação do SISCOESC, para que a Área Técnica de Assistência Farmacêutica tenha todas as informações necessárias ao controle efetivo do estoque de medicamentos, em tempo real;
- 4- Cobrar efetivamente, á todos os coordenadores de Pólos-Base e Auxiliares de Farmácia, o cumprimento de todas as rotinas referentes a FICHA DE DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS correspondente a cada paciente;
- 5- Solicitar ao SESAI, agilidade no desenvolvimento das contratações de profissionais, para complementação do quadro de Pessoal, através de outras organizações sociais como está previsto no Chamamento Público, para que possamos garantir a presença do profissional farmacêutico em todos os Pólos-Base, conforme já solicitado a Secretaria Especial de Especial de Saúde, para que tenhamos um efetivo controle de todas as atividades da área in locu;
- 6- Manter a programação de supervisão da Área Técnica de Assistência Farmacêutica como um importante instrumento de monitoramento e controle de todas as atividades, no âmbito desta Área, desenvolvidas nos Pólos-Base;

Prazo para Implantação: Dez/2011

Situação em 29/Ago/2011

17. Item 7.1.1.6 - CONSTATAÇÃO: (047 – DSEI-PE)

Ausência de descrição do princípio ativo do medicamento nas notas fiscais de compra por suprimentos de fundos.

RECOMENDAÇÃO 01:

Efetue treinamento para os profissionais da área médica, com o fito padronizar a prescrição de medicamentos pelo respectivo princípio ativo.

PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS¹

- 1- Capacitar, através de processos de sensibilização, os profissionais médicos das equipes multidisciplinares do Dsei a cumprirem a legislação sanitária em vigor, especificamente a Lei 5.991/73 e a Lei 9.787/99, que tratam da obrigatoriedade da prescrição médica nos serviços públicos, onde os medicamentos sejam apostos nas receitas pela Denominação Comum Brasileira – DCB e/ou Denominação Comum Internacional – DCI (denominação genérica);

Prazo para Implantação: Dez/2011
Situação em 29/Ago/2011

RECOMENDAÇÃO 02:

Recomendamos à Funasa que exija das farmácias quando da aquisição de medicamentos e emissão das devidas notas fiscais, a descrição do princípio ativo dos medicamentos adquiridos.

PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS¹

- 1- Manter processo de capacitação de todos os gestores de contratos das farmácias para compra de medicamentos em caráter de urgência e emergência, para que os fornecedores emitam suas notas fiscais conforme legislação sanitária em vigor para venda de medicamentos.

Prazo para Implantação: Dez/2011
Situação em 29/Ago/2011

18. Item 7.1.2.1 - CONSTATAÇÃO: (038 – DSEI-PE)

Falhas nos controles relativos aos estoques de medicamentos nas farmácias dos polos.

RECOMENDAÇÃO 01:

Recomendamos à Funasa que adote medidas no sentido de promover uma urgente melhoria na gestão de estoques de medicamentos com o fito de evitar perdas, levando em consideração as seguintes ações, entre outras:

- a) permuta de estoques entre em pólos;
- b) utilização de parâmetro, a exemplo do consumo médio, para calcular a real necessidade de medicamentos em cada polo;
- c) na medida do possível, efetue treinamento aos profissionais da área médica com o fito de prescrever medicamentos pelo respectivo princípio ativo.

PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS¹

- 1- Manter o processo de educação continuada junto aos Auxiliares de Farmácia para o cumprimento das rotinas de Dispensação de Medicamentos e controle;
- 2- Agilizar processos de aquisição de medicamentos através de Atas de RP na gestão local do Dsei;
- 3- Implantação do SISCOESC, para que a Área Técnica de Assistência Farmacêutica tenha todas as informações necessárias ao controle efetivo do estoque de medicamentos, em tempo real;
- 4- Solicitar ao SESAI, agilidade no desenvolvimento das contratações de profissionais, para complementação do quadro de Pessoal, através de outras organizações sociais como está previsto no Chamamento Público divulgado pela mesma, para que possamos garantir a presença do profissional farmacêutico em todos os Pólos-Base, conforme já solicitado a Secretaria Especial de Especial de Saúde.

Prazo para Implantação: Dez/2011
Situação em 29/Ago/2011

19. Item 7.1.2.2 - CONSTATAÇÃO: (039 – DSEI-PE)

Formulário utilizado para o controle dos deslocamentos dos veículos no contrato de transportes de índios não contém a placa dos veículos.

RECOMENDAÇÃO 01:

Recomendamos à Funasa que inclua a placa dos veículos nos formulários para controle de deslocamentos de veículos no contrato de transporte de índios.

PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS¹

→EM QUE PESE A AUTONOMIA DO DSEI CONFORME PREVISTO NO DECRETO N.º 7.530/2011 E A INFORMAÇÃO DE QUE JÁ HOUVE ORIENTAÇÃO AOS FISCAIS DE CONTRATO PARA ATENDER TAL RECOMENDAÇÃO, ESTA SUEST-PE REDIRECIONOU A REFERIDA CONSTATAÇÃO PARA AQUELE DISTRITO NO SENTIDO DE QUE HAJA EFETIVO ACOMPANHAMENTO E CUMPRIMENTO DA RECOMENDAÇÃO. ,TENDO RECEBIDO A INFORMAÇÃO DE QUE AS MEDIDAS RECOMENDADAS ESTÃO SENDO IMPLEMENTADAS.

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: 05/09/2011
SITUAÇÃO² EM: 05/09/2011.

20. Item 7.1.3.1 - CONSTATAÇÃO: (042 – DSEI-PE)

Utilização do instrumento de suprimento de fundos sem que tenha sido caracterizada a hipótese de urgência na aquisição, ou inexistência de procedimento licitatório específico para compra de medicamentos.

RECOMENDAÇÃO 01:

Abstenha-se de fracionar despesas utilizando o instrumento de suprimento de fundos, a não ser nos casos estritamente previstos no art. 45 do Decreto nº 93.872/86.

PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS¹

→A GRANDE MAIORIA DOS SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDIDOS PELA SUEST-PE, REFERE-SE À ATENÇÃO ÀS DEMANDAS DA ÁREA INDÍGENA QUE DIGA-SE DE PASSAGEM, CARECEM DE PROVIDÊNCIAS PRIORITÁRIAS COMO É O CASO DE MEDICAMENTOS ESPECÍFICOS (FORA DA FARMÁCIA BÁSICA) PARA ATENDIMENTO IN-LOCO – POLO BASE EM 24 HORAS DE RECEITUADOS. CONTUDO EM RAZÃO DAS REPETIDAS CONSTATAÇÕES A ESSE RESPEITO, ESDTA SUEST-PE, REDIRECIONOU O ASSUNTO PARA ATENDIMENTO POR AQUELE DSEI, SOBETUDO EM FACE DE SUA EMANCIPAÇÃO (DECRETO 7.530/2011).

PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO: 05/09/2011
SITUAÇÃO² EM: 05/09/2011

Dimitri Barista da Silva
Analista Administrativo
GE-FCT/PORT: 65803/FUNASA-PE

RECIFE, 14 DE SETEMBRO DE 2011


ÁCIO PITT DA MESQUITA PIMENTEL
SUPERINTENDENTE ESTADUAL
FUNASA/SUEST-PE

15.4 Recomendação do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

NOTA EXPLICATIVA

Consoante o que ficou estabelecido entre a UG e o OCI por ocasião da pactuação do Plano de Providência, houve o comprometimento de cada unidade da UJ, no sentido de implementação das recomendações no prazo de até 31/12/2011, portanto, não se tem registro de que permanece pendente de atendimento recomendação objeto desse Plano de Providência e da pactuação.

16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO.

16.1 Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	
Data do Relatório de Auditoria	

Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	
Descrição da Recomendação	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Síntese das providências adotadas	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Nota Explicativa:

Conforme entendimento mantido junto aos interlocutores da Auditoria da Funasa/BSB para esse fim, relativamente a Suest-PE, os itens 16.1 e 16.2, serão respondidos pelo nível central (auditoria presidência), considerando sobretudo que as Recomendações levantadas pelo Relatório de Auditoria 2010/090 embora encaminhadas para esta Suest-PE ao final de janeiro/2012, já constaram do Relatório de Gestão de 2010 com apresentação no exercício de 2011.

16.2 Recomendações da unidade de controle interno ou de Auditoria Interna pendentes de atendimento

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	
Descrição da Recomendação	
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Justificativas para o não atendimento	

Nota Explicativa:

Conforme entendimento mantido junto aos interlocutores da Auditoria da Funasa/BSB para esse fim, relativamente a Suest-PE, os itens 16.1 e 16.2, serão respondidos pelo nível central (auditoria presidência), considerando sobretudo que as Recomendações levantadas pelo Relatório de Auditoria 2010/090 embora encaminhadas para esta Suest-PE ao final de janeiro/2012, já constaram do Relatório de Gestão de 2010 com apresentação no exercício de 2011.

17. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

17.1 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

Quadro B.1.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício NÃO REFLETEM corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Superintendência Estadual da FUNASA no Estado de Pernambuco			255017
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, relativas ao exercício de 2011, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>RESTRICAO TITULO</p> <p>004 FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA RMA</p> <p>101 FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMB</p> <p>163 SLD.ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT.COMP.</p> <p>951 FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS_GESTAO</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF.	Data	25/01/2012
Contador Responsável	 Evanice Cacho Cardoso	CRC n°	4763
Ordenador de Despesas	 Assinatura/carimbo		

Alcio Pitt da Mesquita Pimentel
 Superintendente Estadual FUNASA/PE
 Port. 1305/2010 DOU de 24.11.2010

18. ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA

(NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

19. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS ESTATAIS

(NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

20. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DE CAPITAL

(NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

21. INFORMAÇÕES SOBRE FUNDO PARTIDÁRIO

(NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

22. INFORMAÇÕES SOBRE FUNDOS CONSTITUCIONAIS

(NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

23. INDICADORES DE DESEMPENHO DO IFES

(NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

24. ANÁLISE DE SITUAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

(NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

25. REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES

(NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

26. CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”

(NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

27. SUPERVISÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

(NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

28. INFORMAÇÕES SOBRE IMÓVEIS ALIENADOS EM 2010 EM CONSONÂNCIA COM O PLANO NACIONAL DE DESOMIBILIZAÇÃO

(NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

29. INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS.

(NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

30. AVALIAÇÃO DE TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UJ

(NÃO SE APLICA A ESTA UJ)

RESULTADOS E CONCLUSÕES

As ações desenvolvidas no exercício de 2011, aqui relatadas, foram registradas no Plano Operacional 2011, apresentando Programas e ações das áreas finalísticas e de gestão, constantes no Plano Plurianual – PPA , aprovado como estratégia do Governo Federal para o período de 2008/2011, concernente as atividades de Saneamento, Saúde Ambiental e Gestão, em conformidade ao Plano Operacional da Presidência da Funasa e fielmente elaborado de acordo com as disposições da IN TCU 63/2010; DN TCU 108/2010; Portaria TCU 123/2010 e DN TCU 117/2011.

Para que as áreas finalísticas desempenhem as subações de sua competência, foram definidos prazos e recursos técnicos e financeiros necessários, considerando a realidade da infraestrutura da Suest/PE, contando com a colaboração e eficiência dos gerentes responsáveis pelas áreas técnicas na superação dos desafios frente a execução das demandas planejadas, com vista ao alcance das metas programadas, de acordo com os objetivos institucionais, promovendo a inclusão social por meio das ações de saneamento para prevenção de controle de doenças, ocasionados pela falta ou inadequação de condições de saneamento básico nas áreas de interesse especial, como assentamentos, remanescentes de quilombos e reservas extrativistas e proteção à saúde, na construção e ampliação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, além da implantação de melhorias sanitárias domiciliares.

No entanto, no exercício de 2011 houve algumas dificuldades no andamento do desenvolvimento dos processos de trabalho, pela não definição da missão exata da instituição, após reestruturação da Funasa, com a publicação do Decreto nº 7.336, de 19/10/2010, que cria a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e transfere a gestão do subsistema de atenção à Saúde Indígena para o Ministério da Saúde, cabendo a Funasa, o período de transição até 31/12/2011. Entretanto, em razão das dificuldades de espaço físico e necessidade de reforma dos prédios pertencentes à Funasa (Sede e Sasai/Dsei) e Amoxarifado (anexo do prédio sede), a SESAI/DSEI, continua utilizando parte do prédio da sede da Suest/PE.

A implantação das ações de Saúde Ambiental na nova estrutura, foi vivenciado a partir de 2011 com a SESAM (Serviço de Saúde Ambiental) que se tornou responsável pelo planejamento, coordenação, supervisão e monitoramento da execução das atividades relativas ao controle de qualidade da água para consumo humano, proveniente de sistemas de abastecimento público, seguindo critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental e apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental.

Durante o exercício de 2011, vivenciamos duas realidades diferentes mas que nos trouxe bastante aprendizagem na superação e enfrentamento destas novas experiências, que foi transição de saída do Dsei da nossa responsabilidade e estruturação da Sesam, sem que dificultasse o andamento e desenvolvimento das ações de inclusão social, mediante cuidados com a saúde, executadas através da prevenção e controle de agravos, na elaboração do planejamento estratégico nos segmentos de Saneamento e Saúde Ambiental.

RECIFE, 29 DE MARÇO DE 2012


ÁLCIO PITT DA MESQUITA PIMENTEL

Superintendente Estadual de Pernambuco / FUNASA

FUNASA



Ministério da
Saúde

